

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(MESTRADO)**

NELSON DE LIMA JUNIOR

**TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS QUE TECEM HISTÓRIAS:
OS BRASIGUAIOS NA (RE) OCUPAÇÃO DA GLEBA SANTA IDALINA
(1984-1986)**

DOURADOS – 2016

NELSON DE LIMA JUNIOR

**TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS QUE TECEM HISTÓRIAS:
OS BRASIGUAIOS NA (RE) OCUPAÇÃO DA GLEBA SANTA IDALINA
(1984-1986)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Perli.

Área de concentração: História, Região e Identidades.

DOURADOS – 2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L732t Lima Junior, Nelson De
TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS QUE TECEM HISTÓRIAS: OS BRASIGUAIOS NA (RE) OCUPAÇÃO DA GLEBA
SANTA IDALINA (1984-1986) / Nelson De Lima Junior -- Dourados: UFGD, 2016.
118f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Fernando Perli

Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.
Inclui bibliografia

1. Fronteira. 2. Brasiguaios. 3. Ocupação. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

NELSON DE LIMA JUNIOR

**TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS QUE TECEM HISTÓRIAS:
OS BRASIGUAIOS NA (RE) OCUPAÇÃO DA GLEBA SANTA IDALINA
(1984-1986)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em 30 de Agosto de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Prof. Dr. Fernando Perli (PPGH/UFGD)

1º Examinador:

Profª Drª Maria Celma Borges (PPGH/UFGD)

2º Examinador:

Prof. Dr. Jones Dari Goettert (PPGG/UFGD)

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar a escrita desse breve agradecimento, inúmeras histórias vêm à mente. Lembranças que remontam desde o processo de seleção do mestrado até o momento. As expectativas, novas amizades, experiências, distrações, trocas de ideias e os períodos solitários de escrita, correção, reescrita entre o “inscrever e apagar”.

Assim, agradeço, primeiramente a DEUS pelo Dom da Vida e força durante a realização desse trabalho, pois sem Ele nada seria possível.

Aos meus pais Nelson e Luiza, ao meu irmão Flávio, por terem me apoiado nesta jornada.

As minhas avós Maria e Cida, e meus avôs Antônio e Nivaldo “in memoriam”.

Ao Prof. Dr. Fernando Perli por ter “topado” entrar nesta empreitada, na condição de orientador, mostrando diferentes caminhos para a construção da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Leandro Baller, por ter me apresentado a “fronteira”, incentivado o ingresso no mestrado e pelos apontamentos na Banca de Qualificação.

A todos os professores e técnicos administrativos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. De modo especial a Dra. Ana Maria Colling, Dr. Eudes Fernando Leite, Dr. Linderval Augusto Monteiro, Dr. Losandro Antonio Tedeschi, Dr. Thiago Leandro Vieira Cavalcante e ao Dr. Paulo Roberto Cimó de Queiroz, pelas discussões proporcionadas e amadurecimento de ideias.

A Prof^a Dr^a. Maria Celma Borges pela leitura e sugestões valiosas na Banca de Qualificação.

Ao Prof. Dr. Jones Dari Goettert pelas palavras e contribuições na Banca de Defesa.

Aos colegas do PPGH/UFGD e companheiros de café, estudo e descontração: Débora de Souza B. Mosqueira, Claudomiro Morales Torres e Jéssica Alves Tropaldi.

Agradeço a CAPES pelo subsídio financeiro no decorrer da pesquisa.

Aos trabalhadores rurais que compartilharam suas trajetórias e memórias de luta pela terra: Cirila Martins da Silva, Daniel Conselho da Silva, Inês Maria Alvarenga, João Francisco dos Santos, Jorge Gomes de Araújo, José Roberto dos Santo, Jovercino Francisco dos Santos, Luiz Pereira Alves, Pedro Luiz de Lima, Salete da Silva dos Santos. Ao ex. Deputado Sérgio Cruz e a religiosa Irmã Anailde.

E, por fim, a todos os amigos e colegas que fizeram parte, de certa forma, da minha vida acadêmica.

Cidade Lona

*Moro na cidade lona
E você mora também
Queremos voltar lá pro mato
Onde não mora ninguém
Este povo não quer guerra
Queremos um pedaço de chão.
Saímos a procura de terra
Neste mundo que ensina
Saímos de nossas casas
Viemos pra Santa Idalina.
(João Francisco dos Santos).*

RESUMO

A Dissertação tem como objetivo construir um estudo de caso acerca das trajetórias dos brasiguaios que (re) ocuparam a Gleba Santa Idalina em Ivinhema (MS), no ano de 1985. Procura-se fazer um mapeamento desses sujeitos fronteiriços, observando os motivos que influenciaram na ida para o Paraguai a partir da década de 1960 e, posteriormente, o retorno nos anos que se seguiram a 1980, quando passaram a ingressar nos movimentos de luta pela terra no Brasil. O recorte temporal da pesquisa privilegiou os anos entre 1984 e 1986, período que marcou o retorno dos brasiguaios e a (re) ocupação da Gleba Santa Idalina. Sabe-se que os brasiguaios que se deslocaram para a Santa Idalina vieram do Paraguai para a cidade fronteiriça sul matogrossense de Mundo Novo, onde ficaram acampados cerca de seis meses, vivendo na “cidade lona”, reivindicando um pedaço de chão. No ano de 1985, os mesmos se transferiram para uma área pertencente a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMEÇO S/A), conhecida como Gleba Santa Idalina, que já havia sido ocupada um ano antes por centenas de trabalhadores rurais sem-terra. A partir da (re) ocupação formou-se no local um novo acampamento que, em 1986, tornou-se o Assentamento Novo Horizonte, configurando-se como uma nova morada para os brasiguaios.

Palavras-chave: Fronteira, Brasiguaios, Ocupação, Gleba Santa Idalina.

ABSTRACT

The Dissertation aims to build a case study about the trajectories of brasiguaios that (re) occupied the Gleba Santa Idalina in Ivinhema-MS, in 1985. Wanted to map these border subject, noting the reasons that influenced the trip to Paraguay from the 1960s and later return in the years that followed 1980, when began to join in the movements of struggle for land in Brazil. The time frame of the research focused the years between 1984 and 1986, a period that marked the return of brasiguaios and (re) occupation of the Gleba Santa Idalina. It is known that the brasiguaios who moved to Santa Idalina came from Paraguay to the Mato Grosso do Sul border city of the Novo Mundo, where they were camped about six months, living in the "cidade lona", claiming a piece of ground. In 1985, they moved to an area belonging to the Society of Improvements and Colonization (SOMECO S / A), known as Gleba Santa Idalina, who had already occupied the year before by hundreds of landless. From the (re) occupation graduated in place a new camp, which in 1986 became Novo Horizonte Settlement, configured as a new home for brasiguaios.

Key words : Frontier, Brasiguaios, Occupation, Gleba Santa Idalina.

LISTA DE SIGLAS

ASSOMASUL - Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul
CEDEC - Coordenadoria de Defesa Civil do Estado
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNS - Conselho Nacional de Seringueiros
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETAF - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
IBR - Instituto de Bienestar Rural
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JST - Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MCP - Movimento Campesino Paraguaio
MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MMC - Movimento das Mulheres Camponesas
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
SOMEKO S/A - Sociedade de Melhoramentos e Colonização S/A
TERRASUL - Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1- Brasiguaios acampados em Mundo Novo (MS) | 66 |
| Figura 2- A travessia do Rio Guiraí..... | 72 |
| Figura 3- Policiais cercam a Gleba Santa Idalina..... | 73 |
| Figura 4- Área do acampamento | 82 |
| Figura 5- Família brasiguiaia assentada em Novo Horizonte | 99 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| Lista de Siglas..... | 08 |
| Lista de Figuras..... | 09 |
| Introdução..... | 11 |
| Capítulo I | |
| 1. A construção do sujeito fronteiriço: o caso dos brasiguaios..... | 21 |
| 1.1 Fronteira: um espaço em movimento..... | 21 |
| 1.2 Relações políticas entre Brasil e Paraguai..... | 27 |
| 1.3 Uma identidade de luta pela terra: os brasiguaios na Gleba Santa Idalina..... | 34 |
| Capítulo II | |
| 2. Itinerários imigratórios e trajetórias sociais..... | 46 |
| 2.1 A imigração de brasileiros para o Paraguai..... | 46 |
| 2.2 As condições sociais no Paraguai..... | 53 |
| 2.3 A abertura política e o movimento de retorno..... | 58 |
| 2.4 O cotidiano no acampamento de Mundo Novo (MS)..... | 64 |
| 2.5 Gleba Santa Idalina: um espaço em disputa..... | 71 |
| Capítulo III | |
| 3. Os brasiguaios na (re) ocupação da Gleba Santa Idalina: tessitura das memórias de luta..... | 77 |
| 3.1 Dinâmicas da (re) ocupação e do novo acampamento..... | 77 |
| 3.2 Os agentes pastorais no acampamento..... | 88 |
| 3.3 O assentamento: uma nova morada..... | 92 |
| Referências Bibliográficas..... | 110 |
| Fontes..... | 114 |

INTRODUÇÃO

A gente vinha caminhando, caminhando e agora eu achei o lugar de parar [...] ele permitiu por exemplo muita segurança, porque pra mim que morava na época do meu Pai um ano aqui, outro lá, cinco lá e aqui eu estou a trinta anos e num lugar só” e “a gente vinha caminhando, caminhando e agora eu achei o lugar de parar. (José Roberto dos Santos, brasiguaiio assentado em Novo Horizonte do Sul-MS).

Esta pesquisa propõe discutir a construção do sujeito brasiguaiio dentro de movimentos sociais de luta pela terra, tendo como foco de análise diferentes trajetórias de trabalhadores rurais que (re) ocuparam, em 1985, a Gleba Santa Idalina pertencente à Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECO S/A), no município de Ivinhema (MS).

A proposta surgiu a partir da leitura do livro *A travessia do rio dos pássaros: a ocupação da Gleba Santa Idalina em Ivinhema*, escrito pela jornalista e militante, Cácia Cortez. Este foi o primeiro contato com a temática. Na ocasião percebi que haviam várias lacunas que ainda não tinham sido estudadas, o que tornou o livro uma importante fonte para o desenvolvimento do trabalho.

Com o início da pesquisa e a ida aos arquivos à procura de fontes percebi que houve duas ocupações da Santa Idalina. Uma, em 1984, por um grupo de aproximadamente 800 famílias sem-terra. Outra, em 1985, envolvendo cerca de mil famílias de brasileiros que moravam no Paraguai e estavam retornando ao Brasil com o objetivo de lutar pela terra.

Diante deste quadro, optei por trabalhar com a segunda ocupação caracterizada pelo movimento de retorno dos brasileiros, então brasiguaios, que utilizaram como “trilha” o município fronteiriço sul-mato-grossense de Mundo Novo (MS), localizado no sul do Estado, na fronteira com a cidade de Salto del Guairá-PY. O município tornou-se ponto de travessia de retorno, local de organização de movimentos sociais e palco do maior acampamento de brasiguaios na década de 1980 que possibilitou a (re) ocupação da Gleba Santa Idalina, em 1985.

A (re) ocupação foi constituída por brasileiros que imigraram para o Paraguai em busca de terras e sofreram com a opressão e exploração feita pelo governo paraguaio. Neste

contexto, iniciaram a luta pelo retorno ao Brasil impulsionados pela abertura política e a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Constantes fluxos imigratórios de brasileiros para o Paraguai estão relacionados às articulações entre os dois países, entre 1950 e 1970, que tiveram por objetivo consolidar a hegemonia brasileira no continente, em meio a uma disputa com a Argentina¹. A aproximação entre Brasil e Paraguai, por influência dos governos ditatoriais de ambos os países, consolidou-se com a construção da Ponte da Amizade, do Porto de Paranaguá e a assinatura do Tratado de Itaipu.

Cabe de início diferenciar os três momentos da imigração brasileira para o Paraguai. A primeira iniciou-se em 1950 com a imigração de fazendeiros e empresários. A segunda, entre 1960 e 1970, foi composta por trabalhadores rurais que se estabeleceram no Paraguai para trabalhar nas terras adquiridas pela primeira leva de imigrantes. Já a terceira, ocorreu em 1980 com os desalojados em decorrência do enchimento do lago da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, em número bem menor.

A partir de 1956, o governo paraguaio de Alfredo Stroessner colocou em prática a segunda etapa do projeto intitulado “Marcha al Este”, tendo como foco a venda de terras no Alto Paraná. As propagandas do projeto chamaram a atenção de inúmeras famílias brasileiras, em sua maioria dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Assim, muitos trabalhadores rurais brasileiros, que não conseguiam competir com a produção de latifúndios mecanizados ou que tiveram suas propriedades tomadas pelo lago da Usina de Itaipu Binacional, imigraram para o Paraguai.

Agricultores venderam suas propriedades no Brasil e adquiriram terras no Paraguai passando a cultivar hortelã, feijão, arroz, milho, mandioca, cana, soja e algodão. As terras adquiridas não possuíam escrituras, apenas títulos que não garantiam as posses. Os brasileiros conseguiram se manter no Paraguai apenas com a renovação do permíso, documento que os reconhecia como turistas.

Com o passar dos anos, começaram a surgir problemas que acarretaram o retorno de muitos trabalhadores rurais ao Brasil. As imposições da ditadura de Stroessner, a violência policial, a falta de documentos das propriedades rurais, a imigração ilegal, o baixo preço da

¹ CHEDID, Daniele Reiter. *A alteração das relações de vizinhança entre Brasil e Paraguai: a aproximação cultural como política (1950-1970)*. In: NUNES, Ángel; PADOIN, Maria Medianeira; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. (Orgs.) *Dilemas e diálogos platinos*. Dourados, editora UFGD, 2010.

soja e do algodão e a pressão de latifundiários sobre os camponeses para vender suas propriedades, tornaram-se os principais motivos do retorno de brasileiros na década de 1980.

Nota-se que nestes anos começaram a surgir no Brasil movimentos sociais de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tinha como uma de suas entidades de apoio a Comissão Pastoral da Terra (CPT) vinculada a Igreja Católica.

Com base nestas informações, o presente trabalho se concentra na participação dos brasiguaios na (re) ocupação da Gleba Santa Idalina, considerando as trajetórias sociais dos sujeitos e apontando alguns problemas. Quais ações foram feitas pela SOMECO S/A diante da ocupação? Qual o lugar ocupado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no movimento de retorno dos brasiguaios? Porque Mato Grosso do Sul tornou-se espaço de referência para o retorno? Que interesses defendiam os brasiguaios? Quais relações políticas entre Brasil e Paraguai contribuíram para a imigração?

O recorte temporal da pesquisa privilegiou os dois anos que se seguiram a 1984, marcados pelas duas ocupações da Gleba Santa Idalina e a conquista pelos brasiguaios do título de posse das terras, em 1986. Através da história oral buscou-se nas narrativas dos sujeitos os “fios condutores” que contribuíram para compreendermos a imigração para o Paraguai e, posteriormente, para o retorno e ocupação da Gleba Santa Idalina, considerando diferentes trajetórias e memórias que teceram histórias.

Os testemunhos orais, como aponta Thomson (2002), demonstram “complexidade do real processo da migração e mostram como estas políticas e padrões repercutem nas vidas e nos relacionamentos dos migrantes individualmente, da família e das comunidades”. (THOMSON, 2002, p.4). “Vergonha, felicidade, tristeza”, dentre outras expressões de sentimentos, fizeram-se presentes nas entrevistas com os brasiguaios. Ao narrarem experiências de luta e de conquista da terra demonstraram mais que o enquadramento, como sugere Pollak (1989, p. 10), pois explicitaram a dinamicidade da memória e o papel do coletivo e individual. Sendo assim, é válido afirmar que por meio das entrevistas orais, além do dito, é possível perceber silêncios, repetições, choros, risos, tons de vozes, representações e identidades.

No decorrer da pesquisa foi sendo moldada uma rede de entrevistados. A partir de indicações, foi dada atenção para a aproximação dos sujeitos da pesquisa, suas experiências e possibilidades de entrevistas. Num sentido geral, os brasiguaios procurados mostraram-se disponíveis para narrar suas trajetórias. Após o trabalho de campo, as entrevistas foram transcritas e apresentadas aos entrevistados com a carta de cessão.

As entrevistas foram realizadas em comunidades rurais e na área urbana do município de Novo Horizonte do Sul (MS), com brasiguaios que permaneceram residentes após a (re) ocupação e a conquista do título de posse da terra. O roteiro de entrevista foi elaborado no anseio de perceber trajetórias dos sujeitos, locais de origem, deslocamentos e participação na (re) ocupação da Gleba Santa Idalina. Buscou-se estabelecer uma relação “informal” com os narradores, o que nos proporcionou novos laços de amizade. As entrevistas foram realizadas durante o café da manhã, o chimarrão matinal, o café da tarde. Em alguns casos, familiares se reuniram para ouvir as histórias.

Através das fontes orais procurou-se observar as experiências de vida, as memórias e os deslocamentos dos imigrantes. Ainda recorrendo a Pollak:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. (POLLAK, 1989, p. 07).

Consideramos as fontes orais narrativas e representações dos atores acerca da problemática do objeto estudado. Ao mesmo passo, os documentos de história oral resultam de um relacionamento entre o pesquisador e o narrador. Assim, o que o indivíduo narra é uma interpretação dele sobre os fatos que pode não corresponder às informações de outros documentos.

O conteúdo das fontes orais depende das questões, diálogos e relações pessoais propostas pelo pesquisador, em função de suas hipóteses. Na leitura das fontes percebe-se como as experiências dos brasiguaios no movimento social de luta pela terra contribuíram para a investigação histórica, uma vez que se buscou compreender falas e discursos. Por meio das narrativas, observou-se como os brasiguaios viam a questão agrária, o trabalho, a terra, os motivos da ida ao Paraguai e, posteriormente, o retorno ao Brasil e o ingresso no movimento social de luta pela terra.

Com o objetivo de agregar outras fontes à pesquisa, tivemos acesso a fontes impressas que circularam na época das ocupações da Gleba Santa Idalina, como o Jornal *O Progresso*, editado no município de Dourados (MS) e o *Jornal Sem Terra* (JST), tabloide de circulação nacional que representava lideranças do MST. Os dois jornais, respectivamente, encontram-se

digitalizados no Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados (CDR-UFGD) e no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (CEDEM-UNESP).

Ao vasculhar as fontes, foram selecionados oito exemplares do JST e cinco de *O Progresso*, que noticiaram a luta dos brasiguaios pela Gleba Santa Idalina. O *Jornal Sem Terra*, a partir de 1984, tornou-se um tabloide com o objetivo de divulgar a luta pela terra e denunciar a violência no campo mediante notícias que tratavam do cotidiano de acampamentos e assentamentos. Assim, pode ser considerado um material privilegiado para compreender a trajetória, a dinâmica, os fundamentos ideológicos e as posições adotadas em diversas situações políticas pelo MST. (PERLI, 2002, p 26). Na análise das notícias do JST percebe-se a produção de linguagens na configuração da identidade sem-terra, as trajetórias, as formas de mobilização por meio da mídia, as imagens e charges que buscavam causar impacto nas autoridades governamentais. Cabe destacar que o *Jornal Sem Terra* é apenas um dentre os vários impressos do MST, como o *Boletim de Repatriamento dos Brasiguaios*, também utilizado na pesquisa. Através deste impresso, os brasiguaios utilizaram-se da denominação para ganhar visibilidade no cenário político nacional.

Sob outra perspectiva, o jornal *O Progresso* divulgou embates entre os principais sujeitos envolvidos nas ocupações da Gleba Santa Idalina. O jornal trouxe, entre os anos de 1984 e 1986, várias notícias sobre as ocupações, ao mesmo tempo em que apresentou um diálogo entre os sujeitos e autoridades envolvidas no episódio, como o governador do estado de Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins, o Secretário Estadual de Segurança, Aleixo Paraguassu, o Bispo Diocesano de Dourados (MS), Dom Teodardo Letz, os brasiguaios e suas lideranças.

Para entender procedimentos de fontes impressas recorreu-se a pesquisas que focaram discursos de periódicos, uma vez que os mesmos sofrem influências do ambiente em que estão inseridos. Segundo Luca (2006), deve-se saber diferenciar as narrativas do acontecimento e o próprio acontecimento, pois os jornais atuam como atores políticos. Além disso, os meios de comunicação produzem e difundem representações que legitimam grupos políticos.

A pesquisa, aqui apresentada, ao propor uma perspectiva de análise de movimentos sociais de luta pela terra, apoiou-se em alguns conceitos como fronteira, identidade, terra, trabalho e brasiguaião. Para dar conta destas categorias, o conceito de representação foi adotado considerando que as fontes falam conforme perguntas que são direcionadas a elas.

Para Chartier:

[...] a representação é o instrumento de um conhecimento mediático que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma “imagem” capaz de trazê-lo a memória e “pintá-lo tal como é. A relação de representação, assim entendida como correlação de uma imagem presente e de um objeto ausente, uma valendo pela outra, sustenta toda a teoria do signo do pensamento clássico. (CHARTIER, 2002, p.74).

Nesse sentido, o conceito de brasiguaiio passou a ser cunhado a partir das primeiras leituras de narrativas orais dos camponeses, coletadas e publicadas por jornalistas na década de 1980. Aos poucos, estudos acerca dos brasiguaios foram feitos na academia, num primeiro momento, como objeto de estudo de geógrafos que tinham como foco o ambiente fronteiriço. Mais recentemente, os historiadores buscaram analisar as trajetórias dos brasiguaios em contextos históricos e sociais, repensando o significado do conceito e das representações produzidas através da leitura das fontes.

Dentre vários trabalhos, o do jornalista José Luiz Alves definiu os brasiguaios como “brasileiros oriundos, em sua maioria, de estados do sul, e que ao longo dos últimos 20 anos invadiram terras da Nação vizinha em busca de um pedaço de chão para produzirem”. (ALVEZ, 1990, p.8).

Outro jornalista, Carlos Wagner (1990), em *Brasiguaios: homens sem pátria* tratou da questão política no processo de imigração, mostrando que as terras fartas e as facilidades para o trabalho no Paraguai foram fatores de atração. Para ele, os brasiguaios corresponderam a uma multidão de pessoas expulsas do Brasil pela falta de uma reforma agrária e subjugadas ao regime ditatorial paraguaio.

Apresentando uma noção abrangente, Albuquerque (2010) defendeu a identificação brasiguaiia como:

[...] imprecisa e bastante mutável. Nessa perspectiva, essa categoria nativa pode ser atribuída: 1) ao imigrante pobre que foi para o Paraguai, não conseguiu ascender socialmente e que, muitas vezes regressou ao Brasil; 2) aos grandes fazendeiros brasileiros no Paraguai; 3) aos filhos dos imigrantes que já nasceram naquele país e tem a nacionalidade paraguaia; 4) aos imigrantes a aos descendentes que já misturam a “cultura brasileira” com elementos da “cultura paraguaia”; 5) a todos os imigrantes brasileiros que vivem na nação vizinha. (ALBUQUERQUE, 2010, p 228).

Em contrapartida, Ferrari (2007) caracterizou os brasiguaios como brasileiros “eliminados do mercado de trabalho no Paraguai e retornaram para o Brasil em busca de melhores condições de vida” (FERRARI, 2007, p.115). Nesta direção, Fabrini (2012) definiu os brasiguaios como “sujeitos territorializados precariamente, meio brasileiros e meio paraguaios”. (FABRINI, 2012, p.2).

Segundo Baller (2008), a partir de uma análise do processo imigratório de brasileiros para o Paraguai, os brasiguaios são atores indefinidos. Para o historiador, “todo brasileiro da área rural que tem algum tipo de atividade no país vizinho não estaria fora da abrangência semântica do termo “brasiguai”, e em consequência disso o seu personagem”. (BALLER, 2008, p.47).

Para Silva (2011), os brasiguaios são os brasileiros que imigraram para o Paraguai nas décadas de 1970 e 1980, utilizando da denominação para identificar experiências de retorno via MST. Assim, Marques (2009) caracteriza o termo como os brasileiros atraídos pela terra no Paraguai.

Zambrano (2009) defendeu a tese de que o termo surgiu quando os brasileiros que estavam no Paraguai começaram a retornar, sendo os brasiguaios agricultores e homens da terra. Em conformidade, Falchi (2007) argumentou que os brasiguaios são os brasileiros que passaram a viver e trabalhar na fronteira agrícola paraguaia.

Na historiografia paraguaia, os estudos sobre os brasiguaios não ganharam a mesma dimensão que no Brasil. Das poucas referências, podemos citar um trabalho realizado pelos sociólogos Ramón Fogel e Marcial Riquelme. Para eles, os brasiguaios são “pequeños propietarios, arrendatários y “poseiros” (ocupantes), que se dirigieron hacia más de una decena de áreas rurales de los países limítrofes con el Brasil, especialmente hacia el Paraguay”. (FOGEL & RIQUELME, 2005, p. 128).

Partindo destas leituras e conceituações, buscou-se estudar os brasiguaios pela problemática da terra e inseridos em movimentos sociais. Brasiguai é uma identidade que se configurou na luta pela terra de brasileiros que retornaram do Paraguai, denunciando as precárias condições sociais, econômicas e políticas em que viveram.

Os trabalhadores rurais entrevistados que participaram da (re) ocupação da Gleba Santa Idalina identificaram-se pela busca de melhores condições de vida e acesso a terra. Relatos de diferentes trajetórias de vida trazem o forte vínculo com a terra, conforme os fragmentos a seguir:

Eu nasci ali na região de Dourados mesmo, em Indápolis. Hoje tenho 55 anos. Antes de vir pra cá, a gente morava lá na Internacional-Paraguai², do lado do Paraguai. Lá pertencia a Mundo Novo né, mas a gente morava dentro do Paraguai. Cheguei lá em setenta e três. Fui em busca de terra pra trabalhá, não tinha terra³.

Eu nasci no Paraná, tocava terra lá, mas antes de vir pra cá eu morava em Mundo Novo. Eu morei na Internacional, meu pai administrava fazenda lá⁴.

Eu nasci no Ceará. Cheguei no Paraná em cinquenta e oito e no Paraguai em setenta e cinco. Morava em Salto del Guaiá, tocava roça lá⁵.

Eu nasci no estado do Paraná, em Nova Londrina. Lá a gente não tinha sítio, não tinha nada. Daí a gente veio pra Mato Grosso do Sul, aí voltou pro Paraná de novo, mas sempre trabalhando de boia-fria né. Aí conheci meu esposo, casei com ele, aí de lá que nós foi pro Paraguai, depois de casada⁶.

Eu nasci em Tuneiras do Oeste, Paraná. Cheguei no Paraguai em setenta e nove, na realidade, a gente morou na divisa mesmo com o Paraguai, eu e meus pais na época né, ficamos morando na divisa do Paraguai né com o Brasil. Meus pais tinham propriedade lá⁷.

Eu nasci em Afrânio, Pernambuco. Eu cheguei lá no Paraguai em média de setenta e quatro. Nós saiu de Terra Roxa né, foi lá pra trabalhá né, sobrevivia trabalhando de arrendatário nas terras dos outros⁸.

Eu nasci no dia quinze do três de mil novecentos e quarenta e um, em Minas Gerais, é, no município de Teófilo Otoni. Morava no Espírito Santo, antes de eu vir pro Paraguai, depois do Paraguai que eu vim pra cá. Lá no Paraguai morava em La Paloma. Eu vim de Minas para o Espírito Santo, lá acabamos de criar, lá eu casei e vim pro Paraguai, do Paraguai vim pra cá, para o Mato Grosso do Sul⁹.

Eu nasci em Realeza, Paraná. Eu cheguei no Paraguai era meio menino ainda né, em setenta e oito. [...] eu cheguei lá com base de onze, doze anos de idade. Meu pai entrou em setenta e dois no Paraguai, na época de sertão mesmo. Nós morou em Guadalupe perto de Paloma, meu pai tinha terra lá¹⁰.

Em Maringá, Paraná. De Maringá nós veio para Dr. Camargo, de Dr. Camargo viemos para Altônia e em setembro de setenta e cinco viemos para Mundo Novo, onde hoje é o Distrito de Japorã. Tinha uma chacinha lá. [...] a gente tocava terra na fronteira, na Internacional, na fazenda Doutora Ana Rosa¹¹.

² O termo internacional utilizado na narrativa faz referência as cidades fronteiriças entre Brasil e Paraguai.

³ ENTREVISTA. Cirila Martins da Silva. 55 anos. Novo Horizonte do Sul. 24/10/2015.

⁴ ENTREVISTA. Daniel Conselho dos Santos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

⁵ ENTREVISTA. Francisco dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 30/10/2015.

⁶ ENTREVISTA. Inês Maria Alvarenga Alves. 52 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

⁷ ENTREVISTA. João Francisco dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 25/06/2014.

⁸ ENTREVISTA. Jorge Gomes de Araújo. 58 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015

⁹ ENTREVISTA. Jovercino Francisco dos Santos. 73 anos. Novo Horizonte do Sul. 25/06/2014.

¹⁰ ENTREVISTA. Luiz Pereira Alves. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

¹¹ ENTREVISTA. Pedro Luiz de Lima. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 24/10/2014.

Hoje eu vou fazer 50 anos. [...] eu morava em Santa Rosa, lá a gente trabalhava arrendado né. [...] antes de ir pro Paraguai eu morava em Umuarama, lá era arrendado também, meu pai tocava um plantio de café¹².

Eu estou caminhando para os sessenta agora quatro de maio. [...] no Paraguai eu morava em Corpus Christi, cheguei lá em setenta e nove. A gente foi afim de comprar terra. [...] antes a gente era morador em Cascavel no Paraná [...] depois viemos pra Sete Quedas e dali namorar o Paraguai.¹³

Estes imigrantes citados representam alguns exemplos de brasileiros que, em meio à modernização da agricultura no Brasil e o crescente aumento dos latifúndios, buscaram adquirir terras no Paraguai. Quando retornaram ao Brasil, a partir de 1985, foram rotulados como “sem identidade” ou “sem pátria”. Neste contexto de luta e contestação foi cunhado o termo *brasiguai*.

Diante da dinâmica social que envolvia estes trabalhadores rurais e para entender como se construiu o sujeito *brasiguai*, foi necessário um estudo para além do processo imigratório de brasileiros em direção ao Paraguai. Assim, como proposto no primeiro capítulo, procurou-se compreender o conceito de fronteira, as relações políticas entre Brasil e Paraguai e os movimentos sociais de luta pela terra.

A complexidade das fronteiras não se limita às linhas que dividem países. O movimento de cruzamento das fronteiras se tornou em especial, entre Brasil e Paraguai, um espaço híbrido. Neste contexto, fez-se necessário pensar o estreitamento das relações entre os dois países, que resultou na assinatura de acordos e tratados de integração e no processo de imigração.

Além disso, buscou-se abordar a construção do sujeito *brasiguai* a partir da luta pela terra, colocando em pauta a questão identitária e os movimentos sociais, dialogando com as fontes orais e impressas. Os imigrantes brasileiros que retornaram ao Brasil na década de 1980 ganharam visibilidade diante dos demais movimentos de luta pela terra utilizando o termo “*brasiguai*” enquanto bandeira de luta. Cabe destacar que, nesse contexto, surgiu a reivindicação do repatriamento.

No segundo capítulo, as discussões envolveram as trajetórias dos imigrantes que atravessaram a fronteira em busca de melhores condições de vida e terra para plantar. Procurou-se evidenciar os deslocamentos, em seus fatores de atração, como a oferta de terras fartas e baratas, e de repulsão, como a expansão dos latifúndios monocultores no Brasil e a

¹² ENTREVISTA. Salete da Silva dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

¹³ ENTREVISTA. José Roberto dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional. Redes de informação entre as famílias também influenciaram na organização dos deslocamentos.

Nota-se que as famílias que imigraram para o Paraguai já eram migrantes no Brasil, o que ficou evidente nas narrativas. Ao chegar ao Paraguai, em alguns casos, as famílias adquiriram títulos de posse ou arrendaram terras de fazendeiros paraguaios ou empresários brasileiros. Assim, é pertinente pensar como foi a permanência desses imigrantes no Paraguai, como eram as moradias, as escolas, as estradas, a assistência médica e a relação mantida com o governo paraguaio.

Vale mencionar que a ditadura de Stroessner, a partir da década de 1980, começou a pressionar os imigrantes exigindo documentação de alto custo para permanecerem no Paraguai e a reintegração de terras tocadas por brasileiros que possuíam apenas títulos de posse, sem escritura definitiva. Assim, chegou-se ao ponto central do estudo: o movimento de retorno via movimento de luta pela terra, organizado pela CPT e a formação do acampamento de Mundo Novo (MS). Atentou-se ao dia-a-dia das famílias acampadas e às negociações que culminaram na ocupação e desapropriação da Gleba Santa Idalina em Ivinhema (MS). Para isso, foram trabalhados documentos produzidos pelos brasiguaios, discursos do ex-deputado federal Sérgio Cruz na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, fontes orais e publicações dos jornais *O Progresso* e JST.

Como desfecho, o terceiro capítulo pautou-se nos deslocamentos dos brasiguaios que visavam a (re) ocupação da Gleba Santa Idalina. Neste sentido, tornou-se pertinente pensar trajetórias, chegadas e formas de permanência na terra até a entrega definitiva dos lotes, uma vez que os brasiguaios ficaram acampados por quase dez meses na Gleba, sob os olhares da polícia militar e de funcionários do INCRA e as recorrentes tentativas de despejo promovidas pela SOMECO S/A.

Por fim, procurou-se identificar aspectos da vida cotidiana dos acampados na Gleba Santa Idalina, a participação dos agentes da CPT no acampamento e na formação do assentamento Novo Horizonte. Assim, as narrativas sugerem analisar as trajetórias e expectativas dos brasiguaios diante da conquista da terra, o dia-a-dia nos barracos, a entrega dos lotes e as formas como se estabeleceram na terra.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO FRONTEIRIÇO: O CASO DOS BRASIGUAIOS

1.1 Fronteira: uma construção simbólica

O conceito de fronteira é algo bastante amplo e não se limita apenas a uma linha imaginária que divide dois países. A fronteira tem mudado significativamente seu traçado, sendo considerada espaço de aproximação e apropriação de culturas por proporcionar articulações sociais entre sujeitos fronteiriços.

Segundo Albuquerque:

A palavra fronteira adquire uma variedade de sentidos na atualidade. Utiliza-se este termo tanto no aspecto territorial, delimitando espaços geográficos ocupados pelos mais heterogêneos agrupamentos humanos [...]. Nesse caso, para demarcar ou apagar os limites culturais entre os grupos sociais e as barreiras epistemológicas e metodológicas entre as áreas do conhecimento. Há, de fato, uma inflação do uso do termo fronteira para as mais distintas situações sociais e culturais nas ciências sociais contemporâneas. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 33).

As fronteiras nacionais são lugares de controle e de travessia, lugares de movimento de pessoas que cruzam limites e configuram outras fronteiras. A fronteira colabora para a construção de novos sujeitos históricos e novas identidades moldadas a partir do diferente. Como lugar de controle, este espaço toma forma por agentes que vigiam a entrada e saída de pessoas e tratam de questões que envolvem irregularidade e ilegalidade. Por isso, a fronteira é o local de identidade e alteridade.

Para Bourdieu, fronteira:

Nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na “realidade” segundo os elementos que ela reúne,

tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (dando-se por entendido que se pode discutir sempre acerca dos limites de variação entre os elementos não idênticos que a taxinomia trata como semelhantes). (BOURDIEU, 2001, p.114).

Deste modo, fronteira é um espaço simbólico, espaço de existência de conflitos, algo praticado, narrado e personificado por sujeitos, sendo influenciado por fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, religiosos e, principalmente, identitários. Percebe-se, assim, que fronteira tem múltiplas definições: espaço em movimento, entre lugar, lugar de transição, fronteira cultural, espaço praticado, espaço simbólico, espaço de existência de conflitos, espaço de aproximação, dentre tantas.

Como sugere Martins:

O sentido de fronteira vai além da geografia: Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteiras da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. (MARTINS, 2012, p.11).

Nesta pesquisa, a noção de fronteira está relacionada ao espaço em movimento entre Brasil e Paraguai em múltiplas relações que configuram sujeitos históricos, neste caso, os brasiguaios. Identidade e representação se entrelaçam dentro da perspectiva fronteiriça, principalmente, quando se trata da construção de sujeitos. O que define os brasiguaios, em um primeiro momento, é a relação de pertencimento a um determinado grupo que produz identidade caracterizada pela diferença. A representação, neste sentido, está relacionada ao imaginário social do grupo. Assim, os brasiguaios constituíram-se a partir do *outro*, aqui representados pelos brasileiros.

Todavia, a realidade fronteiriça deve ser compreendida como um lugar de conflito e alteridade entre *nós* e os *outros* e como um espaço de várias temporalidades. O *lado de cá* e o *lado de lá* da fronteira representa o encontro e o desencontro dos grupos sociais, o que proporciona aos olhos do pesquisador uma visão abrangente sobre a construção de determinadas identidades. O *lá* para eles seria o Paraguai, a terra do *outro*, e o *aqui* seria o Brasil, reforçando a ideia de pertencimento, a demarcação da nacionalidade.

Ao tratar o ambiente fronteiriço como um lugar de alteridade pressupõe-se um espaço formado por tempos e trajetórias distintas, a exemplo do Brasil e do Paraguai, países que se constituíram de formas heterogêneas, em temporalidades diferentes. Segundo Martins (2012), a fronteira:

[...] é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. A primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres de outro. Mas o conflito decorre das diferentes concepções e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história. (MARTINS, 2012, 133).

As fronteiras são construídas historicamente por meio de processos sociais, a partir do reconhecimento da vizinhança e da existência do *outro*. Deste modo, a linha imaginária que se idealiza entre dois países representa a diferença. Para Rabello (2013), a fronteira é uma forma de propor uma investigação, um conceito em construção, um lugar onde se produz a arte da representação, do encontro e do desencontro ao mesmo tempo.

A enunciação dos limites fronteiriços tende, dependendo do capital simbólico de quem nomeia, a uma maior ou menor eficácia na construção da fala hegemônica. Entretanto, uma representação, formulada a partir de um determinado poder simbólico, sustentada pelo capital simbólico que *acumulou*, não se esgota em si. Uma representação tem um trajeto que não se inicia nela e nem se esgota no mesmo lugar. [...] A construção de representações, dentre elas a de fronteira ou regiões de fronteira, obedece à mesma lógica de produções simbólicas, que parece estar afastada do mundo social; no entanto, é formulada para a ação no mundo. (RABELLO, 2013, p.9).

Para entender a problemática fronteiriça é necessário analisar o seu processo histórico. Algumas áreas de conhecimento tratam a questão da fronteira a partir do viés econômico e político, excluindo os demais fatores que constituem este cenário. Como exemplo, na década de 1960, a imigração de brasileiros para as terras paraguaias foi tratada pelos vieses do lucro e da garantia de aquisição de um pedaço de terra por um preço mais acessível do que no Brasil, desmerecendo demandas sociais do processo.

A ideia de fronteira em movimento vem da geopolítica e da geografia política dos séculos XIX e XX. O avanço na definição de fronteira proposto por Turner (1986), ao analisar a configuração das fronteiras norte-americanas, ficou caracterizado pela separação entre a conotação política e a significação de um espaço em constante movimento, criado pelos próprios sujeitos que ocupam o ambiente. O autor enfatizou a influência das frentes pioneiras e ocupação dos “espaços vazios” ou “terras livres” na construção de um território. Assim,

nota-se que a categoria fronteira se apropriou de múltiplos sentidos, como os simbólicos¹⁴, os culturais ou os identitários.

Para Albuquerque (2010), “as fronteiras nacionais são criações humanas, delimitadas e demarcadas sucessivamente de acordo com os processos de ocupação militar, demográfica, econômica, política e cultural que ocorrem nos territórios fronteiriços” (ALBUQUERQUE, 2010, p.37). De certa forma, a argumentação está relacionada à definição de fronteira de Bourdieu (2001), pois as fronteiras são demarcadas a partir de acordos e/ou tratados e influências políticas¹⁵.

Nesse sentido, Albuquerque (2010) considera que:

As fronteiras nacionais são fenômenos bem mais complexos, não se resumem a limites, divisa, tratados diplomáticos, nem podem ser simplificados como o lugar do narcotráfico e do contrabando. Não existe fronteira em abstrato, o que existe são situações sociais e singulares de fronteiras. Alguns fenômenos podem ser generalizados para outros contextos fronteiriços e outros são específicos de uma dada configuração social. (ALBUQUERQUE, 2010, p.42)

Os fenômenos que acontecem no ambiente fronteiriço possuem características singulares que fazem parte deste espaço¹⁶. No entanto, processos e trajetórias sociais são variados, como os de brasileiros que imigraram para o Paraguai e configuraram um movimento de luta pela terra.

Deste modo, podemos evidenciar que “essas fronteiras não são estáticas, mas estão em constante movimento de redefinição e negócio”. (ALBUQUERQUE, 2010, p.42). A prerrogativa de movimento lançada pelo autor procura evidenciar as trajetórias sociais, a

¹⁴ O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior trata a simbolização do espaço como um recurso comum a todas as sociedades para se definirem como tais, para construírem sua identidade de grupo dentro de um espaço ocupado.

¹⁵ A exemplo, temos a demarcação territorial da fronteira entre Brasil e Paraguai, definida pelo Tratado de Paz Loizaga-Cotegipe em 1872, após a *Grande Guerra* ou *Guerra do Paraguai*. A fim de cumprir o estipulado pelo artigo 2º do Tratado de paz, reuniram-se os plenipotenciários do Brasil, Barão de Cotegipe, e do Paraguai, D. Carlos Loizaga. Teve início, dessa forma, a negociação que levará ao Tratado de Limites de 1872. As propostas iniciais foram baseadas nas negociações desenvolvidas até a década de 1850 e refletiram, portanto, os impasses encontrados naquela época. In: GOMES, Enrico Diogo Moro. Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da Serra de Maracaju. 2009. 86 p. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) Instituto Rio Branco. Brasília, 2009.

¹⁶ Percebemos que as questões ligadas aos espaços não como algo naturalizado e petrificado sofrendo as ações do tempo, os historiadores se demoraram ao elencar o espaço em suas análises, a partir do momento em que há a configuração de novas estruturas sociais, há também novas construções espaciais, tornando-o dinâmico e fluído, da forma como vimos num primeiro instante com Marc Bloch e os espaços rurais, e também em Braudel com os espaços marítimos.

circulação de pessoas e mercadorias no espaço fronteiro, fazendo com que a fronteira se estabeleça como um espaço negociado a todo o momento.

Nota-se que a convivência com o *outro* na fronteira fortaleceu, de um lado, as identidades nacionais e, de outro, gerou misturas culturais. A interação entre os sujeitos fronteiriços proporciona a dinâmica das fronteiras defendidas por Albuquerque (2010), analisadas sob o ponto de vista da sociologia.

Martins (2012) defendeu que “na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais” (MARTINS, 2012, p. 135). Assim, definiu *frente de expansão* como o deslocamento da população dita civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado, e já *frente pioneira* como referência ao empresário, ao fazendeiro, ao comerciante moderno e ao empreendedor que apostam suas expectativas na ocupação e/ou colonização de terras consideradas devolutas. No Brasil, as frentes pioneiras são, em sua maioria, consequência da política da Marcha para o Oeste ¹⁷ do governo de Getúlio Vargas.

O autor acrescentou que:

A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz a modernização, a formulação de novas concepções de vida, a mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotinas, tradicionalistas e mortas. [...] Para uns, a frente de expansão aparece como sendo expansão da sociedade nacional; para outros, como expansão do capitalismo e para outros, até, como expansão do modo capitalista de produção. (MARTINS, 2012, p.135-136).

Estas características fronteiriças são enfatizadas por Albuquerque (2010) como fronteira da colonização. No caso Paraguai, num momento houve uma frente pioneira (1950) e, depois, uma frente de expansão (1970). Deste modo, é necessário ir além das fronteiras constituídas pela diplomacia, com uma perspectiva para a compreensão da multiplicidade, a mistura de identidades, as distinções e conflitos existentes neste espaço. Alejandro Grimson argumenta que:

Las fronteras son espacios de condensación de procesos socioculturales. Esas interfases tangibles de los Estados nacionales unen y separan de modos

¹⁷ A Marcha para o Oeste idealizada durante o Governo do Estado Novo pelo presidente da República Getúlio Vargas (1937 a 1945), teve como objetivo impulsionar o povoamento das fronteiras do Oeste e formar novas colônias agrícolas nacionais no interior do País. Muito discutida na historiografia brasileira por historiadores a “Marcha para o Oeste” é vista de um lado como algo mítico e ideológico, e por outro como interesse econômico.

diversos, tanto en términos materiales como simbólicos. Hay fronteras que solo figuran en mapas y otras que tienen muros de acero, fronteras donde la nacionalidad es una noción difusa y otras donde constituye la categoría central de identificación e interacción. Esa diversidad, a la vez, se encuentra sujeta a procesos y tendencias. Paradójicamente, cuando se anuncia el “fin de las fronteras” en muchas regiones- como muestra Drissen para las fronteras de Europa con Africa- los límites devienen más poderosos. (GRIMSON, 2000, p. 3).

Cabe destacar que Grimson busca enfatizar que os sujeitos imersos nas fronteiras podem e devem ser vistos como agentes de sua própria história, por meio de estudos sobre a vida cotidiana, os problemas e as relações entre ambos os países. As fronteiras são espaços de condensação de processos socioculturais. Assim, “cada grupo social da fronteira permite estudar a sua diversidade histórica não só como diversidade estrutural de categorias sociais, mas também como diversidade social relativa aos diferentes modos e tempos de sua participação na história”. (MARTINS, 2012, p.139).

No Brasil, o estado de Mato Grosso do Sul tem um número considerável de municípios que fazem fronteira com o Paraguai, como Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Coronel Sapucaia, Japorã, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho e Setes Quedas. No Paraguai também é significativo o número de cidades que se localizam na fronteira com Mato Grosso do Sul, como Bella Vista Norte, Capitán Bado, Salto del Guairá, Ypejhú, Pedro Juan Caballero, Capitan Carmelo Peralta, San Lázaro e Corpus Christi¹⁸.

As populações fronteiriças são marcadas diariamente pelo contato com o *outro*, o que faz a fronteira representar a separação e a diferença. Bourdieu (2001) salienta que a fronteira é um produto que causa a diferença cultural. Deste modo, percebe-se a presença dos conceitos de identidade e representação. Nesse sentido, só existe o *eu* porque existe o *outro*, o diferente, o que o autor chama de representação sobre si e sobre o *outro*. A identidade consiste na demarcação de características do sujeito enquanto tal. Assim,

[...] identidade regional ou étnica não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objeto de *representações mentais*, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objetais*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em atos,

¹⁸ Disponível em: <https://mapas.google.com.br> acessado em 05/08/2014.

estratégias interessadas de manipulação simbólica que tem em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores. (BOURDIEU, 2010, p. 112).

Ainda para o autor, o discurso regionalista tem característica performativa que visa legitimar fronteiras e reconhecer uma região delimitada. Desta forma, o regionalismo se configura como um exemplo de luta simbólica, pois está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças que constroem a identidade como demanda da busca de um lugar próprio, de um espaço. O ambiente fronteiriço, neste caso, é um lugar que tem suas raízes na territorialidade e se estende no político. (BOURDIEU, 2010, p. 116).

Falar de fronteira é falar de um espaço cheio de controvérsias, regido por alguém, controlado, espaço de luta, conquistas. Dentre estas características, o conceito de fronteira tem relação com a definição do termo região, “fruto de operações estratégicas, políticas, administrativas, fiscais e militares” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 85). Assim, a fronteira muda de forma e conteúdo dependendo do ponto de vista de quem a observa.

Ao observar a fronteira a partir das categorias tempo e espaço percebe-se que este é um ambiente construído, pois, não há espaço dado, mas configurado socialmente. A fronteira é viva em campos teóricos e em experiências vividas, uma vez que toda fronteira é humana.

A partir do conceito de fronteira torna-se relevante pensar como os sujeitos são construídos nestes espaços. Considera-se aqui os brasiguaios, em especial, os que retornaram e se organizaram no Brasil a partir da década de 1980. Para isso, é importante perceber as relações entre Brasil e Paraguai na segunda metade do século XX.

1.2 Relações entre Brasil e Paraguai

Entre as décadas de 1950 e 1970 ocorreu uma imigração em massa de brasileiros dos estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais para o Paraguai. Terras consideradas produtivas foram vendidas por baixo preço na fronteira leste paraguaia. A venda de terras estava centrada na política conhecida como Marcha al Este, sob o comando da ditadura militar de Alfredo Stroessner, que tinha como objetivo povoar a região e desenvolver a economia do país.

O fato que colaborou para este deslocamento tem suas raízes nas relações de vizinhança entre Brasil e Paraguai.

Para Albuquerque (2010):

Os processos fundamentais e articulados que explicam as dimensões da imigração brasileira no Paraguai durante estas décadas são: 1) a aproximação geopolítica entre o Brasil e o Paraguai; 2) o movimento migratório espontâneo; 3) a política de incentivo à imigração brasileira por parte do governo paraguaio; 4) os deslocamentos populacionais para a construção de Itaipu; 5) o boom do comércio fronteiriço nas duas últimas décadas. (ALBUQUERQUE, 2010, p.61).

Credita-se a isso as condições políticas de ambos os países, governados por ditaduras militares com grande visibilidade no cenário político da América Latina, o que contribuiu para o controle de conflitos e a expansão de políticas de cooperação nas áreas social, cultural e econômica. Nessas décadas, o Brasil se aproximou do país vizinho, com o objetivo de consolidar sua hegemonia no continente, tendo em vista que havia uma disputa entre Brasil e Argentina em torno da efetivação de acordos com o Paraguai. O Brasil, por sua vez, buscava novos mercados e sua parceria com o Paraguai garantiria maior protagonismo político na região do Prata.

Segundo Chedid (2010), “o Brasil seria um amigo, aliado, interessado no progresso paraguaio ajudando o governo Stroessner a proporcionar um “avanço cultural” (CHEDID, 2010, p.143). A forma como o Brasil olhava o Paraguai, percebendo o seu potencial cultural e econômico lhe distinguiu da Argentina que, por sua vez, não concordava com as ideias do governo vigente da época. Entretanto, o Paraguai dependia do Porto de Buenos Aires para exportar sua produção, pois o país não tinha uma saída para o mar, o que provocava certa dependência para com a Argentina.

Anteriormente, o Brasil tentara uma política de aproximação, ainda que timidamente, na década de 1940, no governo de Getúlio Vargas ¹⁹. No entanto, para Chedid (2010), “somente a partir de 1956, quando Juscelino Kubitschek assumiu o poder, foi que o Brasil e Paraguai se ligaram economicamente de forma concreta” (CHEDID, 2010, p.144), ou seja, passaram a estabelecer trocas comerciais. Sobre o fortalecimento das relações econômicas entre os dois países e os objetivos do Brasil em consolidar políticas externas na América Latina, Albuquerque salientou que:

¹⁹ A visita do presidente Getúlio Vargas à Assunção possibilitou a assinatura de acordos entre os países que “permitia, entre outras coisas, um crédito para o comércio, a viabilidade de estudos de navegação do rio Paraguai e a possibilidade da construção de uma ferrovia entre Concepción e Pedro Juan Caballero”. (CORTÊZ, 1992, p.23). No ano de 1941, por exemplo, foram assinados acordos comerciais, culturais e deu-se a criação de uma rede de correios aéreos. Em 1943, o Brasil também perdoou as dívidas do Paraguai decorrente da Grande Guerra (1864-1870).

O projeto desenvolvimentista de JK não se restringiu às políticas internas, como os planos de desenvolvimento regional e a própria construção de Brasília. O plano estratégico era projetar os interesses do Brasil na América Latina e, para isso, as políticas de cooperação com o Paraguai e os acordos de Roboré (obras de infraestrutura e exploração do gás pela Petrobras) com a Bolívia faziam parte dessa estratégia geopolítica do governo brasileiro. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 62).

Para Stroessner, a parceria com o Brasil garantia o fortalecimento do regime e o avanço da economia agrícola. Entre 1956 e 1958, além da construção de uma rodovia que ligava os dois países, foram realizados estudos técnicos para o aproveitamento do potencial energético da Bacia do Prata. Em 1957, foi criado o Puerto Presidente Stroessner²⁰ como forma de estabelecer uma conexão entre o Brasil e o Paraguai.

Neste contexto, o governo brasileiro abriu as portas para a nação vizinha, proporcionando a saída para o Oceano Atlântico. “Essa abertura teve como marco a construção da Ponte da Amizade, inaugurada em 1965, que ligava a então cidade de Porto Presidente Stroessner (hoje Ciudad del Este) a Foz do Iguaçu”. (CHEDID, 2010, p.144). A Ponte da Amizade marcou a aliança política diplomática entre Brasil e Paraguai, ressignificando o sentido do espaço fronteiriço, pois tornou-se um local de trânsito para diferentes sujeitos e passou a representar um espaço de múltiplas territorialidades por possuir diferentes funções.

Para Goettert (2013):

A fronteira, então, que parece solitária, única, tem a sua produção e reprodução apoiada nessa multiplicidade de “pequenas” fronteiras, sem as quais aquela tenderia a perder, em grande medida, a sua força expressiva, material e simbolicamente. [...] Na fronteira, faz-se a imagem, vê-se e sente-se a di-visão. (GOETTERT, 2013, p. 2-3).

Assim, o autor postula a multiplicidade cultural existente no ambiente fronteiriço, uma vez que são fronteiras culturais que se encontram nas fronteiras internacionais, proporcionando movimentos de aproximações, negações e apropriações. A fronteira não é apenas o outro lado da ponte ou o outro lado da rua, mas um espaço de constante movimentação, construído pelos sujeitos fronteiriços.

²⁰ Atual Ciudad del Este, localizada no extremo Leste do Paraguai, capital do departamento de Alto Paraná, Localizada 327 Km da capital, Assunção.

A Ponte da Amizade teve grande relevância não somente na questão econômica do Paraguai, mas também nas trajetórias de imigrantes brasileiros rumo às terras paraguaias. Para Cortêz (1992), a aproximação com o Paraguai foi pensada como uma manobra expansionista brasileira, idealizada pelos militares, ao ponto de, na década de 1960, aproximadamente 350 mil brasileiros se deslocarem para o Paraguai.

A Ponte da Amizade selou as relações entre os dois países e serviria de portal para a ocupação brasileira da fronteira guarani. Ela ligou, também, duas marchas migratórias de origens semelhantes. Uma foi a Marcha al Este, dos agricultores paraguaios, iniciada na década de cinquenta e fomentada pelo governo, com o objetivo de expandir a fronteira agrícola e ocupar os espaços vazios na divisa com o Brasil, integrando a região a economia nacional, e de deslocar os camponeses, que se aglomeravam em minifúndios próximos a capital, para evitar tensões sociais. [...] a outra foi a Marcha para o oeste, no Brasil, também iniciada na década de cinquenta, com o deslocamento da fronteira do café no Paraná e os deslocamentos dos conflitos e, mais tarde, intensificada pelos governos militares, através dos projetos de colonização do INCRA. (CORTÊZ, 1992, p.24).

Em busca de projeção na América Latina, o Brasil precisaria romper com a visão negativa que a população paraguaia havia adquirido após a Grande Guerra (1864-1870). Foi pensando em quebrar este estigma que o governo brasileiro passou a investir em um projeto denominado Missão Cultural no Paraguai a partir da década de 1950, que buscava proporcionar uma integração cultural.

Chedid evidencia que:

A Missão teve suas funções e objetivos sistematizados num acordo assinado em 1952 e esteve em vigor até 1974. Sua ideia inicial era organizar cursos de português, cooperar com a Universidade Nacional de Assunção e desenvolver projetos educacionais de intercâmbio. (CHEDID, 2010, p. 142).

De início, o projeto tinha como característica uma aproximação cultural, porém, com o passar dos anos, o governo brasileiro viu uma forma de modificar suas relações através da interferência no cenário cultural paraguaio, com um objetivo essencialmente político. Esta estratégia pode ser considerada uma “invasão” do *eu* no território do *outro*, sendo consentida ou não pelos cidadãos paraguaios. Assim, a Missão tinha como pano de fundo um interesse político.

Dentre outros elementos que marcaram a integração entre Brasil e Paraguai, cabe destacar a construção de rodovias ligando as principais cidades paraguaias aos portos

brasileiros, doação de uma área para exportação e importação dos produtos paraguaios no Porto de Paranaguá e a construção no rio Paraná da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, entre 1974 e 1982 ²¹.

A construção da Usina de Itaipu Binacional, em especial, conectou o Brasil ao Paraguai definitivamente. A Hidrelétrica tornou-se alvo de especulações por parte de autoridades políticas e profissionais envolvidas no projeto, principalmente engenheiros, criticados diante da perspectiva de inundação de uma extensa área de terra, e do Salto de Sete Quedas ou Salto del Guairá. Cabe destacar que, este território era reivindicado pelos paraguaios desde a Grande Guerra. Souchaud (2011) ressalta os objetivos da construção de Itaipu para os governos dos dois países:

No Paraguai, o objetivo é captar recursos e gerar rendas fundiárias e energéticas que possam ser redistribuídas para as clientelas do poder aliciador do general Stroessner. Do lado brasileiro, a hidrelétrica deve sustentar o crescimento urbano e industrial da região Sudeste, concentrado em São Paulo, e alimentar com “novas” terras a modernização agrícola. (SOUCHAUD, 2011, p. 137).

O enchimento do lago da Usina arrefeceu os problemas fundiários, uma vez que atingiu uma extensa área de agricultura que mantinha famílias camponesas. Pelas observações de Cortêz (1992, p. 31) é possível notar um número aproximado de despejados e/ou desapropriados no Paraguai. No Brasil, as informações mais precisas apontam que o total de desalojados se aproximou de 40 mil, sendo grande parte da população composta de pequenos proprietários de terra.

Alguns receberam indenizações pelas perdas de suas propriedades e passaram a adquirir terras, principalmente, no Paraguai, pois o que haviam recebido não era suficiente para comprar terras brasileiras. Os que não contaram com a indenização, em sua maioria, ingressaram em movimentos sociais e contribuíram para o surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Os primeiros passos da organização de famílias ameaçadas ou atingidas direta e indiretamente por barragens foram dados no final da década de 1970. Segundo dados do MAB (2011), participaram da organização não apenas famílias que possuíam terras atingidas pela represa, mas também por muitas que dependiam economicamente das comunidades atingidas. Incluía-se no movimento social arrendatários, posseiros, pescadores, meeiros, parceiros,

²¹ O Tratado de Itaipu foi assinado em 23 de abril de 1973, entre os Presidentes do Brasil Emílio Garrastazu Médici e o do Paraguai Alfredo Stroessner.

agregados, trabalhadores rurais sem-terra, entre outros. As reivindicações do MAB incluíam a criação de uma política nacional de direitos dos atingidos, defendendo a formação de um fundo de auxílio para reparar os prejuízos das pessoas afetadas por construções de barragens²².

Segundo Scherer-Warren (2008):

A possibilidade da construção de sujeitos e da transformação desses sujeitos em atores politicamente ativos não transcorre como uma necessidade imediata da vivência de carências. A carência por si só não produz movimentos sociais. O movimento resulta do sentido coletivo atribuído a essa carência e da possibilidade de identificação subjetiva em torno dela. Resulta também da subsequente transformação dos sujeitos em atores políticos, da respectiva transformação das carências em demandas, dessas demandas em pautas políticas e das pautas políticas em ações de protestos. Além disso, para se observar o surgimento de um movimento social propriamente dito, esse deve ter a capacidade de auto identificação coletiva em torno de conflitos, de adversários centrais a serem enfrentados e da construção de projetos e utopias de mudança. (SCHERER-WARREN, 2008, p.3).

A partir de dados coletados na Biblioteca de Itaipu Binacional articulados ao Censo Agrícola de 1975 assumido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Baller (2008) nos mostra que os principais municípios brasileiros atingidos por barragens foram Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa, totalizando cerca de 42.444 pessoas. Na margem paraguaia cerca de 20.000 mil pessoas tiveram terras desapropriadas.

Nesse contexto, as relações entre Brasil e Paraguai passaram a ganhar um novo componente: a questão agrária. Na fala do ex-deputado federal Sérgio Cruz, parlamentar envolvido com o movimento de retorno e luta pela terra dos brasiguaios que (re) ocuparam a Santa Idalina, percebe-se que:

O tratado mais importante feito na época da ditadura foi o de Itaipu né, da construção de Itaipu foi o mais importante. Agora, houve muita, muita relação com o Brasil nesta questão fundiária também e foi exatamente nesta época também que os brasileiros começaram a migrar mais pro Paraguai e havia uma facilidade grande até por essa relação política do Brasil com o Paraguai²³.

²² Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br>.

²³ ENTREVISTA. Sérgio Cruz. 72 anos. Campo Grande-MS. 21/07/2014.

O entrevistado evidenciou o problema fundiário como consequência dos acordos estabelecidos entre os dois países. O governo paraguaio, com sua política desenvolvimentista e a oferta de terras fartas e baratas, atraiu e impulsionou diversos brasileiros. Dessa forma, foram configurados outros tipos de fronteiras com a construção de Itaipu e a intensificação dos processos imigratórios.

A integração entre Brasil e Paraguai, intensificada com o Tratado de Itaipu, teve seu desenrolar com a política de extensão da fronteira agrícola brasileira, o desenvolvimento da produção de soja nos departamentos da região leste do Paraguai e o crescimento das cidades de fronteira, principalmente a Ciudad del Este, que se tornou o principal ponto de comércio entre as duas nações. Este desenvolvimento agrícola teve suas raízes no “movimento convergente orientado em direção ao oeste do lado brasileiro e em direção ao leste do lado paraguaio”. (SOUCHAUD, 2011, p.137).

O movimento de ocupação deste espaço²⁴ ocasionou o aparecimento das chamadas fronteiras agrícolas, essencialmente vinculadas ao modelo de desenvolvimento baseado na modernização do campo. Posteriormente, a formação dessas fronteiras serviu como “válvulas de escape para tensões sociais e como incremento da produção agrícola sem provocar alterações mais profundas na estrutura fundiária”. (GREGORY, 2002, p. 246). Assim, a questão principal que direciona esta problemática é o meio rural. O Governo de Stroessner, por meio do *Programa de Alianza para el progreso*, buscou ampliar a estrutura fundiária do Paraguai. Neste período foram criados o Instituto de Bienestar Rural²⁵ (IBR) e o Estatuto Agrário, que visavam discutir a questão fundiária no país.

Antes da aproximação política, um aspecto relevante que merece destaque sobre a fronteira entre Brasil e Paraguai foi a forma de percepção do espaço. A fronteira era considerada mais paraguaia do que brasileira em decorrência da falta de interação cultural entre os países. A partir das trajetórias desenhadas pelos imigrantes, a fronteira deixou de ser linha e se tornou dinâmica, marcada por um movimento de constante modificação.

1.3 Uma identidade de luta pela terra: os brasiguaios na Gleba Santa Idalina

²⁴ O espaço social e as diferenças que nele se desenham espontaneamente tendem a funcionar simbolicamente como espaços dos estilos de vida ou como conjunto de *Stände*, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes. (BOURDIEU, 2010, p.144).

²⁵ LEY n° 852/63

O que se denomina de (re) ocupação da Gleba Santa Idalina pelos brasiguaios, em 1985, foi antecedida um ano antes pela ocupação das terras por grupos de posseiros e de colonos sem-terra que residiam nos municípios sul-mato-grossenses de Mundo Novo, Caarapó, Batayporã, Itaquiraí, Eldorado, Naviraí, Taquarussu, Nova Andradina, Dourados, Fátima do Sul e Ivinhema. A ocupação e montagem do acampamento em 1984 por trabalhadores rurais contaram com o assessoramento de representantes da CPT ²⁶. Porém, a empresa proprietária das terras, SOMECO S/A ²⁷, conseguiu na justiça um mandado de despejo efetivado em 14 de maio de 1984.

Como opção imediata, os agricultores foram para o pátio da Igreja Matriz do município de Ivinhema (MS), onde receberam alimentação. No dia 16 de maio de 1984, o Bispo Dom Teodardo Leitz ofereceu às quase mil famílias uma área para acampamento de aproximadamente 3 hectares na Vila São Pedro em Dourados (MS) até serem transferidos para a Gleba Padroeira do Brasil, localizada no município de Nioaque (MS), região sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul.

Para compreender melhor como se deu a (re) ocupação da Gleba Santa Idalina em Ivinhema (MS) pelos brasiguaios, no ano de 1985, é necessário atentar às trajetórias dos sujeitos, aos deslocamentos para terras paraguaias, ao retorno e inserção nos movimentos sociais de luta pela terra.

A primeira vista, brasiguaios são definidos como imigrantes brasileiros no Paraguai. No entanto, a compreensão do termo não é tão simples, pois as inserções de sujeitos fronteiriços no conjunto de organizações camponesas na luta pela terra foram feitas de maneiras distintas. Isto nos abre uma série de questões para pensar quem são os brasiguaios. Serão os brasileiros que possuem terras em ambos os lados da fronteira? Serão os brasileiros que imigraram para o Paraguai no anseio de adquirir terras mais baratas entre as décadas de 1960 e 1980? Serão os pequenos agricultores camponeses que possuem pequenas áreas de

²⁶ A Comissão Pastoral da Terra foi criada na década de 1970, período em que a igreja passou a ser inserida no debate da luta pela terra. A CPT se apresentou como uma Pastoral que possuía vínculos com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sendo constituída por uma Assembleia Nacional, Congresso, Coordenação Nacional, Coordenação Regional, Secretária Nacional, Articulações (Eclesiais, movimentos sociais e internacionais).

²⁷ A SOMECO S/A foi criada em 25 de novembro de 1957, sendo de propriedade do empresário Reynaldo Massi, para colonizar as terras que deram origem ao município de Ivinhema (MS). A empresa adquiriu entre 1958 e 1962 cerca de quatrocentos mil hectares de terras no antigo Mato Grosso, nas proximidades do rio Ivinhema. A Sociedade de Melhoramentos e Colonização S/A tinha a responsabilidade de realizar os estudos topográficos da região, planejamento das áreas adquiridas, abertura dos lotes, bem como traçar um programa para sua infraestrutura. A partir da década de 1960, com a emancipação do município de Ivinhema, a SOMECO S/A, manteve e conquistou o controle sobre extensas porções de terras que posteriormente foram questionadas por movimentos sociais.

terra do outro lado da fronteira em consequência da expulsão pelos latifundiários e da modernização conservadora da agricultura brasileira? Serão os imigrantes brasileiros que foram “expulsos” do Paraguai e constituíram movimentos de luta pela terra no Brasil?

A partir de fontes impressas que representam diferentes grupos políticos e sociais é possível observar vários significados dados aos brasiguaios. Lideranças do MST, através do *Jornal Sem Terra*, retrataram os brasiguaios como “lavradores brasileiros [...] que tiveram como única alternativa para sobreviverem na terra, depois de migrarem para diversos estados do sul do país, as terras férteis do Paraguai, na faixa de fronteira”²⁸. Por meio do jornal, os brasiguaios aparecem como agricultores brasileiros que viviam no Paraguai, sendo “[...] formados de pequenos arrendatários, boias-frias, meeiros e pequenos proprietários, que migraram do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e até mesmo do Nordeste. Todos sem recursos para comprar terra no Brasil”²⁹.

O jornal *O Progresso*, impresso de propriedade de famílias tradicionais de Dourados (MS) e de grande circulação na região onde ocorreu a (re) ocupação da Gleba Santa Idalina, descreveu os brasiguaios como “brasileiros que deixaram o Paraguai, expulsos pela repressão da ditadura, em busca de asilo em sua própria pátria” e um “grupo de brasileiros que trabalhavam no Paraguai e que armaram acampamento em Mundo Novo à espera da reforma agrária”.³⁰

Em reportagem de 15 de setembro de 1985 do jornal *O Globo*, publicado no Rio de Janeiro (RJ) e com circulação nacional, os brasiguaios foram definidos como “lavradores brasileiros que trabalham no Paraguai e tiveram que voltar movidos pela pressão do trabalho quase escravo a que lá estavam submetidos”³¹.

Nota-se que diversos periódicos trataram os brasiguaios como um grupo social constituído por milhares de famílias brasileiras que se deslocaram para a fronteira leste paraguaia na década de 1970, em decorrência da mecanização agrícola, expansão da monocultura em latifúndios no Brasil e da construção da Itaipu Binacional. Estes imigrantes passaram a enfrentar no Paraguai sérios problemas com documentação, titulação de terras, desapropriações, conflitos, entre outros.

Os jornais de circulação no Paraguai, como *ABC-Color*, *Ultima Hora* e *La Nacion*, definiram os brasiguaios como “Agricultores brasileiros que ocuparam as terras de camponeses paraguaios”, sendo recorrente o uso do termo invasão para se referir à presença

²⁸ *Jornal Sem Terra*, 1985, n°43, p.10.

²⁹ *Jornal Sem Terra*, 1985, n°45, p.7.

³⁰ *Jornal O Progresso*, 1985, n°4132, p.1-7.

³¹ *Jornal O GLOBO*, 1985, p.7.

de brasileiros no Paraguai. Dentre inúmeras reportagens que difundiram esta visão, destacaram-se a do Jornal *ABC-Color* ao opinar que “invasión y éxodo esperan solución en Caazapá”³² e do *La Nación*, que ponderou sobre “Governador de Caaguazu pide frenar invasión de brasileños”³³.

A expressão “invasores” presentes nas publicações dos periódicos sugerem um amplo campo de análise das representações, na construção do sujeito brasiguai. Assim, cabe considerar que estudar os brasiguaios significa entender diversos olhares sem desmerecer a dinâmica do espaço fronteiriço e não reforçar a ideia de que a fronteira é algo imóvel.

Com base na análise de jornais brasileiros e paraguaios, percebeu-se a utilização de expressões distintas para noticiar os brasiguaios. Em impressos brasileiros, os brasiguaios foram apresentados como vítimas de atos de violência da polícia paraguaia ou das invasões de suas terras por parte dos “campesinos”. Na imprensa paraguaia, os brasiguaios ficaram conhecidos como imigrantes brasileiros invasores ligados ao agronegócio.

Nas trajetórias de mobilização dos brasiguaios, o primeiro momento que o termo tornou-se público foi em 1985, quando aproximadamente mil famílias instaladas em um acampamento no pátio da Prefeitura Municipal de Mundo Novo (MS) mobilizaram-se e, através de suas lideranças e entidades de apoio, publicaram uma “Carta à população” denunciando as condições sociais dos agricultores no Paraguai e o anseio em adquirir terras no Brasil. Nela, justificaram a situação:

Fomos obrigados a ir para o Paraguai. A situação no Brasil era difícil. A terra está nas mãos dos latifundiários. Não arrendam porque está cheia de capim ou plantada de soja. Os fazendeiros tocam a lavoura com máquinas. Não precisam de mão de obra. Fomos obrigados a deixar a terra natal para não viver como boia-fria. Imigramos para o Paraguai³⁴.

Como se vê, os brasiguaios se colocaram como trabalhadores rurais expulsos do Brasil por causa dos latifundiários, da monocultura e da mecanização da mão-de-obra. Observa-se na carta que o vínculo a terra, enquanto forma de reprodução da vida camponesa, colaborou na construção do conceito e da representação do sujeito brasiguai.

A formação do acampamento de Mundo Novo (MS) marcou o movimento de retorno dos brasileiros que utilizaram como “trilha” o município fronteiriço ao de Salto del Guairá-

³² Jornal ABC Color, 16/08/2003.

³³ Jornal La Nación. 07/07/2003.

³⁴ CARTA À POPULAÇÃO. Mundo Novo. 21/06/1985.

PY. Os brasileiros eram provenientes das cidades de Santa Rosa, Canindeyú, Corpus Christi, Alvorada, Guaivirá, Santa Clara, La Paloma del Espiritu Santo, Figueira, Maracajú, Caarapã, Puente Kijha e Guadalupe.

Além de ponto de travessia, como ficou conhecido, Mundo Novo (MS) apareceu neste cenário como local de organização de movimentos sociais e do maior acampamento de brasiguaios na década de 1980. Como decorrência, seus acampados ocuparam a Gleba Santa Idalina em 1985, tendo como objetivo a conquista de áreas consideradas ociosas. O acampamento, segundo lideranças do MST, foi o primeiro passo para tirar a reforma agrária do papel, uma vez que se constituiu como uma forma de luta e resistência. Segundo o *Jornal Sem Terra*, a ocupação de terras era uma forma de “reforma agrária dos trabalhadores”³⁵.

Fernandes (2007) destaca que as ocupações e acampamentos constituem uma linguagem simbólica, um modo de fazer afirmações por meio de atos. Para o autor:

Os movimentos criam a demanda por terra ao convidarem os trabalhadores para ocupar as fazendas. São eles que lhes abrem a possibilidade de ter acesso a uma terra com a qual nunca haviam sonhado. Ao aceitarem o convite e se instalarem nos acampamentos os indivíduos se tornam sem-terra porque passaram a reivindicar a terra para si. (FERNANDES, 2007, p.8).

Na análise das trajetórias dos brasiguaios evidenciou-se uma diversidade de situações que antecederam a ocupação da Gleba Santa Idalina. Para a direção do MST, “ocupar” se tornou uma solução devido a potencialidade de geração do fato político, chamando a atenção de autoridades políticas e públicas para a concentração de terras no Brasil. Algo similar foi apontado pelo ex-deputado federal Sérgio Cruz: “só se consegue terra estando debaixo de um barraco de lona acampados, tem que ter pressão de acampamento”³⁶.

Para Sigaud (2004):

Com o ato de ocupar, os *movimentos* legitimam suas pretensões à desapropriação e ao reconhecimento de que aquela ocupação é sua. Ao montar seu barraco o trabalhador diz que quer a terra. Esta afirmação está dirigida ao Inca, que no momento de selecionar os futuros beneficiários irá contabilizar os que se encontram *debaixo da lona preta*; ao *movimento* que o incluirá em suas listas a serem apresentadas ao Inca; e aos demais que se encontram no acampamento que irão reconhecê-lo como alguém que quer a terra. O barraco legitima a pretensão de *pegar terra*; é a prova do interesse em ser contemplado pela redistribuição das terras. O estar *debaixo da lona*

³⁵ Jornal Sem Terra. n°44. 1985. p.1.

³⁶ ENTREVISTA. Sérgio Cruz. 72 anos. Campo Grande-MS. 21/07/2014.

preta é representado como um sofrimento que torna aqueles que a tal se submetem mercedores da recompensa terra. (SIGAUD, 2004, p.4).

Nesse contexto, um dos problemas enfrentados pelos brasiguaios quando chegaram ao Brasil foi a tensão com os trabalhadores rurais sem-terra, que já se encontravam lutando pela reforma agrária. Deste modo, a identidade diferenciada poderia dar visibilidade perante os demais movimentos sociais, evidenciando as dificuldades vivenciadas no Paraguai. Como estratégia de fortalecimento das reivindicações e de amenização de conflitos com outras categorias de luta pela terra, os brasiguaios optaram em reproduzir a cultura de origem, baseada “na condição de mulher e homem da terra, trabalhador (a), agricultor (a) familiar”. (OLIVEIRA, 2013, p.102).

Cortêz (1992), ao trabalhar o processo de ocupação da Gleba Santa Idalina, tratou os brasiguaios como:

[...] o resultado da expropriação e expulsão violenta de centenas de milhares de agricultores do Sul do país, iniciada na década de cinquenta, no sudoeste e oeste do Paraná, quando as terras devolutas, ocupadas por colonos, foram sendo anexadas as das colonizadoras, para serem comercializadas ou incorporadas a novos latifúndios, iniciando, assim, a concentração de terras na região. (CORTÊZ, 1992, p.13).

Essas questões levantadas acerca dos conflitos de terra no Estado do Paraná também foram percebidas na fala do brasiguai José Roberto dos Santos. Para ele:

A gente tinha uma quantia de terra em Cascavel no Paraná, aí o INCRA entrou lá naquela região. Naquele tempo lá em Cascavel era um lugar bom pra se viver, bom pra produzir, mas um lugar de muito atrito sobre terra, grilos de terra. Você comprava uma propriedade, você morava dez anos e aparecia outro dono, daqui a pouco só na bala pra resolver, naquele tempo era assim, se não matava morria ou sumia. Aí a gente, aí o INCRA veio e desapropriou a área que nois morávamos ali em Cascavel, desapropriou aquilo ali e ficou mais uns dois anos, aquilo só criou atrito entre arrendatário e fazendeiro, porque o INCRA chegava dizendo que não precisava pagar mais renda, falava essas terras é de vocês, fazia cadastro assim na casa. Aí na hora que a caminhoneta do INCRA acabava de sair no carreador, vinha o administrador e perguntava o que eles veio fazer aqui, aí a gente respondia, há eles veio aqui e tal, fez um cadastro aqui, aí eles falava é bom você ir embora, se não vai morrer tudo³⁷.

³⁷ ENTREVISTA. José Roberto dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

Situações como esta ganharam espaço na grande imprensa. No ano de 1985, a Rede Globo de Televisão, através do programa *Globo Repórter*, levou ao ar uma reportagem que abordou as condições de vida dos brasiguaios no acampamento de Mundo Novo (MS) e o reassentamento destes nas terras pertencentes à Gleba Santa Idalina. A reportagem representou os brasiguaios como vítimas do governo paraguaio e da modernização da agricultura brasileira, trazendo à tona diferentes abordagens da mídia brasileira e paraguaia acerca dos brasiguaios.

No entanto, os brasiguaios surgiram a partir da problemática imigratória de brasileiros em direção ao Paraguai e da constituição de um grupo com o objetivo de lutar pela terra. Neste sentido, não há como escapar da perspectiva de que os brasiguaios são imigrantes, pois foi a partir desta condição que surgiu uma nova denominação para os brasileiros que se encontravam no Paraguai. Para Martins, ser imigrante “é estar em dois lugares ao mesmo tempo e não estar em nenhum”. (MARTINS, 1988, p.45). Quando retornaram ao Brasil mantiveram o objetivo e se constituíram por sujeitos de diferentes características, tornando-se um grupo essencialmente heterogêneo, mas com uma perspectiva em comum, a luta pela propriedade da terra.

No Paraguai, os brasiguaios passaram a ser vistos como imigrantes brasileiros e/ou camponeses brasileiros (pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, posseiros), na terra do *outro*, atraídos por promessas de terras fartas e facilidades de trabalho. Ao ser perguntado sobre o termo brasiguai, o trabalhador rural João Francisco dos Santos respondeu que “[...] é por causa que é Brasil e Paraguai né, aí deram o nome de Brasiguai, porque era um povo brasileiro que morava no Paraguai, então deram este nome de brasiguai”³⁸. Para a agricultora Inês Maria Alvarenga Alves, brasiguai é “o brasileiro que entrou no Paraguai e morou dez, quinze, vinte anos, não importa, entrou dentro do Paraguai é um brasiguai”³⁹.

Segundo Martins, “a luta pela terra se transforma em movimento político alternativo que, ao invés de se traduzir em propostas de reforma, se traduz numa proposta de reformulação radical do direito de propriedade”. (MARTINS, 1988, p.68). Os brasiguaios retornaram ao Brasil para lutar pela reforma agrária e utilizaram da denominação para se diferenciar dos demais movimentos de luta pela terra. Conforme sugere Sprandel:

³⁸ ENTREVISTA. João Francisco dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 25/06/2015.

³⁹ ENTREVISTA. Inês Maria Alvarenga Alves. 52 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

Brasileiros, estrangeiros e imigrantes, a verdade é que o segmento dessa população camponesa mais ameaçada em suas condições materiais de existência se organizou politicamente e forjou uma nova identidade, a de brasiguaios. Através dessa identidade tratou de distinguir-se dos demais brasileiros residentes no Paraguai, em especial dos grandes proprietários e empresários rurais, e dos chamados sem-terra e posseiros do Brasil (grupos camponeses que também reivindicam terras do governo) e indicou a gravidade dos problemas enfrentados ao transitar nas regiões de fronteiras internacionais. (SPRANDEL, 2014, p.2).

É possível notar que os brasiguaios buscavam sobretudo o reconhecimento como brasileiros e não como “*meio brasileiros*” e “*meio paraguaios*”. Esta demarcação da identidade brasiguaiia, enquanto luta, entrou em conflito com a afirmação da identidade brasileira, com o repatriamento.

A construção da identidade fez parte de um processo histórico, caracterizado pelo entrecruzamento de práticas e discursos. “A identidade e diferença estão, pois, em estreita conexão com a relação de poder: o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder”. (SILVA, 2000, p.81). Sob este prisma os discursos intervêm na formação do sujeito.

A luta dos brasiguaios se tornou uma luta pela ampliação dos espaços políticos dos trabalhadores rurais, tendo como referência a terra e o sustento da família. O trabalho constituiu-se não apenas como atividade, mas como concepção do vivido. Neste sentido, algumas ocupações de terras surgiram como alternativa e resposta às políticas de reforma agrária.

Os brasileiros que perderam suas propriedades no Paraguai e não voltaram para o Brasil, também passaram a utilizar a denominação brasiguaiio. Segundo Sprandel (1993):

A identidade brasiguaiia passou a ser acionada em outras ocorrências de conflitos envolvendo pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai, seja quando pretendiam retornar ao Brasil, seja quando tencionavam permanecer no Paraguai. Neste último caso, mudaram alguns dos componentes da atribuição, mas permaneceu a utilização da identidade como bandeira de luta para reivindicar junto a autoridades brasileiras pressões eficazes sobre o governo paraguaio na resolução de problemas relativos à documentação, regularização fundiária e conflitos pela posse da terra. (SPRANDEL, 1993, p.19).

Esta afirmação reforça a ideia de um grupo heterogêneo, uma identidade para definir fronteira, enquanto título de luta pela terra. Pela perspectiva de Baller (2014), pode-se

argumentar que os brasiguaios não constituíram um grupo étnico, pois não compuseram uma nova nação, mas uma identidade de luta, sobretudo de brasileiros.

Assim, o que é pertinente em nossa discussão é a concepção de brasiguaios entre 1985 e 1986, período que permeia a nossa problemática. Segundo Fabrini (2012) “foi no contexto de lutas e resistências realizadas nos movimentos camponeses e a imigração em busca da territorialização que se forjou o sujeito social e a denominação de brasiguaios”. (FABRINI, 2012, p.05). Neste âmbito, os brasiguaios engajados nos movimentos sociais conseguiram importantes conquistas, como a desapropriação da Gleba Santa Idalina no ano de 1986, em Ivinhema (MS), dando origem ao assentamento Novo Horizonte.

Percebe-se que os brasiguaios eram trabalhadores rurais de diferentes estados brasileiros e de condições econômicas distintas, podendo inseri-los em uma categoria política, haja vista que “a luta pela terra pode atingir o núcleo do direito à propriedade e desestabilizar a organização política” (MARTINS, 1988, p.71).

O jornalista Carlos Wagner defendeu a hipótese de que os brasiguaios são homens e mulheres sem pátria. O mesmo argumento defendido pelo autor pode ser observado em um documento intitulado *Apelo dos brasiguaios* (1992):

Estamos sem pátria e sem-terra. Nem brasileiros (pois não temos nossos direitos reconhecidos) e nem paraguaios. Somos os Brasiguaios e lutamos pelo direito de reingressar ao Brasil e dar aos nossos filhos uma pátria que os receba [...] Temos o direito de sermos repatriados [...] Se não tivermos apoio e garantia de nossos direitos, romperemos a primeira cerca, não só da fronteira, para fugir da marginalidade e da miséria que nos querem atirar⁴⁰.

Em apoio aos brasiguaios, o MST passou a organizar um boletim intitulado *Movimento pelo Repatriamento dos Brasiguaios* editado no município de Campo Grande (MS). O impresso relatou as condições de vida dos brasileiros no Paraguai e a sua crise identitária. Segundo a editora do informativo, a jornalista Cácia Cortêz, os “[...] Brasiguaios - nem brasileiros, nem paraguaios, mas um pouco dos dois - expressam a crise de identidade nacional a que foram submetidas centenas de milhares de agricultores brasileiros na fronteira paraguaia nas últimas décadas”⁴¹.

Os termos sem-terra e sem pátria tornaram-se recorrentes no periódico, uma vez que buscaram defender a nacionalidade dos imigrantes, reivindicando “uma pátria para os brasiguaios”. Para Sprandel (1993), uma “[...] das principais características da mobilização

⁴⁰ DOCUMENTO. Apelo dos brasiguaios. Amambaí-MS. 26/05/1992.

⁴¹ Boletim do movimento pelo repatriamento dos brasiguaios. Campo Grande-MS. 1992.p.3.

dos chamados brasiguaios foi a utilização de um discurso político que reafirmava constantemente a nacionalidade brasileira”. (SPRANDEL, 1993, p. 21).

Deste modo, a categoria surgiu apenas enquanto uma identidade política “construída a partir de um discurso de ausência da cidadania brasileira e da necessidade de publicizar os símbolos da nacionalidade brasileira”. (ALBUQUERQUE, 2010, p.229). De acordo com Albuquerque, os brasiguaios se constituíram como uma categoria de intermédio no ambiente fronteiriço, relacionada à política agrária e ao crescimento dos movimentos sociais. Todos os dias no acampamento de Mundo Novo (MS), os brasiguaios hasteavam a bandeira e entoavam o hino nacional brasileiro. Tais ações simbólicas faziam parte de um contexto de mobilização da opinião pública de valores que, além do vínculo com a terra, deixaram transparecer o sentimento de nacionalidade brasileira.

Como se vê, os brasiguaios cunharam esta identidade em situação de tensão e conflito social, utilizando experiências vividas no Paraguai e construindo representações do que é ser “brasiguai”, pois “organizados em movimentos empreenderam importantes lutas pela conquista da terra, aproximando-se e mesclando-se, muitas vezes, com a luta dos sem-terra do MST”. (FABRINI, 2012, p.5). A comparação em alguns momentos com os sem-terra do MST ocorreu diante do assessoramento prestado pela CPT aos brasiguaios, o que contribuiu para o fortalecimento dos movimentos sociais na década de 1980, sem desmerecer distinções entre os sujeitos sem-terra e brasiguaios.

Alguns brasiguaios de Mundo Novo (MS), que nos dias atuais se encontram em Novo Horizonte do Sul (MS), território pertencente na década de 1980 a Gleba Santa Idalina, identificam-se como brasileiros e não como brasiguaios. Como narra o trabalhador rural Jovercino Francisco dos Santos, “eu não acho muito certo não, que eu quero ser é brasileiro, brasileiro. Se a gente é brasileiro não tem nada com Paraguaio não. (Risos) ⁴².”

Nota-se uma resistência em relação às tradições paraguaias. Ao ser perguntado se guardava costumes adquiridos no Paraguai, Jovercino disse: “Sei lá, a gente nem entendia bem os paraguaios, as comidas não é bem as comidas da gente, sabe! É diferente as músicas deles também, é diferente das da gente do Brasil, então outras coisas eu não achei muito interessante não. ⁴³

⁴² ENTREVISTA. Jovercino Francisco dos Santos. 73 anos. Novo Horizonte do Sul. 25/06/2014.

⁴³ ENTREVISTA. Jovercino Francisco dos Santos. 73 anos. Novo Horizonte do Sul. 25/06/2014. Apesar de percebermos resistência de alguns trabalhadores rurais em relação as tradições paraguaias, cabe destacar que a partir da formação do Assentamento Novo Horizonte as linhas, localidades e grupos familiares conservaram os nomes dos locais de onde vieram do Paraguai.

A organização dos brasiguaios nos movimentos sociais de luta pela terra fez-se a partir do estabelecimento de “redes”⁴⁴, ou seja, relações entre diversos sujeitos que passaram a compor o movimento em suas múltiplas potencialidades e tensões. Para Warren (2006) movimentos sociais em rede:

[...] pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, o movimento social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações acima mencionadas. A ideia de *rede de movimento social* é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos. (WARREN, 2006, p.5)

A luta de trabalhadores rurais não se configurou apenas pela conquista da terra, mas também por experiências históricas que carregam forte relação entre trabalho, terra e família. As experiências de trabalhadores rurais os fizeram se identificar a outros tipos de mobilizações, dando um sentido de rede de solidariedade composta por diversos movimentos sociais e estruturas sindicais de assessoramento, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e inúmeras organizações de trabalhadores rurais do semiárido nordestino, entre outras.

Farias (2013) observou que os movimentos sociais de luta pela terra:

[...] buscam corresponder aos anseios das famílias que lideram, enfrentando relações que não estão isentas de conflitos, pois passam pela construção de novas identidades, novos saberes e regras de comportamento e podem, muitas vezes, distanciar os sujeitos de suas experiências anteriores e do modo de vida construído em longas trajetórias de idas e vindas. As relações, os conflitos diários, as lutas e visão de futuro, passam por novas influências, alterando as experiências pessoais e coletivas. (FARIAS, 2013, p.391).

⁴⁴ Este conceito nos permite compreender as relações sociais entre os diversos sujeitos envolvidos em um mesmo processo histórico.

Em meio aos conflitos cotidianos, os brasiguaios foram identificados como trabalhadores imigrantes, uma vez entendidos como brasileiros que se instalaram no Paraguai com o anseio de adquirir terras. Porém, para Menezes (2002), a mobilidade dos trabalhadores decorreu de “mudanças sociais, no sentido da modernização do processo de produção e das relações de trabalho”. (MENEZES, 2002, p.48).

Para outra autora, a problemática da terra tem suas raízes ao longo de séculos, com:

[...] a modernização tecnológica da agricultura, a natureza do processo de urbanização, a peculiaridade da formação de diferentes segmentos dos trabalhadores brasileiros, as migrações, a desestruturação de formas de vida ao longo do tempo, as peculiaridades sociais e políticas daqueles que são proprietários de terras. (MEDEIROS, 2003, p.9).

No caso dos brasiguaios ⁴⁵ da Gleba Santa Idalina, nota-se uma forte delimitação da identidade na fronteira. O espaço, no sentido de “tempo vivido” que não é natural-concreto, mas socialmente construídos pelos sujeitos que o ocupam, definiu um território ⁴⁶ múltiplo, diverso e complexo.

Segundo Woodward (2013), as “identidades em conflito estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem”. (WOODWARD, 2013, p.25). Enquanto bandeira de luta, a identidade se torna um fator importante de mobilização política. “A política de identidade tem a ver com o recrutamento de sujeitos por meio do processo de formação de identidades” (WOODWARD, 2013, p.37).

A diferença entre os sujeitos é marcada por sistemas simbólicos e exclusão social. Diferença é *aquilo que o outro é*. Identidade seria *aquilo que eu sou*. Identidade e diferença são dependentes, ao mesmo tempo em que são produzidas por alguém ou algum grupo. Quando um imigrante afirma “sou brasileiro” está querendo dizer que não é paraguaio. Esta forma de negação está inserida num processo de produção simbólica e discursiva.

A luta dos brasiguaios da Gleba Santa Idalina está enraizada nos movimentos sociais do campo como forma de resistência e de sustentação da vida camponesa. Foi desenvolvida

⁴⁵ Os brasiguaios manipulavam a identidade de forma a que lhes servia, sendo uma discussão muito próxima com a alteridade, a diferenciação para o reconhecimento, se reconhecem pelo distanciamento, que pode ser discursivo.

⁴⁶ A pesquisa se enquadra na perspectiva dos territórios de dominação simbólica, caracterizadas pelo: processos de apropriação dos “territórios diferentes”, territorialidade “sem território” com a ideia de terra prometida, princípio da multiplicidade definidas pelas múltiplas identidades e território como símbolo, valor simbólico-abrigo-lugar almejado.

com a organização de famílias e a projeção política dada às ocupações de terras, reforçando a concepção, assim como apontado por Martins (1988), que a terra deve ser vista como um instrumento de trabalho e não como propriedade no sentido dominante.

Esta concepção foi apresentada na *Carta à população* elaborada pelos brasiguaios que retornaram do Paraguai via Mundo Novo (MS). Nela, os agricultores ressaltaram que estavam acampados porque reivindicavam terra para plantar e manter suas famílias. Mesmo não gostando da situação de acampado, amenizaram que no Paraguai não era impossível permanecer.⁴⁷

Nesse sentido, as articulações entre brasiguaios, MST e entidades de apoio colocaram em pauta a discussão política sobre a devolutividade das terras, o que incluía territórios com documentações duvidosas, como a Gleba Santa Idalina, em Ivinhema (MS), entendida como uma extensa faixa de terra ociosa.

Estes sujeitos defendiam uma luta para resgatar a cidadania através da reforma agrária. Assim, a construção de identidades tornou-se repleta de lutas e contestações. O “cruzar fronteira” para o sujeito fronteiriço pode significar simplesmente mover-se livremente entre os territórios simbólicos de diferentes identidades. (SILVA, 2013, p.88).

Os territórios, por sua vez, são marcados por redes, entrelaçado pela fluidez e a mobilidade, é “luta social”, enquanto conquista de espaço. Dessa forma, a territorialidade está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. (HAESBAERT, 2007, p.22). O imigrante que volta para seu local de origem já não é mais o mesmo, assim como o lugar, que já foi alterado, devido sua dinâmica territorial.

No processo de interpretação do sujeito brasiguai, pensar o significado de fronteira, suas múltiplas definições, bem como as relações entre Brasil e Paraguai que colaboraram para o processo imigratório, possibilita entender a construção do sujeito, uma vez que com a configuração de novos atores históricos denominados fronteiriços e/ou transfronteiriços, o conceito de fronteira passou a ser revisto pela historiografia. Assim, a partir desta análise é possível construir uma narrativa sobre as trajetórias dos brasiguaios.

⁴⁷ CARTA À POPULAÇÃO. Mundo Novo-MS. 21/06/1985.

CAPITULO II

BRASIGUAIOS: ITINERÁRIOS IMIGRATÓRIOS E TRAJETÓRIAS SOCIAIS

2.1 A imigração de brasileiros para o Paraguai

Nas década de 1950 a 1970, os milhares de brasileiros que se deslocaram para o Paraguai, em sua maioria, constituíram-se em grandes proprietários, agricultores médios, arrendatários e camponeses. Diante das múltiplas condições sociais e econômicas destes sujeitos, o foco desta pesquisa são os ocupantes de terra sem título, pequenos produtores rurais, trabalhadores diaristas, boias-frias e sem-terra, que se diferiram dos “sojeros” brasileiros do agronegócio, grandes proprietários de terras, responsáveis pela mecanização da agricultura no Paraguai e pela intensificação da monocultura da soja. Como sugere Fabrini (2012):

[...] muitos fazendeiros adquiriram terra no Paraguai em vista da oportunidade de negócio na produção da soja principalmente. Os fazendeiros brasileiros que se dedicam à produção de soja são denominados pelos meios de comunicação no Brasil de brasiguaios. No entanto, existe significativa diferença entre fazendeiros brasileiros do agronegócio no Paraguai e brasiguaios, verificada principalmente pela condição social, política e econômica. Embora existam conflitos de identidade ou nacionalidade no espaço de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, observa-se que eles são derivados do contexto de apropriação dos meios de produção do qual se destaca a terra. (FABRINI, 2012, p. 5).

Os brasiguaios, como salientado anteriormente, surgiram a partir de um processo imigratório⁴⁸ de brasileiros em direção às terras paraguaias. Deste modo, buscar entender seus

⁴⁸ No estudo das trajetórias dos brasiguaios percebemos que muitos já eram migrantes em solo brasileiro e ao deslocar-se para o Paraguai se tornaram imigrantes, assim os termos “migrantes” e “imigrantes” são recorrentes neste processo.

locais de origem, suas trajetórias e escalas ⁴⁹, os motivos de atração e repulsão, é condição importante para compreender a (re) ocupação da Gleba Santa Idalina em Ivinhema (MS), uma vez que essa conjuntura colaborou para a composição do termo brasiguaião.

Adotamos neste capítulo o conceito de “redes” em processos migratórios para entender itinerários e trajetórias dos brasiguaios que chegaram a Gleba Santa Idalina em 1985. Truzzi (2008) sugere que, além dos laços de parentesco e conterraneidade, outro fator importante a ser destacado nos deslocamentos humanos são as influências de agentes e propagandas que agem como correntes transmissoras de informações e produzem efeitos em cadeia ⁵⁰.

Algumas das definições de redes sociais discutidas pelo autor defendem que o ato de imigrar vincula-se ao agrupamento de indivíduos que mantém contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. O estudo de itinerários migratórios deve levar em conta, sobretudo, a trajetória social de cada sujeito ou grupo para descobrir elementos que contribuíram para o deslocamento. Cabe ressaltar que, em grande parte, o indivíduo não imigra sozinho, mas sim associado à família e articulado numa rede que facilita a sua interação noutro lugar. Como exemplo, temos a história da brasiguaiã Cirila Martins da Silva, que ficou sabendo das terras por meio de informações de conterrâneos que já estavam no Paraguai e salientou que “tinha conhecidos que morava lá e chamou, indicou, disse que lá era bom, disse que lá a terra produzia muito” ⁵¹. Noutra fala, o trabalhador rural José Roberto dos Santos nos mostrou a influência das redes de contato no seu processo de deslocamento:

[...] tinha uma pequena quantia, mas não dava pra se localizar no Brasil, aí no Paraguai era barato e tal. Aí a gente veio pra Sete Quedas, assim meio voluntário, a gente tinha um caminhãozinho, não éramos tão miserável também não. Botemos a mudança em cima e viemos pra Sete Quedas. E daí nós foi namorá o Paraguai. Aí lá em Corpus Christi que dava vinte quilômetros, a gente acabou encontrando um conhecido aqui do Brasil, do Paraná, de Umuarama. Aí foi um prato cheio, aí compramos uma pequena propriedade do irmão dele, compramos ⁵².

⁴⁹ O sentido de “escala” aqui empregado se refere aos vários deslocamentos que os indivíduos fazem até se estabelecerem em um local definitivamente.

⁵⁰ O termo cadeias, concebido na década de 1960 por pesquisadores australianos, foi originalmente definido como o movimento pelo qual migrantes futuros tomam conhecimento das oportunidades de trabalho existentes, recebem os meios para se deslocar e resolvem como se alojar e como se empregar inicialmente por meio de suas relações sociais primárias com emigrantes anteriores.

⁵¹ ENTREVISTA. Cirila Martins da Silva. 55 anos. Novo Horizonte do Sul. 24/12/2014.

⁵² ENTREVISTA. José Roberto dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

Estes laços também foram notados na narrativa de João Francisco dos Santos que disse: “meu tio foi até Salto e descobriu que tinha terras que estava vendendo ali e tinha muita, vários brasileiros estava comprando, então em contato um com o outro, ele conseguiu descobrir essas terras e comprou essas terras lá no Paraguai”⁵³. Nas falas é possível observar que os brasiguaios apenas analisam o bônus e não o ônus do processo imigratório, sendo muito forte o anseio de mudar de vida.

Compreender as motivações que fazem as pessoas se deslocarem é um dos elementos instigadores de estudiosos da imigração. Porém, é necessário se ater aos fatores de atração e de repulsão que provocam a transitividade e a imigração em escala de indivíduos que em busca de melhores condições de vida, produzem um movimento de imagens e representações sobre lugares, jeitos e sujeitos. Conforme Goetttert:

[...] transitividade migratória é de ligação e não de separação, por mais paradoxal que possa parecer: o transitório parece não pressupor a passagem de um estado a outro ou de uma condição a outra (na migração, de um lugar para outro) porque passa, é passageiro e efêmero; na perspectiva da transitividade migratória, o que se pressupõe não é apenas a passagem de um estado a outro ou de uma condição à outra (ou, na migração, de um lugar para outro), mas no amálgama entre dois ou mais estados ou entre duas ou mais condições, no (des) encontro entre dois ou mais lugares: o migrante é e não é, está e não está, é presente e ausente, é ausente e presente, simultaneamente. (GOETTERT, 2013, p. 58).

Ao analisar brasiguaios vemos que estas impressões são recorrentes. Sob uma perspectiva histórica, o processo de imigração de brasileiros para o Paraguai iniciou-se na década de 1950, quando ocorreram migrações para o oeste do Paraná e, posteriormente, uma imigração para o leste paraguaio. Em grande parte, os motivos destes deslocamentos foram a procura de emprego, de propriedades rurais e de melhores condições de vida.

Para o governo do Paraguai, esta onda imigratória significou um ganho de mão-de-obra especializada e barata, enquanto que, para o governo brasileiro, poderia garantir o cumprimento de acordos feitos por ambos os países. Para Cortêz (1992), a “[...] emigração acelerada de brasileiros para a fronteira Paraguaia favoreceu não só a estratégia expansionista dos militares, mas também a política entreguista de Stroessner, que condicionou o desenvolvimento paraguaio ao Brasil”. (CORTÊZ, 1992, p. 23).

Nestes anos, muitos brasileiros foram trabalhar em empresas de colonização do Paraguai (companhias de origem brasileira, norte-americana, alemã e japonesa)

⁵³ ENTREVISTA. João Francisco dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 25/06/2014.

impulsionadas, entre as décadas de 1950 e 1960, pelo projeto de ocupação dos espaços fronteiriços do governo de Alfredo Stroessner. Para Albuquerque (2010):

O movimento migratório para o Paraguai pode ser visto como uma continuidade da frente de expansão capitalista nos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul. As fronteiras agrícolas, como processos de expansão internos, ultrapassaram as fronteiras nacionais, principalmente, a partir de 1950. (ALBUQUERQUE, 2010, p.65).

As famílias de posseiros brasileiros passaram a trabalhar na derrubada das matas até a formação dos lotes, estabelecendo pequenas propriedades rurais onde se desenvolveu, principalmente, o cultivo comercial de hortelã até a década de 1960. Quando agricultores brasileiros chegaram ao Paraguai, muitas das primeiras famílias de posseiros voltaram para o Brasil, pois não possuíam recursos para investir nas lavouras. Para Fiorentin (2010), esta primeira leva de imigrantes buscou realizar “atividades que não necessitavam de investimentos pesados, como extrair madeira, plantar menta e praticar agricultura de subsistência. Quando a madeira acabava, acabava também sua principal fonte de renda”. (FIORENTIN, 2010, p. 42).

A partir dos anos de 1970, Stroessner colocou em prática a segunda etapa do projeto “Marcha al Este”, tendo como foco a venda de terras no Alto Paraná⁵⁴. As propagandas realizadas pelo governo e pela imprensa paraguaia conseguiram chamar a atenção de inúmeras famílias brasileiras residentes nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Segundo Riquelme (2005), “La venta masiva de tierras paraguayas a colonos brasileños se inscribe em el Tratado de Amistad y Cooperación firmado por los generales Ernesto Geisel y Alfredo Stroessner en diciembre de 1975”. (RIQUELME, 2005, p.138).

Com 1.365 quilômetros de fronteira com o Paraguai, a entrada de brasileiros em busca das terras paraguaias ocorreu com certa facilidade. Além de facilitar a venda de terras, a “Marcha al Este” visava reassentar os camponeses que viviam na área central e mais populosa do Paraguai”. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 65). Neste contexto, foi criado o Instituto de Bienestar Rural (IBR), órgão responsável pelas políticas rurais no Paraguai, pelas vendas e arrendamentos de terras.

⁵⁴ Alto Paraná é um Departamento do Paraguai localizado na região leste do país. Faz fronteira ao norte com o Departamento de Canindeyú, a leste com o Brasil e Argentina e ao sul com o Departamento de Itapúa.

Tais fatores contribuíram para que pequenos e médios proprietários de terras no Brasil pressionados pelos latifúndios e pela mecanização da agricultura, bem como camponeses que estavam em terras atingidas pelo lago da Itaipu Binacional⁵⁵, imigrassem para o Paraguai. Sprandel ressalta que:

A opção pelo Paraguai parece ter se configurado antes como possibilidade de acesso a novas áreas de terras agricultáveis, da melhor qualidade, pelas condições facilitadas. Essas terras situam-se muito próximas ao Brasil, e esse se faz presente nas transmissões de rádio e televisão. Além disso, é permanente o contato social e econômico com cidades paranaenses e sul mato-grossenses, limítrofes. (SPRANDEL, 1992, p.4).

A construção de Itaipu teve expressivo papel neste processo, pois seu lago atingiu áreas arrendadas por trabalhadores rurais brasileiros que não viram a realização das propostas de reforma agrária contidas no Estatuto da Terra de 1964⁵⁶. Para Baller (2008), a construção da Usina de Itaipu caracterizou-se como “divisora de águas”, tendo em vista a expropriação de centenas de famílias atingidas pelo lago. Deste modo, a imigração de brasileiros para o Paraguai se justificou pela busca, por trabalhadores rurais, de terras que carregavam um conjunto de significados e representações.

Segundo Wagner (1990):

O trânsito de agricultores pela aduana paraguaia da Foz do Iguaçu era contínuo e desordenado. Máquinas, animais e homens entravam no Paraguai como se estivessem indo para outro Estado brasileiro. Nas rádios das cidades do interior do Brasil, principalmente as gaúchas, pipocavam entrevistas de colonos que alardeavam ter ficado ricos da noite para o dia naquele país. Mas o quadro não era bem aquele que estava sendo pintado pelos colonizadores. (WAGNER, 1990, p. 18).

Nota-se que alguns brasileiros que se deslocaram para o Paraguai já eram migrantes no Brasil. Podemos citar as trajetórias de Jovercino Francisco dos Santos, nascido em Minas

⁵⁵ “O total de desapropriações exigidas por Itaipu chega a oito mil propriedades, desalojando 40 mil famílias que, de acordo com o documento elaborado em assembleia, na cidade de Marechal Cândido Rondon, no mês passado, exigem a implantação de programas de reforma agrária, em latifúndios por exploração e extensão, existentes no Paraná, a fim de que seja promovido o reassentamento dos proprietários, parceiros, arrendatários e assalariados atingidos pela barragem de Itaipu”. (O Estado de São Paulo, 1979, p.9).

⁵⁶ O Estatuto da Terra objetivava regular os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. Definia como Reforma Agrária o estabelecimento de um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio. Fonte: LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.

Gerais e migrante para os estados do Espírito Santo e Paraná, até alcançar La Paloma-PY; Pedro Luiz de Lima, natural de Maringá (PR), morou em Dr. Camargo (PR) e Altônia (PR) antes de chegar em Salto del Guairá-PY; e Cirila Martins da Silva, nascida em Dourados (MS), mudou para Mundo Novo (MS) até se instalar em Salto del Guairá-PY. Para Sprandel (1997), “estes brasileiros vinham de uma tradição com a propriedade da terra, possuindo um pequeno capital para mudar-se de país. Repetindo uma imigração feita por seus avós, tinham experiências em mudanças e adaptações às novas culturas”. (SPRANDEL, 1997, p.1).

Martins (1986) destacou que a necessidade de migração do camponês é resultado do limite de subsistência, sujeito às impossibilidades de ficar no local de origem ou a partir definitivamente. Cabe destacar que as trajetórias dos brasiguaios se configuraram na perspectiva de melhores condições de vida, como forma de reprodução social e anseio pela terra, como demonstrado por Jovercino:

Meu sonho era esse mesmo. Eu fui pro Paraguai porque aqui no Brasil eu fiquei sem jeito. No Paraná mesmo a terra era muito cara, não tinha como a gente comprar e lá tinha os direitos de posse e a gente comprava baratinho. Aí eu falei, eu compro e trabalho, talvez as terra são boas aí a gente tira algum conforto e depois compra no Brasil ⁵⁷.

Para a brasiguia Cirila, um dos motivos que a levou a imigrar para o Paraguai foi a “falta de terra para plantar, porque não tinha terra” ⁵⁸. Isto também foi apontado por José, que “buscava um pedaço de terra para cuidar da família” ⁵⁹ e Pedro, ao relatar que “a família foi crescendo, daí era uma chacinha pequena, dois alqueires e pouquinho, daí a gente veio pra cá e a terra era boa e barata” ⁶⁰.

Quando perguntados sobre as causas que os levaram a imigrar para o Paraguai, muitos brasiguaios evidenciaram a questão do acesso à terra. Deve-se considerar que grande parte desses imigrantes tinha como objetivo adquirir propriedades no Paraguai e, posteriormente, vendê-las e comprar no Brasil. Para Riquelme (2005) “La migración brasileña se distingue de los demás grupos migratorios radicados en el Paraguay por su volumen, densidad, concentración geográfica y poderío económico”. (RIQUELME, 2005, p.130).

Percebe-se, assim, que a possibilidade de obter terra tornou-se uma constante atração para os imigrantes. A busca pela terra era comparada a busca pela liberdade, pois “é da terra e de todos os bens produzidos desde a terra que o campesinato promove a sua existência”

⁵⁷ ENTREVISTA. Jovercino Francisco dos Santos. 73 anos. Novo Horizonte do Sul. 25/06/2014.

⁵⁸ ENTREVISTA. Cirila Martins da Silva. 55 anos. Novo Horizonte do Sul. 24/10/2014.

⁵⁹ ENTREVISTA. José Roberto dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

⁶⁰ ENTREVISTA. Pedro Luiz de Lima. 60 anos. 24/10/2014.

(FERNANDES, 2008, p.73). O brasileiro Luiz Pereira Alves, nascido no município de Realeza (PR), imigrou com sua família para a cidade de La Paloma-PY no ano de 1978, influenciado por seu pai que já se encontrava em terras paraguaias desde 1972. Segundo Luiz, sua família tinha treze alqueires de terras no Estado do Paraná que foram vendidos para adquirir no Paraguai. Ao ser questionado sobre como ficou sabendo das terras, Luiz relatou:

Meu Pai queria montar uma serraria com um amigo lá de Santa Izabel no Paraná, aí queria comprar uma serraria, aí vieram aqui pra Mato Grosso e entraram no Paraguai pra vê, aí entraram no Paraguai, viram que a terra era produtiva né, e na época requereu quase mil alqueires de posse né e passou a cultivar milho. Ele só roçava o mato e plantava, todo ano plantava quarenta alqueires de milho ⁶¹.

Os pequenos agricultores familiares que tinham propriedades no Brasil passaram a vendê-las e adquirir terras no Paraguai para se dedicarem ao cultivo de feijão, arroz, milho, mandioca, cana, soja e algodão. Outros brasileiros, ao imigrarem, instalaram-se em colônias de terras arrendadas de fazendeiros paraguaios e brasileiros, como relata Pedro Luiz de Lima:

A gente tocava terra na fronteira, na Internacional, na fazenda da Doutora Ana Rosa. Era arrendado, nós tinha um sítio em Japorã, mas a gente tocava seis alqueires de terra lá, como era grande né, aí a renda lá pagava 15%, pegava uma parte pra plantar capim né, trabalhamos três anos lá ⁶².

A brasileira Salete da Silva dos Santos, que nasceu no município de Umuarama-PR, ao imigrar, mais especificamente para a cidade de Santa Rosa-PY, arrendou junto com seu esposo cerca de 10 alqueires no Paraguai. Segundo ela, a renda era paga a um comissário, sendo repassada parte da colheita. Esta situação foi vivenciada também pela trabalhadora rural Inês Maria Alvarenga Alves, natural de Nova Londrina (PR), que imigrou para o Paraguai no ano de 1977, com mais cinco famílias que se estabeleceram em uma fazenda, localizada na Gleba 6, onde arrendaram cerca de 10 alqueires.

Os imigrantes brasileiros se estabeleceram em diversas cidades dos Departamentos paraguaios, sendo ao Norte em “Salto del Guaira, La Paloma, Puente Kyha, Corpus Christi e Phovy, no Leste Marangatu, no Oeste em Maracaju, no Sul, onde começou a imigração na região do Alto Paraná, em Santa Rosa, Esquina Gaúcha, Raul Penha e Laranjal. (WAGNER, 1990, p. 20). Para Fogel (2008), este processo pode ser identificado como “La Brasileñización

⁶¹ ENTREVISTA. Luiz Pereira Alves. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

⁶² ENTREVISTA. Pedro Luiz de Lima. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 24/12/2014.

de la frontera”, ou seja, a “ocupação” do espaço fronteiriço por imigrantes brasileiros a partir da posse de terras. Ao tratar de espaço fronteiriço, o autor entende a fronteira a partir de suas múltiplas relações, sejam econômicas, sociais, políticas e culturais. Assim, no estudo das trajetórias dos brasiguaios, faz-se necessário pensar o cotidiano desses imigrantes no Paraguai, suas condições sociais enquanto brasileiros na terra do *outro*, envolvendo conquistas, sonhos, permanências e dificuldades enfrentadas.

2.2 As condições sociais no Paraguai

Os brasileiros que mudaram para o Paraguai levaram utensílios domésticos, materiais agrícolas e alguns animais ou, como diria a brasiguia Inês, “os galos de briga” empilhados em caminhões. Ao cruzarem a fronteira, tiveram que regularizar a documentação que os reconheciam como estrangeiros. Os documentos eram representados pelo permíso, documento que os identificavam como turistas, sendo renovado a cada três meses; pela carteira de migraciones com validade de aproximadamente 10 anos e pela libreta, uma licença para transitar a pé ou com qualquer veículo de locomoção.

Não se sabe ao certo o número de brasileiros que se instalaram no Paraguai na década de 1970. Autores como Wagner (1990), Batista (2013), Alves (1990), Souchaud (2007) e Riquelme (2005) apontam números que variam entre 250 mil e 350 mil camponeses.

Os brasileiros fixaram-se em cidades e vilas na fronteira⁶³, bem como em áreas mais afastadas, onde abriram lotes, construíram casas e estradas, cultivaram suas lavouras e

⁶³ Principales focos de poblamiento brasileño en el Alto Paraná: Raúl Peña, Iruña, Santo Cristo, Curupayty, Naranjal, Línea 12, Nueva Esperanza, San Cristóbal, Palmital, 3 de marzo, Sapiré, Santa Rosa, Santa Rita **14**: Nuestra Señora de la Asunción, 14 de marzo, Aurora, San Miguel, San Vicente, Bella Vista, Los Cedrales, Tabapy I, Tabapy, Hernandarias, Santa Lucía, Minga Guazú, Yguazú, Dr Juan L. Mallorquín, Juan E. O’Leary, Pte Franco, Puerto Flores, Domingo M. de Irala, Pto Ita Verá, Ñacunday, Loma Valentina, Arroyo Guazú, Itambey, Troncal 3, El Clorado, Guarapuabé, San Roque, Limoy, Entre Ríos, Minga Porá, San Francisco, Cruce San Francisco, San Ramón, km 23, Puerto Indio, Gleba 8, Itaquiry, San Alberto (Gleba 6), Gleba 5, Gleba 4 (Mbaracayú), J. E. Estigarribia, Gleba 10, Fortuna, Troncal 2, Descanso, Paraguazil, Gleba 7, Pikyry, 29 de julio, Padre Guido Coronel Principales focos de poblamiento paraguayo y brasileño en Canindeyúa : Saltos del Guairá, colonia Canindeyú, La Paloma, Jamaica, Puente Kijh, Santa Maria, General Bernardino Caballero (Cruce Ibyrarobaná), Yjohvi, Ybyrarobaná, Santo Domingo, Lomas Valentinas, Britez-cue, Iby Pitá, Pirá-Verá, Carro-cue, Pynandi, San Isidro, Santa Rosa, San Juan - t : Yasy-Cañy, Manduará, Villa Ygatimi, Siete Montes, Maracaná, Ype Jhú, Itanará, Nueva Adela, Marangatú, Guadalupe, Santa Clara, Mbaracayú, San Luis, Primero de marzo, Fazenda La Paloma, La Bolsa, Seis de enero, La Alvorada, Pindoty Porá, Corpus Christi, Fazenda España, Cumandacai, Nueva Esperanza (Troncal 4), Nueva Asunción, Imaipó, Anahi, Paso Itá, Ijhovy, Kilometro Quinze. SOUCHAUD, Sylvain. Geografía de la migración brasileña en Paraguay. Fondo de Poblacion de las Naciones Unidas (UNFPA), pp.382, 2007.

desenvolveram uma economia de autoconsumo. Cabe salientar que neste contexto surgiram problemas típicos dos movimentos de abertura de fronteiras agrícolas, como as dificuldades de comercialização de produto e a falta de estradas, moradias precárias, entre outros. Tal situação foi compartilhada pelo trabalhador rural Luiz, ao lembrar que “no começo, no sertão é tudo difícil [...] no começo tinha as picadas para ir até a estrada, onde pegávamos carona para ir até a cidade de La Paloma, que ficava 70 quilômetros pra fazer compra”⁶⁴.

De acordo com Fiorentini (2010), a “assistência médica era precária no Paraguai. Não existia campanha de vacinação, bem como eram inexistentes ou ineficientes os serviços públicos básicos: saneamento, água encanada, eletricidade e telefone”. (FIORENTINI, 2010, p. 62). Muitos brasileiros preferiam fazer consultas médicas em hospitais brasileiros, nos municípios de Mundo Novo (MS) e Foz do Iguaçu (PR). Em alguns casos, compensava atravessar a fronteira ao invés de se deslocar para as cidades paraguaias. Esta escolha, em muito se devia a distância e as dificuldades de entendimento da pronúncia dos médicos paraguaios, como aponta Luiz: “onde eu morava dava setenta quilômetros de La Paloma, aí vir pro Brasil era mais perto, passava o rio que dava quarenta, cinquenta quilômetros né, a maioria vinha pro Brasil, porque aqui entendia mais né”⁶⁵. Assim, é possível observar que eram constantes as idas e vindas na fronteira até meados da década de 1970.

Mesmo com a permanência no Paraguai, os vínculos dos camponeses com o Brasil eram fortes. Isto era retratado em casos que brasiguaios tiveram filhos no Paraguai, porém cruzavam a fronteira para registrá-los em cartórios dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Foi o caso de Jovercino Francisco dos Santos, que teve quatro filhos no Paraguai, registrados em municípios brasileiros. Deve-se considerar que neste período não havia no Paraguai uma política de reconhecimento da identidade paraguaia aos filhos de brasileiros que nasciam no país, como certidão de nascimento e documentos de identidade.

No entanto, essas crianças frequentavam escolas paraguaias e falavam a Língua Guarani, constituindo, desta forma, uma nacionalidade que, segundo Albuquerque (2010), era negociada, pois ao mesmo tempo em que se identificavam como brasileiros para ter acesso aos benefícios do Brasil, afirmavam-se paraguaios para permanecer nas terras e ter acesso às escolas. Esta condição era uma forma de resistência à insegurança vivenciada.

As escolas paraguaias ofereciam apenas o ensino fundamental e tinham uma infraestrutura precária, principalmente nas regiões mais afastadas da fronteira e da capital Assunção-PY. As dificuldades dos imigrantes ao acesso à educação básica eram grandes,

⁶⁴ ENTREVISTA. Luiz Pereira Alves. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

⁶⁵ ENTREVISTA. Luiz Pereira Alves. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

como relatado por Luiz, sobre a estrutura da cidade de La Paloma: “lá na época começou uma escola, era oito quilômetros e tinha que ir no meio de uma picada, eu queria estudar, mas o pai queria trabalhá e eu era o mais velho, mas os três mais novo estudou lá, na Língua Castelhana”⁶⁶. O brasiguai José lançou outra questão acerca da educação paraguaia: “a escola não tinha nada diferenciada pra brasileiros, como lá era Paraguai, então as escolas era pra paraguaio. O brasileiro se quisesse podia entrar, mas tinha que estudar em castelhano e guarani”⁶⁷.

Já Inês, relatou que não havia escola próxima à localidade onde morava:

Quando eu entrei no Paraguai, tinha muita criança na faixa dos oito, dez, doze anos de idade, aí comecei a dar aula, na verdade não era aula, era ensinar a ler e escrever pelo menos, mas aí os paraguaios descobriram e fizeram eu parar, porque disse que era proibido ensinar o Português no Paraguai⁶⁸.

A partir das falas observa-se que os brasileiros tiveram que se adaptar à realidade paraguaia, principalmente no que diz respeito ao idioma, para poder construir novas relações. O contato entre brasileiros e paraguaios era mais intenso nas relações comerciais e práticas religiosas, como nos mostrou Jovercino sobre a região de La Paloma-PY, onde havia várias festas religiosas que reuniam a população. A interação e convivência com outras famílias locais acabaram refletindo na constituição de novas identidades sociais. Para Grimson (2011), “los inmigrantes conservan su cultura originaria, se asimilan a la cultura de recepción, obtura el análisis de la heterogeneidade cultural tanto de la zona de origem como de la sociedad a la cual llegan”. (GRIMSON, 2011, p. 41).

Embora tais relações contribuíssem para a permanência de muitos brasileiros, manter-se no Paraguai era uma grande dificuldade. Salete, ao ser perguntada sobre as condições de vida no país vizinho, relatou que “lá a gente só tinha um barraco, um fogão de lenha, a gente não tinha nada que fosse eletrônico, porque não podia mesmo, e era lamparina e aí nós fazia apenas pra comer e trabalhá”⁶⁹.

Sobre as dificuldades, Inês disse que “chegou sem nada na época e começamos a plantar e tivemos que esperar o plantio pra podê começar a comer. Até chegar essa lavoura

⁶⁶ ENTREVISTA. Luiz Pereira Alves. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

⁶⁷ ENTREVISTA. José Roberto dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

⁶⁸ ENTREVISTA. Inês Maria Alvarenga Alves. 52 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

⁶⁹ ENTREVISTA. Salete da Silva dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

que a gente plantou, nós comia feijão preto e mandioca”⁷⁰. Luiz lembrou que “a moradia era simples, bem caipira, tinha porco, vaca de leite e galinhada. [...] você não tinha assim, uma segurança né, um capital pra falar, esse aqui é meu, porque lá era tudo do Paraguai”⁷¹. A expressão “era tudo do Paraguai” demonstra que os imigrantes brasileiros reconheciam que as terras por eles cultivadas pertenciam ao governo paraguaio, o que gerava insegurança diante das possibilidades dos títulos de posse provisórios e das terras arrendadas serem requeridos a qualquer momento.

Ao adquirirem lotes, os agricultores recebiam apenas títulos de propriedades duvidosos, o que fez muitos pagarem várias vezes pela mesma terra para não serem expulsos. Muitos brasileiros não tinham escritura, como Jovercino, ao dizer que “tinha assim alguns contratos que eles davam dessas terras, mas escritura mesmo igual aqui no Brasil, não tinha”⁷². Para complicar, “sem a escritura dos lotes os brasiguaios” não obtinham “o crédito agrícola” (BATISTA, 2013, p.74). Aos que arrendaram terras, com o passar dos anos, tiveram que conviver com cobranças entre 20% e 30% acima do estabelecido em contratos de arrendamento.

Os trabalhadores rurais sabiam que estando no Paraguai não teriam os mesmos direitos que no Brasil, uma vez que muitos adquiriram terras que não possuíam escritura, sendo apenas emitidos títulos de posse por meio de imobiliárias. Conforme Fiorentin (2010), “muitas dessas companhias agiam como grileiras, ou seja, obtinham terras sem documentação, ilegais ou como comumente se afirma: terras frias, pois conseguiam títulos nos cartórios do governo de forma fraudulenta” (FIORENTIN, 2010, p. 31).

O brasiguai Jorge, ao ser perguntado sobre as condições no Paraguai respondeu que:

Minha casa lá vou te falar bem a verdade né, ela era cercada de coqueiro e coberta com talbinha que eles fala né, lá a gente não morava bem. Lá a gente arrumava estrada no enxidão, construía estrada pra eles, e eles ficavam tomando tereré debaixo de uma sombra falando as coisas que a gente não entendia [...] lá a gente não tinha voz ativa né, quem manda lá é eles e a gente tem que obedecer né⁷³.

⁷⁰ ENTREVISTA. Inês Maria Alvarenga Alves. 52 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015

⁷¹ ENTREVISTA. Luiz Pereira Alves. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

⁷² ENTREVISTA. Jovercino Francisco dos Santos. 73 anos. Novo Horizonte do Sul. 25/06/2014.

⁷³ ENTREVISTA. Jorge Gomes de Araújo. 58 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

Notamos nas entrevistas que os trabalhadores rurais foram inseridos apenas no projeto de agricultura familiar ⁷⁴ do governo paraguaio. Na fala de Salete percebe-se a produção minguada de alimentos: “ali a gente trabalhava junto, eu e ele, e só fazia pra comer, só no final da safra é que a gente podia comprar uma roupa, um calçado, mas por ano [...] o tanto que o comissário cobrava, deveria ser pago” ⁷⁵. A brasiguaiia, ao mencionar “eu e ele”, referiu-se ao esposo, Edson dos Santos.

Segundo Souchaud (2007), a agricultura de autoconsumo no Paraguai se constituiu como uma atividade essencial para a estrutura da sociedade. Observa-se que muitas famílias brasiguaiias reservavam o lucro obtido na colheita das lavouras para pagar o arrendamento das terras, o que reforçava uma estrutura de dominação e deixavam num segundo plano outros tipos de necessidades, como ferramentas de trabalho, roupas, calçados e utensílios domésticos, entre outros.

A opressão exercida pelas instituições paraguayas foi percebida nos relatos de brasileiros. Para Inês, “os brasileiros tinham que fazer de tudo pra não errar lá dentro, porque se errassem e a polícia pegasse, era espancado” ⁷⁶. José, ao ser perguntado sobre o cotidiano no Paraguai, disse que:

Era a mesma coisa de morar na casa do seu irmão, não é a sua casa [...] devido você estar num ambiente emprestado, aí você queira ou não queira eles tem que ser beneficiados em alguma coisa. [...] você sai daqui ali e já pedia o documento, se não tiver eles em mãos já prendia, te extorquia de um lado, de outro. Pegava a carroça pra ir na cidade comprá um medicamento e eles já te paravam pra perguntar dos documentos⁷⁷.

Este tipo de fala dos brasiguaios ganhou visibilidade entre militantes e simpatizantes do MST diante de publicações no *Jornal Sem Terra*. Vários relatos denunciaram situações de violência vividas pelos imigrantes brasileiros, como no trecho abaixo, que demonstra a perseguição como algo frequente na vida dos agricultores.

⁷⁴ Se considera que la micro agricultura es practicada em menos de 5 ha, que la pequeña agricultura se refiere a propiedades de 5 a 20 hectáreas y que, finalmente la mediana propiedad se establece sobre la base de parcelas de entre 10 y 20 has; (se han fijado los límites de la propiedad mediana en la agricultura mecanizada en 10/20 has. y 50/100 has). Una última precisión: en el caso de la agricultura familiar se debería distinguir el tamaño de la propiedad de la superficie real afectada a la agricultura. En efecto, una familia campesina no puede cultivar manualmente 10 hectáreas o más. Fonte: (SOUCHAUD, 2007).

⁷⁵ ENTREVISTA. Salete da Silva dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

⁷⁶ ENTREVISTA. Inês Maria Alvarenga Alves. 52 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

⁷⁷ ENTREVISTA. José Roberto dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

No dia 27 de outubro passado, 30 brasileiros foram presos no Departamento de Guadalupe, distante a 14 quilômetros da fronteira com o município de Mundo Novo. A polícia prendeu os lavradores dentro de suas casas e em suas roças. Alegando falta de documentação⁷⁸.

A partir de 1980, as dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores rurais começaram a aumentar, uma vez que com a mecanização das grandes lavouras, a expansão da cultura da soja e as pressões políticas de setores do agronegócio, muitas famílias passaram a vender ou perder suas terras sob o risco de sofrer violência do governo paraguaio. Sobre a repressão, o brasiguai Luiz desabafou: “quando a polícia começou a perseguir os brasileiros, a gente vasou de lá”.

Segundo Marcial Riquelme (2005), os “inmigrantes de escasos recursos viven entre la ilegalidad y la permanente extorsión de las autoridades paraguayas, en tanto que quienes detentan un mayor poder económico pagan sumas muy elevadas para la obtención de sus documentos migratórios”. (RIQUELME, 2005, p.131).

Em publicação do JST de 1985, intitulada “Brasileiros humilhados em outra terra”, é possível perceber a opressão vivida pelos camponeses. Como consta:

Os brasiguaiois eram obrigados a pagar a construção das escolas, os salários dos professores paraguaiois, o aluguel do uso de suas próprias máquinas (quem as tem) e ainda construir as estradas. [...] os brasiguaiois tem que pagar ainda uma autorização chamada “permiso”, para morar no Paraguai. Esse “permiso” vale por três meses, seis meses ou um ano, de acordo com o comissário de cada região, e varia de Cr\$ 100 mil a Cr\$ 300 mil por casal e filhos maiores de 14 anos. Como quase ninguém tem esse dinheiro, vivem fugindo dos gendarmes (soldados), pois quem não tem o “permiso” é preso⁷⁹.

A reportagem evidencia os principais elementos que contribuíram para o movimento de retorno. Acredita-se que os brasiguaiois foram utilizados para “amansar” as terras paraguaias e quando estavam preparadas e com uma infraestrutura razoável, houve a substituição no modelo de produção que mexeu diretamente na forma de mão de obra.

Com as transformações do latifúndio e do agronegócio ocorreu a desarticulação do modo de vida do camponês, cabendo destacar que até mesmo o campesino paraguaio ficou à margem do processo de modernização conservadora da agricultura, sendo expulsos e expropriados juntamente com os trabalhadores rurais brasileiros. De acordo com a publicação

⁷⁸ Jornal Sem Terra. n°49.1985.p.12.

⁷⁹ Jornal Sem Terra. n°45. 1985.p 02.

do *Boletim do Movimento pelo Repatriamento dos Brasiguaios*, “o povo paraguaio precisava de apoio e solidariedade na luta pelo resgate de sua soberania e autodeterminação”⁸⁰.

Diante desta situação, os trabalhadores rurais brasileiros foram excluídos novamente do campo e, não tendo acesso à terra para trabalhar, tiveram como alternativa retornar ao Brasil. Muitos dos imigrantes que decidiram permanecer no Paraguai ingressaram no Movimento Campesino Paraguaio (MCP). Outros, ao retornarem para o Brasil, incorporaram os movimentos sociais de luta pela terra apoiados pela CPT e MST.

2.3. A abertura política e o movimento de retorno

Embora a questão agrária no Brasil tenha se destacado na década de 1960 com a organização das Ligas Camponesas⁸¹ e a criação do Estatuto da Terra de 1964, busca-se aqui pensar o momento político na primeira metade da década de 1980, ocasião em que os brasileiros que estavam no Paraguai retornaram para o Brasil.

Nesses anos marcados pela transição política com a campanha das “Diretas Já”, que reivindicava o fim da ditadura civil militar e o retorno da democracia no país, o campo se agitava com a mobilização de movimentos sociais de luta pela terra. Com o surgimento do MST, a questão agrária ganhou outras dimensões. Ocupações de terras, marchas e caminhadas passaram a ser constantes. Para Martins:

[...] a luta pela terra, que cresceu no Brasil durante a ditadura militar, atinge no cerne o direito de propriedade e, em consequência, o edifício político da sociedade brasileira. Enquanto que a luta pela reforma agrária traduz a luta pela terra na língua das alianças de classes, dos pactos políticos e da defesa política da forma de propriedade que temos. (MARTINS, 1988, p. 67).

A movimentação dos trabalhadores rurais reivindicando “Diretas já e reforma agrária” foi tema de reportagem do *Jornal Sem Terra* em 1984:

⁸⁰ Boletim do movimento pelo repatriamento dos brasiguaios. n°3. Campo Grande-MS. 1993.

⁸¹ As ligas camponesas foram a expressão política de conflitos que se expandiram na Zona da Mata nordestina, em especial nas áreas próximas ao Agreste, no momento em que as mudanças nas relações tradicionais começaram a se evidenciar com os aumentos considerados abusivos do foro (aluguel que os trabalhadores pagavam ao proprietário pelo uso da terra) e o cada vez mais comum corte do “sítio” (área de terra a que alguns trabalhadores dos engenhos podiam ter acesso para plantar os alimentos). As Ligas ganharam destaque nacional pelas sucessivas mobilizações, criando um fato político novo: os trabalhadores do campo nas ruas, realizando marchas, comícios, congressos. Fonte: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

A campanha pela volta imediata das eleições presidenciais diretas mobilizou, em pouco mais de três meses, quase cinco milhões de brasileiros. De Curitiba, onde foi lançada oficialmente a 12 de janeiro, ao comício da Vitória, dia 18 de abril, foram centenas de manifestações populares exigindo um direito que foi roubado do povo brasileiro há 20 anos. E a campanha não ficou só nos grandes centros. Até mesmo o longínquo acampamento dos lavradores sem-terra de Pontal do Paranapanema fez sentir o seu apelo. Trabalhadores do campo, lado a lado com os trabalhadores das cidades exigindo eleições diretas e reforma agrária já ⁸².

Com o fim da ditadura, os trabalhadores rurais ampliaram suas lutas sociais. Em defesa da reforma agrária, o MST alertou que a violência no campo era maior na Nova República e que sem a terra não haveria democracia. Para Martins (1986), o problema fundiário no Brasil não estava ligado apenas ao acesso à terra, mas à questões políticas, que faziam da Nova República uma “Nova República Velha”. A resistência, os acampamentos e as ocupações representavam o questionamento da autonomia dos grandes proprietários, uma vez que denunciava a concentração de terra, a grilagem, a usurpação e a imposição da miséria a milhares de trabalhadores expulsos da terra, especialmente no decurso do século XX. (MARTINS, 1986, p. 16-17).

A realização do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido no município de Curitiba (PR) em 1985, reuniu aproximadamente 1.500 camponeses brasileiros e sinalizou para a inserção da reforma agrária na agenda do país, a consolidação do MST e a busca da unidade das lutas dos camponeses.

Diante do crescimento de movimentos sociais de luta pela terra, o governo José Sarney sinalizou para uma possível reforma agrária com a criação do Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e a formulação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Como indica Medeiros (2003):

A reforma agrária apareceu como uma das prioridades do novo governo. Destacava-se seu impacto positivo sobre o emprego, a renda, a produção e oferta de alimentos, a desnutrição, as migrações, a questão urbana, e ressaltavam-se os custos sociais de sua não realização. Para implementá-la, a desapropriação por interesse social era considerada o principal instrumento de obtenção de terras, marcando uma ruptura com todas as propostas e medidas dos governos militares, que tenderam a encará-la como último recurso e poucas vezes utilizaram. (MEDEIROS, 2003, p.34).

⁸² Jornal Sem Terra. n°35. 1984. p.1.

O PNRA estabelecia que a reforma agrária se daria por meio da desapropriação de terras improdutivas. Neste sentido, a desapropriação aparecia como instrumento para garantir a função social da terra. A proposta buscava ainda acabar com os conflitos no campo, demarcar as terras indígenas e sancionar os projetos de assentamento em andamento.

Apresentado em 1985 como uma solução para os conflitos no campo, o PNRA⁸³ contribuiu para o retorno dos brasileiros que estavam no Paraguai. Para Sérgio Cruz, “o plano sinalizou que a partir dali podia fazer as coisas sem medo, sem medo, fazer uma ampla discussão sobre a reforma agrária sem temor a repressão”⁸⁴.

Motivados pela abertura política e as perspectivas de implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária, os camponeses brasileiros que estavam no Paraguai passaram a organizar o movimento de retorno com o apoio da CPT, MST e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's). No Paraguai, o retorno dos brasileiros foi impulsionado num cenário político de ditadura, marcado pela violência policial, a perseguição aos agricultores que não tinham documentos de posse das propriedades rurais e estavam em condições de ilegalidade, o baixo preço da soja e do algodão e a pressão dos latifundiários sobre os camponeses para vender suas propriedades.

Para Fabrini (2012), os principais motivos do movimento de retorno dos brasileiros do Paraguai foram a:

Precária e frágil institucionalização, a ausência do Estado na garantia de direitos e, principalmente, as irregularidades na documentação das terras [...] São inúmeros os casos de pequenos agricultores que compraram direitos de posse ou adquiriram de boa-fé terras grileiras, com documentação de propriedade sem validade jurídica e não reconhecida pelos órgãos oficiais paraguaios. (FABRINI, 2012, p.2).

A deficiente atuação do Estado na inclusão dos brasileiros em políticas de legalização de terras colaborou para conflitos sociais entre camponeses brasileiros e paraguaios que acusavam os primeiros de “invasores”. João Francisco dos Santos relatou que tinha plantações no Paraguai e, próximo da colheita, teve suas terras “invadidas” por campesinos paraguaios, tendo que retornar para o Brasil deixando tudo para trás.

⁸³ Os embates e enfrentamentos político partidários impediram a realização das propostas empregadas no Plano Nacional de Reforma Agrária, mas a discussão em torno da reforma agrária retornaram na Constituição de 1988, propondo-se a realização da reforma agrária mediante a desapropriação de terras por motivos sociais e pagamentos das terras com títulos da dívida pública.

⁸⁴ ENTREVISTA. Sérgio Cruz. 72 anos. Campo Grande-MS. 21/07/2014.

Vale ressaltar que, para retornarem, os brasiguaios utilizaram dois caminhos. Um por Foz do Iguaçu (PR), que faz fronteira com o Alto Paraná ocorreu de forma desorganizada e sofreu com a repressão do governo brasileiro na década de 1980. Outro, por Mundo Novo (MS), num espaço com características latifundiárias, fez com que muitos trabalhadores rurais encontrassem apoio da CPT e, depois, do MST.

Os contatos entre brasiguaios, lideranças de movimentos sociais, assessores religiosos e políticos brasileiros tornou-se uma estratégia importante para a mobilização de retorno dos agricultores para o Brasil. No dia 24 de maio de 1985, cinco líderes dos agricultores brasileiros que moravam no Paraguai foram até Brasília (DF) para uma audiência com o Ministro da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, quando trataram da situação dos brasileiros ilegais no Paraguai que queriam voltar ao Brasil e alternativas para se instalarem. O ex-deputado federal Sérgio Cruz, na época um dos parlamentares presentes, comentou que:

Fizemos com ele lá e eu me lembro que nós fizemos duas reuniões com ele. Uma reunião antes do pessoal vir, do pessoal voltar, então tivemos lá com ele e ele me disse: *olha com o pessoal no Paraguai eu não posso fazer nada*, então quer dizer, ele sinalizou a vinda do pessoal, que se o pessoal viesse ele podia fazer alguma coisa ⁸⁵.

A mobilização para o retorno através do estado de Mato Grosso do Sul concentrou-se nas cidades fronteiriças de Mundo Novo (MS) e Paranhos (MS), embora muitas reuniões que traçaram estratégias foram feitas em terras paraguaias, como evidenciou Cortêz, “no meio das roças, nos caminhos pela estrada. Toda vez que um estranho passava no local a reunião era imediatamente disfarçada” (CORTÊZ, 1992, p. 46).

Nos trabalhos de assessoramento e organização dos trabalhadores rurais ganhou destaque a participação da CPT. A pastoral identificava-se como uma entidade que procurava organizar camponeses para reivindicarem seus direitos. Segundo Rescigno, a CPT passou a atuar “na formação de lideranças, organização de comissões municipal e estadual, apoiando, incentivando a organização dos trabalhadores rurais para que juntos lutassem pela conquista da terra”. (RESCIGNO, 2010, p.28).

Martins (1986), em estudo sobre a Igreja Católica face à política agrária do Estado brasileiro, salientou que “quando começam a mexer com padres e com bispos, quando o Estado situa sua relação com a Igreja em termos que não são novos, à medida que recrudesce

⁸⁵ ENTREVISTA. Sérgio Cruz. 72 anos. Campo Grande-MS. 21/07/2014

o conflito entre Igreja e Estado, o problema da terra passa a ter importância”. (MARTINS, 1986, p.67). A relação estabelecida entre os brasiguaios e a CPT colaborou para a divulgação do movimento social, uma vez que os agentes pastorais buscavam criar condições para que os trabalhadores se organizassem na luta pela terra.

Segundo o brasiguai João Francisco dos Santos, a CPT teve grande importância na organização do movimento, pois “várias irmãs, padres, na época se solidarizaram com o pessoal do Brasil lá no Paraguai e começou a fazer reunião com eles e eles toparam, os brasileiros que moravam no Paraguai toparam de fazer esse acampamento em Mundo Novo na época”⁸⁶.

A CPT, por meio do Bispo Dom Teodoro Leitz e da Irmã Olga Manosso, esteve no Paraguai para organizar e cadastrar as famílias, bem como dividi-las em grupos e escolher alguns líderes que ficariam à frente de cada grupo de família, como nos mostra Wagner (1990):

[...] no Paraguai, eles conseguiram montar uma rede de informações que funcionava nos dois sentidos- Brasil e Paraguai- e criaram lideranças em cada grupo de dez famílias. Tem mais: cada vez que era feito um movimento de saída do Paraguai, eram escolhidas famílias dentro destes grupos. Não saíam todas de uma só vez. São escolhidas duas por vez. E as que saem são substituídas por outras que passam por todo um processo de discussão política de sua situação. Este esquema de trabalho dá uma certa segurança para o pessoal do movimento. (WAGNER, 1990, p. 31-32).

No dia 14 de junho de 1985, as famílias de brasileiros que estavam se articulando no Paraguai começaram a retornar ao Brasil pelo então Distrito de Japorã, em Mundo Novo (MS). Sobre este deslocamento, Sérgio Cruz relatou que os brasiguaios:

[...] vieram de tudo que jeito (risos), o dia, eu não me lembro bem o dia, [...] Eu estava em Mundo Novo, já sabia o dia que ia ser, tinha todas as informações que não eram públicas né e eles decidiram e voltaram praticamente tudo num dia, o grosso do pessoal veio tudo num dia só. Na madrugada eles começaram a chegar em Mundo Novo, entrando por Mundo Novo, entrando por um antigo Distrito que tinha, eu não me lembro se era Japorã, ali perto, que eles entraram também. Então entraram pra tudo quanto é lugar, entraram de caminhão, trator, a cavalo, a pé, foi a coisa mais impressionante que já vi até hoje foi aquele povo chegando, aquela multidão chegando como se fosse, como se fosse o pessoal chegando na terra prometida. Naquele mundo de gente, tinha criança de colo, velho, aquele

⁸⁶ ENTREVISTA. João Francisco dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 25/06/2014.

mundo de gente chegando e acampando naquele, naquela área ao lado da prefeitura de Mundo Novo naquela época, mais ou menos naquela área ali⁸⁷.

Sobre o retorno, a brasiguia Salete comentou que “quem pudesse vir, tinha que vir do jeito que tivesse, de carroça, de a pé, se tivesse um caminhão alugava”⁸⁸. Os caminhões fretados por brasileiros só podiam ir até a fronteira no Distrito de Japorã, não podendo adentrar nas terras paraguaias, pois poderiam ser apreendidos pela polícia paraguaia. Assim, para evitarem maiores problemas, muitas famílias deixaram tudo o que tinham e trouxeram apenas roupas e documentos. Os brasiguaios que retornaram eram, num sentido geral, de comunidades localizadas nas cidades de Santa Rosa, Canandu, Corpus Christi, Alvorada, Guaivirá, Santa Clara, Figueira, Maracajú, Caarapã, Ponte Kijhá e Guadalupe.

2.4 O cotidiano no acampamento de Mundo Novo (MS)

Após a montagem do acampamento de Mundo Novo (MS), os agricultores conseguiram do MIRAD “a liberação de Cr\$ 3 bilhões para alimentação, medicamentos, agasalhos e lonas para os barracos”⁸⁹. No entanto, o apoio esperado do governador do estado de Mato Grosso do Sul não foi efetivado. O governador Wilson Barbosa Martins criticou a CPT por trazer os brasiguaios e criar uma série de problemas sociais. Em defesa da Pastoral e dos brasiguaios, Dom Teodardo Leitz manifestou-se no jornal *O Progresso*, reiterando que:

[...] não teve qualquer tipo de participação no retorno dos brasiguaios, atualmente acampados em Mundo Novo, desmentindo informações que circulam no Estado, de ser a Comissão Pastoral da Terra (CPT) a incentivadora deste êxodo, que trouxe mais de 900 famílias do Paraguai. - Não os chamei e não assumi nenhuma responsabilidade de manutenção desta gente [...] será que o Brasil não vai acolher seus filhos que voltam para sua Pátria?⁹⁰

Segundo Salete, a imprensa e as autoridades tentaram por várias vezes fazer com que os acampados identificassem Dom Teodardo Letz como responsável pela volta dos brasileiros do Paraguai. Todavia, os brasiguaios permaneciam quietos e se identificavam como responsáveis pela organização do movimento social.

⁸⁷ ENTREVISTA. Sérgio Cruz. 72 anos. Campo Grande-MS. 21/07/2014.

⁸⁸ ENTREVISTA. Salete da Silva dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

⁸⁹ Jornal Sem Terra. n°46, 1985.p.7.

⁹⁰ Jornal O Progresso. 1985. p.3.

As notícias veiculadas na imprensa sobre o aumento do número de famílias no acampamento de Mundo Novo (MS) chegavam a outras famílias de brasileiros que ainda se encontravam no Paraguai, como demonstrou o brasiguai José, que morava na cidade de Corpus Christi-PY. Ao ligar a televisão, num dado dia, viu manchetes que noticiavam o acampamento. O brasiguai relatou que:

A notícia falava: brasiguaio que saíram do Paraguai, se alojou em Mundo Novo, mil e duzentas famílias e tal. Mostrava os barracos e o vento erguendo aquelas lona. A gente assistiu aquilo ali na quarta ou quinta-feira e no domingo veio conhecer o acampamento. Já não era no início, eu vim uns trinta dias depois, mas ainda tava cadastrando, fiz o cadastro e tal, aí quando eu vim de mudança já foi dia sete de agosto ⁹¹.

Salete ficou sabendo do acampamento devido reportagens de diversos meios de comunicação, o que incentivou o seu ingresso no movimento social. Assim, percebe-se que a imprensa atuou na divulgação da luta dos brasiguaio.

Pedro Luiz de Lima, ao ser entrevistado sobre o movimento de retorno ao Brasil, descreveu que:

[...] a gente morava na divisa com Japorã e tocava essas terras no Paraguai, tocava milho e um alqueire de arroz. Aí a gente foi, tinha quebrado o milho e amontoado já cinco alqueires, já tava quebrando então era só triar. Aí nós fomos final de semana eu, meu irmão, meu cunhado, nós fomos fazer os carreador pra poder triar o milho, aí quando a gente entrou saindo da Internacional e entrando no Paraguai, aí a gente viu um pessoal saindo assim carregando o que podia, roupa, malas, tudo vindo pra Mundo Novo, aí a gente até pensou “será que vai haver outra guerra entre Brasil e Paraguai”, (risos), porque a gente tava desinformado até aquele momento. Aí a gente entrou lá, tinha os barracos onde nós parava, aí nós perguntou e o pessoal falou que tava saindo da Internacional pra Mundo Novo acampá porque ia ganhá terra no Brasil, os brasiguaio estavam saindo. Aí foi mais tranquilo né, ficamos lá dois dias fazendo os carreador e chegamos na quinta-feira em Japorã, fomos carregar o milho no armazém e meu irmão foi em Mundo Novo vê o povo que já tava acampando onde hoje é o mercado do catarinense, perto do estádio municipal de Mundo Novo. Ele foi lá vê, conversou com o povo lá e já ajeitou uma vaga, aí ligou, foi eu e meu cunhado lá, aí fizemos um barraco ⁹².

⁹¹ ENTREVISTA. José Roberto dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

⁹² ENTREVISTA. Luiz Pereira Alves. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

É pertinente observar que os agricultores possuíam locais de origem e culturas diferentes que passaram a fazer parte do processo de subjetividade da fronteira. Em um mês, esta diversidade foi retratada no pátio da prefeitura municipal de Mundo Novo (MS), que correspondia a um quarteirão. O local tornou-se uma cidade dentro da própria cidade. O acampamento dos brasiguaios recebeu o nome de “cidade lona”, devido à quantidade de barracos e famílias instaladas no local. Estima-se que, aproximadamente, 4000 mil famílias integraram o acampamento no ano de 1985. Na fotografia abaixo é possível observar vários acampados.



Figura 1- Brasiguaios acampados em Mundo Novo (MS)
Fonte: Acervo Câmara Municipal de Novo Horizonte do Sul
(1985)

Brasiguaios sentados em bancos improvisados de madeira, alguns barracos de lona e ao centro um fogão de lenha onde estava sendo preparado um chimarrão, nos mostra uma face do cotidiano do acampamento. A espera pela terra contribuiu para melhorar a organização. Várias comissões foram formadas com o assessoramento de agentes pastorais, responsáveis pela saúde, alimentação, higiene dos barracos, segurança, negociação e cadastramento. Cabe destacar que:

As famílias se organizaram em grupos, respeitando sua comunidade de origem no Paraguai, que eram os seguintes: Santa Rosa, Canandu, Cuerpo Christi, Alvorada, Guaivirá, Santa Clara, Figueira, Maracajú, Caarapó, Ponte Kirrá e Guadalupe. Cada grupo tinha sua liderança e comissões [...] a noite faziam a segurança com rodízio de homens. As lideranças se reuniam frequentemente com o Incra e outras autoridades. Os grupos de trabalhos, alimentação, saúde e higiene e liturgia celebravam os atos religiosos. Os cadastros de suas famílias eram feitos em Mundo Novo, ainda, com os seguintes critérios: ser casado, ter menos de 60 anos, ter toda documentação em dia⁹³.

No centro do acampamento foram construídos barracões de lona para reuniões, farmácia e depósito de alimentos. Além disso, foram cavados poços para abastecer de água os acampados. Inês relatou que as mulheres eram responsáveis por cuidar da área da saúde. Para ela, “a mulherada tinha que encarar de frente o barraco”, pois “o sofrimento era ficar debaixo da lona, no sol quente e beber água quente”⁹⁴. Na fala da brasiguaiia, em meio às dificuldades do dia-a-dia, os brasiguaios deram significados ao barraco de lona, como única moradia e lugar de repouso.

Luiz, ao ser questionado sobre o dia-a-dia no acampamento, disse que “só pensava em ganhá terra, era divertido, o povo todo unido, fazia as assembleia, aí de noite o povo se reunia pra conversá, todo mundo naquela ilusão, aí um caboclo vinha e falava, tem novidade”⁹⁵. O trabalhador rural José, ao falar a respeito do cotidiano no acampamento evidenciou os conflitos internos existentes:

Era difícil sim, porque era tudo embolado. O acampamento podia se dizer que é um amontoado, barraco pequenininho ali improvisado, de lona, plástico, então era complicado. Muitos problemas de criança, briga de mulher, de adulto, cachaça. Tinha uns ali que ia pra rua e chegava bêbado e brigava, mas você não tinha nada haver, mas estava a meio metro de você. Aí começou os regulamento do acampamento que se chegasse bêbado era pra amarrar, antes que fizesse danos maior, porque a parede era um plástico [...] o acampamento é feio, você chega e já tem aquela fumaça, o povo cozinhando alí, um bate-boca de criança⁹⁶.

Como observado, com o passar dos meses, problemas decorrentes de um imenso agrupamento de pessoas em uma pequena área foram sentidos e trazia à tona a falta de assistência médica e a deficiente alimentação. Segundo dados da CPT, em dois meses haviam

⁹³ Dados ASSOMASUL.

⁹⁴ ENTREVISTA. Inês Maria Alvarenga Alves. 52 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

⁹⁵ ENTREVISTA. Luiz Pereira Alves. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

⁹⁶ ENTREVISTA. José Roberto dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

sido registradas 24 mortes, sendo 20 crianças e 4 adultos, por diarreia, desidratação e desnutrição⁹⁷. Inês, lembrando-se da situação, reportou uma das estratégias encontradas:

O sofrimento era ficar debaixo da lona com o sol quente, água quente. Inclusive quando eu cheguei tava morrendo muita criança [...] Aí o que eu fazia, quando dava dez horas eu dava almoço para as minhas crianças e eu já saía para a rua, eu ficava sentada na porta dos comércios, de loja e quando dava sede eu ia e pedia um golinho de água pra gente, eu sempre dava água fria para as minhas crianças e eu fazia isso todo dia para não ficar debaixo da lona⁹⁸.

Em publicação de 1985, que deu enfoque à distribuição de alimentos aos acampados pelo INCRA, o *Jornal Sem Terra* alertou sobre a grave situação: “Após 10 dias sem comida, os lavradores cercaram os caminhões de mantimentos e só os liberaram quando receberam os alimentos”. Essas dificuldades incentivaram os brasiguaios a promoverem manifestações, principalmente, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande (MS), onde montaram barracos de lona, como forma de chamar atenção da sociedade civil e autoridades políticas.

Devido o número de famílias alojadas na “cidade lona” de Mundo Novo (MS), a polícia militar reforçou a segurança com receio de saques aos comerciantes ou de ocupações de propriedades rurais que cercavam a cidade. O prefeito municipal, Ademar Antônio da Silva, pediu apoio ao Governo do Estado, pois segundo Cortêz (1992), “era preciso a intervenção dos órgãos de segurança para levantar o volume de pessoas vindas do Paraguai e ter o controle do limite de famílias a serem atendidas”. (CORTÊZ, 1992, p.57).

Em resposta, o governador Wilson Barbosa Martins colocou policiais na fronteira para impedir a entrada de novas famílias de brasiguaios no Brasil. As tropas policiais tinham por objetivo fiscalizar a fronteira para barrar mudanças de brasileiros em caminhões, conforme relatou Sérgio Cruz:

O governador proibiu entrar no Brasil de caminhão (risos), você podia descer do caminhão, deixar o caminhão e descer a pé, agora de caminhão você não podia entrar. Eu me lembro que uma vez o delegado de Mundo Novo numa dessas que o pessoal tava voltando pra acampá também em Mundo Novo e em Eldorado e o pessoal entrou, entrou um caminhão e ele prendeu o caminhão entrando em Mundo Novo e eu fui lá pra tentá liberá e ele me prendeu também (risos)⁹⁹.

⁹⁷ Jornal Sem Terra. n°49, 1985. p.6.

⁹⁸ ENTREVISTA. Inês Maria Alvarenga Alves. 52 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

⁹⁹ ENTREVISTA. Sérgio Cruz. 72 anos. Campo Grande-MS. 21/07/2014.

A luta ganhou força pela afirmação da nacionalidade brasileira dos sujeitos nela envolvidos. A “cidade lona” era um espaço que refletia “uma morada provisória, emergencial, em contraste com o seu vizinho, mais barulhento e hostil, que era a fortaleza política da cidade, o centro do poder e das decisões: a prefeitura municipal”. (CORTÉZ, 1992, p.79). O marco que separava o acampamento da área urbana de Mundo Novo (MS) era representado por uma guarita que tinha acima hasteada uma bandeira do Brasil, guardada por uma comissão específica de vigilantes, escolhida dentre os acampados. A entrada no acampamento era permitida somente aos membros representantes da CPT e algumas lideranças políticas que estavam envolvidas nas negociações, como agentes do INCRA e secretários de segurança pública.

Esta divisão não representava a fronteira física entre o acampamento e a área urbana de Mundo Novo (MS), mas consistia em uma fronteira social que separava os brasiguaios dos mundonovenses. Aqui nota-se o sentido amplo da “fronteira”, entendida por Martins (2012) como a fronteira do humano.

A ameaça de invasão do acampamento por parte da polícia militar era constante. O governador Wilson Barbosa Martins tentou inúmeras vezes desmobilizar os acampados. Uma dessas tentativas foi a “Operação Regresso”, que consistiu numa proposta de transferência dos brasiguaios para uma área isolada do município de Mundo Novo (MS). Mesmo sabendo que os brasiguaios não aceitariam a transferência, a Coordenadoria de Defesa Civil do Estado (CEDEC) gastou cerca de Cr\$ 300 milhões dos recursos repassados pelo INCRA para preparar a infraestrutura do novo local.

A transferência dos brasiguaios para outra área liderada pela CEDEC possibilitava ao Governo do Estado o controle sobre os acampados. Em resposta, lideranças dos acampados concluíram que se fossem transferidos para outra área perderiam a autonomia e estariam sujeitos às decisões da CEDEC. Desta forma, argumentaram que só sairiam de Mundo Novo (MS) para as terras definitivas, desautorizando que outros pudessem negociar em nome dos brasiguaios. A crítica foi feita à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), que se colocava à disposição para representar os brasiguaios nas negociações, porém, sofria com a distensão política de movimentos sociais que eclodiam no Brasil.

Em resposta aos brasiguaios, o Tenente-Coronel Soares ¹⁰⁰, coordenador da CEDEC, deslocou-se com um grupo de policiais até o acampamento com o objetivo de desmobilizar o

¹⁰⁰ Na leitura das fontes não foi encontrado o nome completo do Tenente-Coronel Soares.

movimento social, porém, foi impedido pela Comissão de Segurança dos acampados. Segundo Cácia Cortêz (1992), a comissão recebeu o coronel no barracão de reuniões do acampamento. O objetivo da visita do coronel era desarmar os agricultores, porém, diante dos brasiguaios e da imprensa que acompanhava a reunião, o coronel optou por não colocar em prática a operação.

No curso desses conflitos, o Ministro Nelson Ribeiro foi até Campo Grande (MS) e recebeu as lideranças dos acampados. Ao ouvir as reivindicações, “determinou que uma comissão especial fizesse um levantamento da situação e providenciasse áreas para assentar esse pessoal”¹⁰¹.

A divulgação da luta dos brasiguaios pelo *Jornal Sem Terra* retratou a aproximação entre acampados e MST, contribuindo para a visibilidade do movimento social. Em matéria publicada pelo JST em 1985 é notória a inserção dos brasiguaios num quadro mais amplo de reivindicações pela reforma agrária:

Se o INCRA não assentar imediatamente as 1.150 famílias de brasiguaios há três meses acampadas em Mundo Novo e Sete Quedas e as 150 famílias de ex- arrendatários acampados em Naviraí, no Mato Grosso do Sul, um grupo de 150 famílias acampará na sede regional do órgão, em Campo Grande, e de lá só sairá quando a exigência for atendida¹⁰².

O texto demonstra os momentos de tensão e de mobilização dos trabalhadores rurais como forma de chamar atenção sobre a situação dos brasiguaios. Observa-se, assim, o sentido de conflito e resistência presente no movimento de luta pela terra.

Após quatro meses acampados, os brasiguaios de Mundo Novo (MS) receberam a notícia que iriam realizar uma nova ocupação, frente a real possibilidade de desapropriação. Pairando dúvidas sobre os acampados, José lembrou que:

No final de novembro falavam que já tinha lugar pra nós, mas não falava aonde, porque negócio de desapropriar terra e jogar em público, porque se tem a terra desapropriada, quem entra em cima é dono. Aí falavam é por aqui, é no estado mesmo. A gente tinha medo de levar a gente pra Amazônia, pros fundão e aí falavam, não é por aqui no estado mesmo, trezentos, duzentos quilômetros aí e tal e é muita terra, vai dar terra o suficiente pra nós tudo¹⁰³.

¹⁰¹ Jornal Sem Terra. n°45, 1985.p.7.

¹⁰² Jornal Sem Terra. n°47, 1985.p.6.

¹⁰³ ENTREVISTA. José Roberto dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

Os brasiguaios tinham a expectativa de que ocorreria a conquista definitiva da terra. Circulava a notícia entre os acampados que a Gleba Santa Idalina deveria ser novamente ocupada, pois tinha documentação questionada e grande chance de ser desapropriada, uma vez que a mesma tinha sido disputada anteriormente pelo MST com o apoio da CPT.

2.5 Gleba Santa Idalina: um espaço em disputa

Como posto anteriormente, a Gleba Santa Idalina sofreu duas ocupações na década de 1980. A primeira contou com a participação de arrendatários, boias-frias, posseiros, ribeirinhos, desempregados das cidades, trabalhadores rurais assessorados pela CPT e por lideranças sem-terra que contribuíram para formação do MST. Embora nosso foco seja analisar a segunda ocupação, cabe fazer algumas considerações sobre a ocupação de 1984, uma vez que esta abriu caminho para as ações dos brasiguaios em 1985.

A Gleba Santa Idalina era uma área de terra ociosa com documentação duvidosa, localizada na região sul do município de Ivinhema (MS). O movimento social de luta pela terra teve a participação de trabalhadores rurais dos municípios de Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Naviraí, Caarapó, Fátima do Sul, Dourados, Deodópolis, Ivinhema, Angélica, Nova Andradina, Bataiporã e Taquarussu.

A organização para ocupar a Gleba Santa Idalina teve início em 1983, quando foram escolhidos representantes de trabalhadores rurais sem-terra de cada município para mobilizar famílias e estudar formas de ocupação da Gleba. As rotas que os sem-terra faziam das várias localidades até a Gleba Santa Idalina assim ficaram definidas:

A caravana de Mundo Novo saíria do bairro Tiradentes e lá se encontraria com o pessoal da Vila Nova (vila composta de boias-frias) e seguiriam juntos até o distrito de Japorã onde se juntariam com o pessoal da zona rural. De lá seguiria até Iguatemi, pela estrada principal, indo até Naviraí, sendo que no percurso antes de chegar no Parque de Exposição Agropecuária (Exponavi), tomariam o atalho de rua morta que dá acesso ao Porto Caiúá. Neste percurso, antes de chegar na serraria do Nakava, seguiria pelo atalho que dá acesso ao campo de aviação, sempre desviando os pontos de maior movimentação, saindo acima do campo de pouso e de lá seguiria direto até o local de encontro, na rodovia para Ivinhema, com parada na Sete Placas. A caravana de Naviraí desviaria as saídas principais do município e seguiria até o local de encontro, as outras caravanas também sairiam pelos desvios, evitando a movimentação normal das estradas, fazendo atalhos entre as fazendas. Dia 22 de abril, tudo pronto, os caminhões já contratados. Cada

agricultor colaborou com cinco mil cruzeiros no pagamento dos fretes. (CORTÊZ, 1985, p.7).

Definida a data de ocupação, 29 de abril de 1984, as caravanas com as famílias começaram a se deslocar para o local combinado. As preocupações aumentaram diante de informações que apontavam que “a polícia recebeu informações do local da ocupação de um soldado que participou à paisana de uma reunião dos agricultores poucos dias antes”. (CORTÊZ, 1985, p.12). A partir de então, tropas policiais fecharam estradas que davam acesso ao município de Ivinhema (MS) e aos arredores das fazendas e glebas da SOMECO S/A. No entanto, os sem-terra driblaram as forças policiais ao se deslocarem pelo município de Jateí (MS), atravessando o rio Guiraí. Às margens do rio fixaram entre as árvores uma faixa com a frase “Disse Deus: eu firmarei meu povo na terra”, demonstrando a influência religiosa e a presença da CPT no movimento de ocupação.



Figura 2- A travessia do Rio Guiraí
Fonte: Arquivo pessoal Sérgio Cruz
(1984)

Ao chegarem ao fundo da Gleba Santa Idalina ocuparam e armaram acampamento, tendo suporte da CPT através de uma comissão de padres e irmãs. Após a ocupação, o

acampamento ficou todo cercado por soldados da polícia militar que ameaçavam despejar os trabalhadores rurais sem-terra.



Figura 3- Policiais cercam a Gleba Santa Idalina
Fonte: Arquivo pessoal Sérgio Cruz
(1984)

A ocupação durou cerca de dezenove dias e foi marcada por forte tensão entre acampados e policiais. Os ocupantes foram despejados por meio de um mandado judicial. O deputado Sérgio Cruz, em discurso proferido na Assembleia Legislativa do Estado, tratou da situação dos agricultores diante da ação:

Barracas foram derrubadas e lonas foram cortadas selvagememente; alimentos, roupas, agasalhos pessoais foram atirados ao tempo e, naturalmente perdidos; comida que estava sendo preparada foi derramada impiedosamente, impondo aos posseiros um dia de fome; trabalhadores foram atirados sobre carrocerias desprotegidas, como se aquelas criaturas humanas fossem um magote de bois. (CRUZ, 1984, p.21).

Em referência ao despejo, o bispo Dom Teodardo Leitz lançou a “Primeira Carta aberta ao povo de Deus”:

O procedimento humilhante e violento da polícia militar do Estado, a soldo da SOMECO S/A, (que forneceu aviões, frota de veículos adquiridos especificamente para a operação militar, combustível, alimentos, alojamento, rádio e recursos financeiros) comandada pessoalmente pelo secretário de segurança pública do Estado, derrubando barracas, rasgando lonas, destruindo pertences, chutando panelas com comida e até chutando pessoas, impedindo o povo de comer, empurrando-o para o rio Guiraí, deixando-os sob forte chuva por muitas horas, dando voz de prisão ao advogado do povo sob a mira de metralhadoras, cometendo arbitrariedades contra Agentes de Pastoral, transportando o povo em caminhões em condições piores que aquelas dadas aos animais, não oferecendo nenhum lugar de permanência, sem possibilidade de se alimentar ¹⁰⁴.

Após o despejo, os trabalhadores rurais com o apoio da CPT deslocaram-se para uma área urbana localizada no pátio da Igreja Matriz de Ivinhema (MS), onde ficaram acampados por dois dias. Por intervenção de Dom Teodardo Leitz foram transferidos para uma pequena área de 3 hectares na Vila São Pedro, município de Dourados (MS). Numa “Segunda Carta aberta ao povo de Deus”, o bispo explicou que:

A tentativa dos “Sem Terra” de obter um pedaço de chão para produzir o pão foi frustrada, pois o magistrado da Comarca de Ivinhema decretou uma liminar contra a ocupação numa área não aproveitada da Colonização SOMECO. Isso significa a expulsão dos mais de mil ocupantes da área em questão, o que foi feito no dia 14 de maio, mediante uma operação da polícia militar que mobilizou para tanto um grande contingente e homens fortemente armados ¹⁰⁵.

Em declaração publicada pelo jornal *O Progresso* em 18 de maio de 1985, o então secretário de Segurança Pública do Estado, Aleixo Paraguassu Neto, reiterou que a desocupação da Santa Idalina foi uma retirada pacífica, culpando a CPT por ser responsável pela organização dos trabalhadores rurais. Aleixo afirmou que a partir daquele momento o Governo do Estado não iria permitir o surgimento de movimentos organizados que viessem criar focos de intranquilidade em Mato Grosso do Sul.

A SOMECO S/A, por meio de Oswaldo Cazarotti, um dos diretores da empresa, veio a público e se posicionou a respeito da ocupação, destacando que tinha a posse legal da Gleba Santa Idalina:

O lote Santa Idalina, onde ocorre a tentativa de invasão, tem a área de 18.468 hectares, é de propriedade da Someco S/A, adquirida desde 1959, pelas

¹⁰⁴ PRIMEIRA CARTA ABERTA AO POVO DE DEUS. Dom Teodardo Leitz. Dourados-MS. 14/05/1984.

¹⁰⁵ SEGUNDA CARTA ABERTA AO POVO DE DEUS. Dom Teodardo Leitz. Dourados-MS. 24/05/1985.

transcrições nº10982, 10987, 10988, 10999, 11000, 11122, 12842 e 19419 do registro de imóveis de Dourados e a nº 1037 do registro de Nova Andradina¹⁰⁶.

A mesma nota, publicada pela SOMECO S/A no jornal *O Progresso*, foi divulgada no jornal *Folha de São Paulo*. A empresa reiterou que “a área invadida em matas não é ociosa ou improdutiva, pois, situando no extremo da gleba, tem função econômica e destinação no programa geral da colonização”¹⁰⁷.

Em meio aos embates políticos, os sem-terra seguiram viagem até a Vila São Pedro, perto da cidade de Dourados (MS), onde se estabeleceram. Depois, trouxeram as famílias e formaram um conjunto de aproximadamente 3 mil pessoas entre homens, mulheres e crianças. Dessas, cerca de 10 famílias se deslocaram para Campo Grande (MS) e instalaram barracas na frentada Assembleia Legislativa do Estado, com o objetivo de pressionar o governo a determinar uma área para os acampados. Além das manifestações na Assembleia Legislativa, os acampados “fecharam” a rodovia BR-163, principal via de escoamento da produção regional que dava acesso ao Estado de São Paulo e à capital de Mato Grosso do Sul, como forma de cobrar o governo e chamar a atenção da população para a questão.

Em Dourados (MS), na Vila São Pedro, os sem-terra receberam alimentação e assistência médica de agentes da CPT. Todavia, as condições de vida no acampamento eram precárias. Surtos de diarreia, sarampo, catapora, gripes fortes e febres se tornaram constantes.

O acampamento na Vila São Pedro foi desativado entre 12 de setembro e 04 de outubro de 1984. Depois de vários embates, muitas famílias conseguiram a concessão de uma área conhecida como “Gleba Padroeira do Brasil”, localizada no Município de Nioaque (MS), sendo alguns remanescentes assentados em Corumbá (MS). Assim, os trabalhadores rurais que ocuparam a Gleba Santa Idalina e estavam instalados na vila iniciaram um novo deslocamento para as terras definitivas.

Como se vê, a primeira ocupação da Gleba Santa Idalina tornou-se símbolo da luta pela terra no Mato Grosso do Sul, repercutindo na imprensa de circulação nacional. A ação foi responsável por desencadear uma (re) ocupação composta por famílias brasiguaias que estavam acampadas no município de Mundo Novo (MS). O movimento de luta pela terra dos brasiguaios utilizou-se de táticas e ideias do MST, uma vez que o próprio ato de ocupar e/ou (re) ocupar tornou-se a principal forma de pressão que os camponeses construíram para conquistarem a terra desde o início da década de 1980.

¹⁰⁶ Jornal O Progresso, 1984, p.1.

¹⁰⁷ Jornal Folha de São Paulo, 1984, p.8.

A estratégia de (re) ocupar a Gleba Santa Idalina partiu de lideranças brasiguaias apoiadas por agentes da CPT, como já observado anteriormente. A partir das trajetórias dos trabalhadores rurais nota-se que o movimento social foi sendo construído desde o deslocamento das famílias do Paraguai para o Brasil, tendo convergência no acampamento de Mundo Novo (MS) que resultou na (re) ocupação da Gleba Santa Idalina, a qual daremos enfoque no terceiro capítulo, considerando narrativas e experiências dos brasiguaios.

CAPITULO III

OS BRASIGUAIOS NA (RE) OCUPAÇÃO DA GLEBA SANTA IDALINA: TESSITURA DAS MEMÓRIAS DE LUTA

3.1 Dinâmicas da (re) ocupação e do novo acampamento

Em outubro de 1985, o decreto nº 91.792 desapropriou 18.468 hectares de terras da Gleba Santa Idalina, destinados ao assentamento das famílias brasiguaias que estavam acampadas na “cidade lona” em Mundo Novo (MS)¹⁰⁸. A desapropriação foi contestada pela SOMECO S/A, que ameaçava impedir o assentamento de trabalhadores rurais nas terras.

Motivados, os brasiguaios de Mundo Novo (MS) iniciaram o deslocamento para a gleba assessorados pelo poder público. Durante o mês de novembro de 1985 foi montada uma comissão de acampados para visitar a área que seria (re) ocupada, enquanto outros permaneceram na “cidade lona” para organizar as famílias e o transporte. Como narrou Luiz, “nóis veio na frente pra guarnecer a fazenda, só os homens, cento e sessenta pessoas, pra não deixar ninguém entrar”¹⁰⁹. A função deste grupo era localizar a área onde seria construída “a nova morada” e guarnecer a gleba, perante as posições tomadas pela SOMECO S/A.

Os primeiros brasiguaios que se deslocaram para a Santa Idalina para fazer o reconhecimento das terras retornaram para Mundo Novo (MS) no início de dezembro de 1985, quando se juntaram ao restante do grupo para preparar a mudança. Sobre a chegada dos caminhões e a notícia de desapropriação, Inês lembrou:

Eu acordei com aquele monte de caminhão buzinando e os líder gritando, levanta, levanta e vamo arrumar as mudança que o caminhão chegou e vamo embora e aí foi todo mundo arrumar as coisa e jogando tudo em cima dos caminhão¹¹⁰.

¹⁰⁸ As terras desapropriadas pelo decreto, foram as mesmas contestadas por famílias de sem-terra em 1984, que em meio aos conflitos com a SOMECO S/A foram despejadas e realocadas em outro acampamento.

¹⁰⁹ ENTREVISTA. Luiz Pereira Alves. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

¹¹⁰ ENTREVISTA. Inês Maria Alvarenga Alves. 52 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

Com o apoio do INCRA, representado pelo funcionário lembrado pelos brasiguaios pelo codinome “Braguinha” e por intermédio do Ministro do MIRAD, Nelson Ribeiro, e do prefeito municipal de Mundo Novo (MS), Ademar Antônio da Silva, os acampados conseguiram ônibus e caminhões para realizar a transferência.

O apoio dado por órgãos, autoridades políticas e públicas para o deslocamento possuía finalidades e interesses diferentes. Os representantes do INCRA ficaram responsáveis pelo cadastramento das famílias. O MIRAD, sob atenção direta do ministro, acompanhou os brasiguaios desde o retorno do Paraguai tentando encontrar estratégias de assentamento dos trabalhadores rurais. O prefeito de Mundo Novo (MS), com o receio do surgimento de novos acampamentos na cidade, via no deslocamento uma solução.

Neste contexto, a relação do governador do estado de Mato Grosso do Sul com os brasiguaios, ganhou outro tom, conforme apontou Cortêz (1992):

Como não conseguiu desarticular a organização dos acampados e vendo que eles passaram a ser personagens da imprensa nacional, o Estado trouxe para si o discurso da reforma agrária, enquanto capitaneava a transferência para a área- exaltando o espírito de luta dos agricultores e a sua vocação agrícola. (CORTÊZ, 1992, 89-90).

Essa mudança de atitude se deu em decorrência de interesses políticos, uma vez que as eleições estaduais de 1986 se aproximavam. Nos jornais impressos e na televisão, o governador Wilson Barbosa Martins buscou evidenciar o início da reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul, utilizando a trajetória dos brasiguaios para se “promover” e fazer propaganda do governo estadual.

Com trajetórias diversas, deslocaram-se para a Gleba Santa Idalina, aproximadamente, oitocentas famílias brasiguaias cadastradas pelo INCRA na “cidade lona”. Os brasiguaios saíram de Mundo Novo (MS) em 09 de dezembro de 1985 e chegaram à gleba um dia depois, após uma viagem cheia de imprevistos, pois alguns ônibus quebraram no meio do trajeto. Os caminhões fretados trouxeram as mudanças dos camponeses e os ônibus as famílias.

A área ocupada pelos brasiguaios em Mundo Novo (MS) foi esvaziada. Segundo Cortêz, funcionários da prefeitura municipal cobriram “a terra com cal e inseticidas para desinfetar o local e apagar as marcas da passagem dos agricultores” cercando “a área com arame farpado para impedir que outros grupos, aproveitando o espaço vazio, armassem novo acampamento”. (CORTÊZ, 1992, p.92). O ato de limpar o terreno representou o desejo das

autoridades em “esconder os rastros” dos trabalhadores rurais que ali se estabeleceram por aproximadamente seis meses.

As caravanas foram escoltadas por agentes do INCRA que temiam um confronto entre os brasiguaios e seguranças da SOMECO S/A, que se colocavam contra a (re) ocupação. Ao chegarem na gleba, as famílias desceram dos ônibus e caminhões com foices e enxadas representando os instrumentos de luta. Segundo Salete, rapidamente “os homens ajuntaram todo mundo, jogaram uma lona e fizeram um barracão enorme, aí os homens já foram caçar lenha, acender o fogo, aí nós ficava esperando, cada uma fazia a comida da criança para alimentar ela primeiro”¹¹¹.

No dia seguinte, as famílias foram divididas em grupos que receberam as denominações de Guadalupe, Figueira, Guaivirá, Santa Rosa, Toco do Ipê, Matão, Água do Guiraí, Água da Bica, Água da Ocupação, Porteira do Escondido e Água da Onça. Para Luiz, “[...] cada grupo tinha em média de 10 a 15 famílias, e as famílias era tudo grande, de sete a oito pessoas”¹¹². A gleba, até então chamada de Santa Idalina, recebeu o nome pelos brasiguaios de Gleba Novo Horizonte por representar as perspectivas de um futuro melhor. Cada grupo tinha uma liderança responsável pela construção dos barracos¹¹³, numa área à beira do rio Guiraí. Fernandes (2007), ao estudar a organização de trabalhadores rurais, apontou que:

Os sujeitos em observação articulam-se para agir. O discurso, ao mesmo tempo em que os coloca em ação, constitui-se como uma prática, contribuindo para as transformações sociais. O surgimento do acampamento decorre de articulações político-ideológicas. (FERNANDES, 2007, p.119).

Sabendo da (re) ocupação, a polícia militar deslocou-se até o acampamento para, de barraco em barraco, procurar lideranças responsáveis pelo movimento. Como lembrou Salete:

Na hora do almoço nós ficamos sabendo que a polícia vinha tirar nós. A polícia chegou e perguntou quem é o líder daqui, aí a gente falou, que líder? O que é isso? Aí eles foi de barraco em barraco perguntando e todos respondia, nós não sabemos o que é líder, aí eles falou: líder é uma pessoa que toma conta em geral; aí respondemos quem toma conta aqui é todos

¹¹¹ ENTREVISTA. Salete da Silva dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

¹¹² ENTREVISTA. Luiz Pereira Alves. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

¹¹³ Percebemos nas narrativas dos brasiguaios que os mesmos foram adquirindo experiência na construção dos seus barracos de lona. Na Gleba Santa Idalina por exemplo, os barracos já tinham divisórias de cômodos, o fogão a lenha já era suspenso, foram construídos jiraus com galhos para guardar e lavar a louça.

nóis, cada um já fez seu barraco, aí eles falaram se nóis vê qualquer coisa diferente, como derrubada de madeira nóis volta ¹¹⁴.

A situação descrita por Salete fez parte dos primeiros dias da (re) ocupação. A fala da brasiguaiia evidencia a estratégia dos acampados em nomear lideranças responsáveis pela organização do movimento social, porém, perante as autoridades políticas e policiais, todos os acampados eram identificados como lideranças para protegerem os líderes. Segundo Fernandes:

A vida no acampamento possibilita a experimentação de formas de organização, a estruturação social do espaço. Tendo a assembleia como soberana, organizam-se em comissões, em grupos de trabalho, elegem os coordenadores para cada grupo, definem as formas de realização do trabalho. (FERNANDES, 2007, p.127).

Cirila, ao ser perguntada sobre a impressão que teve do local, assim respondeu: “a gente surpreendeu né, porque só tinha mato, tinha que caçá uma beira de água pra ficar, fazer o barraco e tinha que fazer algum recursinho pra aguentar” ¹¹⁵. Para Salete, “quando eu cheguei aqui, a minha primeira impressão foi, será que a gente vai ficar no meio desse mato, sem água, sem luz e sem comida e eu com o nenê pequenininho com três meses, onde eu ia ponhá ele?” ¹¹⁶. Como contraponto para justificar sua presença no acampamento montado, Francisco falou que “a vida no Paraguai não era boa, era uma vida emprestada né. [...] o Paraguai era um quebra galho” ¹¹⁷. Um dos relatos surpreendentes foi o da brasiguaiia Inês que disse: “fiquei feliz porque saí da casa do vizinho e estou na minha casa” ¹¹⁸.

As falas demonstram as dificuldades e incertezas sobre os rumos que a ocupação iria tomar. Por outro lado, observa-se que o ato de (re) ocupar representou um passo para a conquista da terra. Inês, ao afirmar que saiu “da casa do vizinho”, demonstrou o sentido de pertencimento, a nacionalidade brasileira e o desejo de sair do Paraguai.

Diante da situação, estratégias de consolidação dos laços de solidariedade entre os brasiguaios foram valorizadas. Uma das práticas que contribuíram para o fortalecimento da identidade entre os acampados foi a produção e as rodas de música, que expressavam desejos, reivindicações e trajetórias dos grupos envolvidos na luta pela terra. As músicas cantadas e

¹¹⁴ ENTREVISTA. Salete da Silva dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

¹¹⁵ ENTREVISTA. Cirila Martins da Silva. 55 anos. Novo Horizonte do Sul. 24/10/2015.

¹¹⁶ ENTREVISTA. Salete da Silva dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

¹¹⁷ ENTREVISTA. Francisco dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 30/10/2015.

¹¹⁸ ENTREVISTA. Inês Maria Alvarenga Alves. 52 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

ouvidas diariamente pelos brasiguaios fortaleciam o sentimento de resistência. O acampado João Francisco dos Santos, ao compor a música “cidade lona”, após a (re) ocupação da Gleba Santa Idalina, procurou retratar as experiências dos brasiguaios:

Moro na cidade lona
E você mora também
Queremos voltar lá pro mato
Onde não mora ninguém
Este povo não quer guerra
Queremos um pedaço de chão.
Saímos à procura de terra
Neste mundo que ensina
Saímos de nossas casas
Viemos pra Santa Idalina.
(João Francisco dos Santos).

Em entrevista, o compositor disse que a música representava a “esperança de conseguir a terra, essa esperança a gente tinha, de luta e conseguir a terra e os nossos objetivos que era cuidar da nossa família”¹¹⁹. A canção “cidade lona” tornou-se símbolo dos movimentos sociais de luta pela terra e cantada em vários acampamentos no Brasil.

Para Stédile, liderança do MST, a música:

[...] sempre reflete um momento da luta ou da história. Ela é um símbolo mutante. Ou melhor, é um símbolo datado, da mesma forma que as palavras de ordem são símbolos datados. [...] As músicas e as palavras de ordem nos ajudam a recuperar nossa história. Elas registram o momento e depois crescem de acordo com a evolução da organização. (STEDILE, 1999, p.135).

Além das músicas, os brasiguaios elaboraram palavras de ordem que contribuíram na organização política e refletiram o anseio pela terra, como “Queremos terra e não queremos guerra” e “Reforma agrária. Quando? Já!”. As palavras de ordem buscavam representar o sentido da luta, as reivindicações, as origens do movimento social e a posição ideológica com forte influência do MST. É importante notar que, ao longo desse período, etapas como (re) ocupação e acampamento foram sendo estabelecidas como ações intrínsecas ao fortalecimento do movimento.

A montagem e a forma de organização do acampamento também representava uma estratégia de luta. Barracos construídos em forma de círculo ao redor de uma estrada,

¹¹⁹ ENTREVISTA. João Francisco dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 25/06/2014.

carroças, cavalos atrelados a um varal arranjado, crianças brincando e trabalhadores rurais andando pelo acampamento, demonstram peculiaridades e vivências de um ambiente, da morada provisória, do significado da luta pela terra.



Figura 4- Área do acampamento
Arquivo Pessoal
(1985)

Na memória dos brasiguaios, as mesmas dificuldades enfrentadas em Mundo Novo (MS) para permanecer no local foram recordadas. Como lembrou Inês:

Aqui era sofrimento também, porque a gente chegou aqui com a compra (mercadoria) que a gente trouxe, que tinha ganhado em Mundo Novo e aqui era pro governo mandar mercadoria e não mandou. Então o que aconteceu, a gente ficou ali naquela felicidade, naquela alegria enquanto tinha mercadoria dentro do barraco pra dar pro filho. Quando passou uns dias foi acabando e não tinha da onde você pegar ¹²⁰.

Além de não terem alimentos, os acampados sofriam com a proliferação de doenças, como contou João, ao adquirir Leishmaniose “no ano que eu entrei aqui deu um problema de

¹²⁰ ENTREVISTA. Inês Maria Alvarenga Alves. 52 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

saúde e na época aqui não tinha condições da gente se tratá e daí eu voltei pra Mundo Novo e aí eu fui tratado lá em Guaíra, na SUCAM de Guaíra, e daí fiquei mais de um ano doente”.¹²¹

Outros problemas lembrados pelos acampados foram o difícil acesso à cidade de Ivinhema (MS), a vigilância da polícia militar e as ameaças de despejo noticiadas em decorrência das posições da SOMECO S/A. Cácia Côtéz coletou informações de brasiguaios sobre as dificuldades enfrentadas no acampamento.

Nós, os brasiguaios, estamos presos, longe da cidade, cercados por fazendeiros e um rio. Para sair, temos que passar pela polícia (a polícia militar controlava a entrada e saída das pessoas no acampamento e proibia a entrada de bebidas alcoólicas e armas de fogo). [...] brasiguaios passam fome de nove dias. Um acidente no grupo Água da Onça: uma garotinha de onze anos foi morta por um caminhão que passou sobre ela, morte instantânea. (CORTÊZ, 1992, p.94).

Para aumentar a situação de instabilidade, notícias chegavam ao acampamento de formas desencontradas. Segundo Luiz, os meios de comunicação locais divulgavam a notícia de que a SOMECO S/A iria retomar a posse das terras, o que causava insegurança nos acampados. O brasiguaiio lembrou que “na época falava num jornalzinho de Ivinhema que a SOMECO tava retomando a posse e a gente ficava pensando, será que vai? Será que não vai? Mas o pessoal foi ficando, mas que ela fez uma pressão, isso fez”¹²².

Nas narrativas percebem-se diferentes estratégias usadas pela SOMECO S/A para desestimular o movimento social e retomar a posse das terras. Conforme Pedro:

Quando a gente tava aqui, aí a juíza e a Someco entrou com uma liminar, aí veio pela fazenda com um trator de esteira lá no toco do Ipê pra fazer um despejo dos brasiguaios. Aí o que aconteceu, aí o INCRA, a polícia militar pegou as lideranças, juntamos com o pessoal que morava aqui e fomo fazer barreira, ficamos lá uns quinze dias, fazendo barreira ou mais. Aí tive que furar um poço de água pro pessoal fica lá na barreira”¹²³.

A fala demonstra que a SOMECO S/A entrou na justiça para conseguir uma liminar de desocupação da área, assim como na ocupação de 1984. A notícia da desocupação já havia circulado no acampamento e os brasiguaios apoiados pelos agentes pastorais e agentes do INCRA tiveram tempo para se organizar. Durante quinze dias, os funcionários da SOMECO

¹²¹ ENTREVISTA. João Francisco dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 25/06/2014.

¹²² ENTREVISTA. Luiz Pereira Alves. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

¹²³ ENTREVISTA. Pedro Luiz de Lima. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 24/10/2014.

S/A permaneceram próximo ao acampamento como forma de pressionar e desarticular o movimento, haja visto que mesmo com as terras desapropriadas pelo decreto 91.792 de 17 de outubro de 1985, devido aos impasses judiciais, as famílias ficaram na gleba na condição de ocupantes por mais de 10 meses.

É importante esclarecer os papéis ocupados por estes sujeitos que aparecem na narrativa do brasiguai Pedro. Os agentes do INCRA buscavam controlar as ações dos brasiguaio, já a polícia militar procurava evitar os conflitos mais diretos entre os brasiguaio e funcionários da SOMECO S/A.

A SOMECO S/A detinha na época 50% das terras pertencentes ao município de Ivinhema (MS), além do domínio econômico e político na região. Na década de 1980, 75% da área do município era formada por latifúndios, sendo 70% pertencentes à colonizadora. Esses números reforçavam a importância da luta dos brasiguaio. Para Batista, a “gleba estava abandonada desde 1951, servindo apenas para especulação, sem nenhum plano de colonização, descaracterizando a própria função da empresa que é de colonizar”. (BATISTA, 2013, p.117).

Diante da (re) ocupação, a SOMECO S/A iniciou a retirada da madeira de Lei da gleba, o que gerou novos conflitos, como relatou Salete:

Ali, na ponta de lá, os pessoal das fazenda pegaram três, quatro motosserras e já começaram derrubando as árvores porque eles sabia que nós ia ganhá o sítio né, os pessoal que era dono daqui, que era dono das fazenda. [...] Aí veio as polícia e disse que o motosserra já tava trabalhando, era tudo madeira de Lei, eles estavam lotando os caminhão e levando porque sabia que nós ia ganhá terra aqui, porque não era deles, era nosso e ali eles já estavam aproveitando, lotando os caminhão. Tiraram bastante. Aí o INCRA veio e falou: isso não pode, aqui é onde vai ser assentado o pessoal, isso é deles ¹²⁴.

No curso desses conflitos, os acampados conviviam com o medo que só era amenizado com a presença de grupos de apoio aos acampados, como voluntários, agentes pastorais, representantes institucionais e autoridades políticas que incentivavam a permanência e resistência na terra, afirmando que as mesmas seriam dos brasiguaio. Na fala de Francisco percebe-se o sentimento de resistência em relação à pressão exercida pela SOMECO S/A: “ela tentou expulsar, mais nós foi ficando né”¹²⁵, o que também se verificou na narrativa do brasiguai Pedro:

¹²⁴ ENTREVISTA. Salete da Silva dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

¹²⁵ ENTREVISTA. Francisco dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 30/10/2015.

[...] a gente tava lá, daí minha mulher incentivou, disse Pedro vamos lá pra ganhar terra e a gente veio, aí quando chegou aqui e a Someco quis tomar, quando teve ali, daí minha irmã e minha mulher queria voltá pra trás, aí eu falei não agora eu não vou, porque eu não queria entrá, agora que eu entrei e estou em cima da terra não vou abandonar não (risos) não vou embora não. Eu falei, se vocês quiser volta a casa está lá, a mudança está lá, aí quando saí a terra vou buscá vocês. Aí eles falou, então eu também não vou embora não, vou ficar aqui, aí ficou todo mundo né ¹²⁶.

As situações descritas demonstram que os acampados entendiam que a SOMECO S/A não aceitava a desapropriação, contestando-a a todo custo. Deste modo, as famílias continuaram acampadas durante dez meses. Para manterem-se, muitos homens trabalharam na colheita de algodão nas fazendas ao redor da Santa Idalina, pois estavam na terra e não podiam produzir. Já as mulheres, segundo Cirila, “tinha que colher semente de capim que vendia pro pessoal de Ivinhema, tinha quebra de milho que sobrava, porque os fazendeiros plantaram milho e sobrou” ¹²⁷.

Sobre o dia a dia no acampamento, Pedro destacou que:

Não era fácil não, porque a gente vivia no acampamento e você deixar sua casa, sua residência, igual muitos que deixaram lá no Paraguai suas terras ou perderam e ficar dentro de um barraco não é fácil não, é difícil, água quente pras criançada, não tinha água tratada, aí era tudo precário né e a situação financeira acaba prejudicando mais ainda se você não tem dinheiro né. [...] No acampamento é sofrido, mas pra você conseguir uma terra só por meio de acampamento ¹²⁸.

Francisco dos Santos, ao ser perguntado sobre o cotidiano no acampamento, lembrou que “jogava baralho, ia caçar, ia pescar. [...] ficávamos no barraco, só saía pra fazer compra”¹²⁹. As refeições eram preparadas em fogões de barro improvisados, a iluminação era feita por meio de lampiões, lamparinas e velas, e as camas eram feitas de madeira, sendo chamadas de tarimbas. Outras situações eram vivenciadas pelos brasiguaios da Gleba Santa Idalina, semelhantes a outros acampamentos, como nos apontou Silva:

[...] a água não é própria para tomar, as roupas têm que ser lavadas no riacho mais próximo, que normalmente não é tão próximo assim, o banheiro é

¹²⁶ ENTREVISTA. Pedro Luiz de Lima. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 24/10/2014.

¹²⁷ ENTREVISTA. Cirila Martins da Silva. 55 anos. Novo Horizonte do Sul. 24/10/2015.

¹²⁸ ENTREVISTA. Pedro Luiz de Lima. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 24/10/2014.

¹²⁹ ENTREVISTA. Francisco dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 30/10/2015.

longe (um buraco cavado no chão e protegido por uma espécie de casinha de madeira). E banho quente no acampamento só aquele esquentado em chaleira e tomado em bacia com ajuda de uma caneca para tirar o sabão. (SILVA, 2004, p. 64).

Ainda para a autora, é comum barracos terem “um fogão à lenha improvisado, alguns bancos, uma pequena mesa, uma ou duas camas que servem também para guardarem durante o dia suas roupas”. (SILVA, 2004, p. 62). Os detalhes do ambiente doméstico foram observados nos relatos das trabalhadoras rurais entrevistadas, uma vez que dentro da luta pela terra, as mulheres eram as que encaravam o “barraco de frente”¹³⁰. No acampamento, as mesmas cuidavam dos filhos, dos afazeres domésticos, participavam das comissões de saúde e educação, bem como das reuniões, sendo em alguns casos responsáveis pela permanência da família na luta. Ao narrarem suas trajetórias, “as mulheres falam de um lugar íntimo”. (Silva, 2004).

Este lugar ocupa protagonismo na luta. Muitas mulheres, em suas memórias, trazem à tona diferentes experiências e trajetórias que caracterizam como histórias de luta. Isto ficou evidente na fala de Inês¹³¹, ao relatar que quando estava na Gleba Santa Idalina seu esposo ficou doente, tendo que ser transferido para um hospital público de Campo Grande (MS). Durante o período que seu esposo esteve internado, a brasiguaiia ficou responsável pela permanência da família na luta, participando das assembleias, trabalhando para sustentar os filhos e cuidando do barraco.

Casos como de Inês demonstram que a luta dos brasiguaios não era isolada, mas sim compartilhada a partir de relações de solidariedade. Os trabalhos realizados no acampamento eram coletivos e, neste sentido, o termo “companheiro”, ao aparecer em grande parte das narrativas, retratava a relação de cooperação entre os acampados. O termo buscava representar a unidade entre os grupos de acampados que compartilhavam do mesmo objetivo que era a conquista da terra. Para Martins (1986), “a noção de grupo, de solidariedade, os contornos sociais da organização, surgem mediados pela situação de emergência causada pela explosão, pela tomada da terra, pelo confronto”. (MARTINS, 1986, p.102).

¹³⁰ Enquanto os homens saíam em busca de trabalho nas fazendas ao redor da gleba, as mulheres eram responsáveis por cuidar dos barracos, alimentação, saúde e educação dos filhos. Desta forma, o termo “encarar o barraco de frente”, tornou-se recorrente nas narrativas dos brasiguaios ao serem questionados sobre a participação das mulheres na luta.

¹³¹ ENTREVISTA. Inês Maria Alvarenga Alves. 52 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

Aos poucos, laços de parentescos foram construídos por meio de casamentos e relações de compadrio através do batismo de filhos dos brasiguaios. Salete, ao ser perguntada sobre estas relações, exclamou que “era tão gostoso, porque todo mundo era amigo”¹³².

Era comum também no tempo de acampamento a realização de assembleias e reuniões, quando as famílias decidiam os rumos da luta, como lembrou Expedito:

Prá nós que era da liderança, era uma tarefa difícil, mas quando a gente faz as coisas com vontade não vê o tempo passar. Tinha reunião todos os dias, salas fechadas, um grupo saía, outro ficava. A gente ficava o dia inteiro quase, ia comer alguma coisa três horas da tarde, com aquela vontade de vencer e acreditar¹³³.

Como evidencia Martins (2000), nos acampamentos “as concepções tradicionais a respeito de parentesco e outros relacionamentos se revigoram, ganham um dinamismo inexistente antes dessa experiência”. (MARTINS, 2000, p.47). As trocas, as solidariedades, contribuem para novas perspectivas de vida.

Cabe destacar que dentro do acampamento também ocorreram conflitos, como brigas de casais ou entre os acampados, prisões de envolvidos com a extração de madeira da gleba e na matança de bois da SOMECO S/A, diante da escassez de alimentos. O problema da alimentação que levou ao abate de bois foi justificado num relato presente no trabalho de Cácia Cortêz:

As lideranças discutiram bastante sobre a nossa alimentação, porque já tinham passado treze dias sem receber. E na entrada passada (de alimentos), muita gente ficou sem receber arroz no grupo Guadalupe, e tem gente passando fome. Se até o dia dezoito não vier a alimentação o pessoal vai matar os bois da Someco (ex- proprietária), que estão soltos nas nossas terras, e eles (o INCRA) serão responsáveis. (CORTÊZ, 1992, p.93).

A dificuldade de alimentação foi lembrada por Inês:

A gente chegou aqui com as compras, mercadorias que a gente trouxe de Mundo Novo, e aqui o governo ficou de mandar e não mandou [...] quando passou uns dias a mercadoria foi acabando e você não tinha de onde tirar. Daí meu marido que estava doente, mesmo com febre ia colher algodão pra colocar comida dentro do barraco¹³⁴.

¹³² ENTREVISTA. Salete da Silva dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

¹³³ ENTREVISTA. Expedito. Novo Horizonte do Sul. 14 de junho de 2012.

¹³⁴ ENTREVISTA. Inês Maria Alvarenga Alves. 52 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

No mês de janeiro de 1986, o governador do Estado, o Ministro do MIRAD, e o prefeito municipal de Ivinhema (MS), deslocaram-se até o acampamento para ver a situação dos brasiguaios. Em reunião no local, o governador Wilson Barbosa Martins prometeu que aquelas terras seriam dos acampados. O prefeito Luiz Saraiva Vieira comprometeu-se em abrir estradas para facilitar o acesso ao acampamento e colocar uma linha de transporte e o ministro Nelson Ribeiro reafirmou o compromisso com a desapropriação da área.

Para Cortêz, na ocasião “também foi entregue um documento ao governador e ao ministro exigindo educação, verba para comprar sabão, Bombril, fósforo, merenda escolar, médicos e dentistas, transporte e sementes”. (CORTÊZ, 1992, p.93). Percebe-se que os brasiguaios necessitavam de produtos básicos, mas também de auxílio médico e de professores para lecionar no acampamento, uma vez que as crianças não tinham acesso às escolas no município de Ivinhema (MS) por causa da falta de transporte.

Em entrevista ao Jornal *O Progresso*, o então coordenador regional do INCRA, Alberto Manna, destacou que o INCRA estava “trabalhando em cima dos brasiguaios, uma vez que o assentamento” deveria “fazer justiça social e atingir terras [...] férteis”¹³⁵. Esses discursos de apoio resultaram de pressões, denúncias e divulgação da luta dos brasiguaios através de diversos meios de comunicação.

3.2 Os agentes pastorais no acampamento

Nos anos de abertura política no Brasil, a Igreja Católica assessorou encontros de lideranças de trabalhadores rurais, ocupando um lugar político na luta pela terra. Segundo a CNBB, a terra devia ser vista em duas dimensões: “terra de exploração” e “terra de trabalho”. Tais definições justificava a opção pelo apoio aos movimentos sociais rurais.

Terra de exploração, é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. O lucro pode vir tanto da exploração do trabalho daqueles que perderam a terra e seus instrumentos de trabalho, ou que nunca tiveram acesso a eles, quanto da especulação, que permite o enriquecimento de alguns à custa de toda a sociedade. Terra de trabalho, é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar que aparece fortemente no direito popular de

¹³⁵ Jornal *O Progresso*, 1985, p.2.

propriedade familiar, tribal, comunitária e no da posse. Essas formas de propriedade, alternativas à exploração capitalista, abrem claramente um amplo caminho, viabiliza o trabalho comunitário, até em áreas extensas, e a utilização de uma tecnologia adequada, tornando dispensável a exploração do trabalho alheio. (CNBB, 1980, p.16).

A CPT, através de agentes pastorais, ao realizar um trabalho de apostolado com ênfase na formação cristã construiu laços com os movimentos sociais, a exemplo das famílias brasiguaias que seguiam suas orientações. A influência católica marcou ativamente a organização dos acampados da Gleba Santa Idalina através de pastorais e congregações religiosas. A CPT teve importância considerável na organização dos brasiguaios, contribuindo para o fortalecimento da identidade. A pastoral foi representada por agentes conhecidas como irmãs religiosas, que buscavam a resistência e a sustentação da luta social, o desenvolvimento comunitário e a instrução religiosa, atuando como mediadoras na luta.

Farias (2013), em estudo sobre os movimentos sociais de luta pela terra, destacou que “o processo de mediação e a constituição dos vários grupos mediadores passam por conflitos, tensões, mas também por alianças, em um campo de lutas e concepções político-ideológicas diversas”. (FARIAS, 2013, p. 391). No acampamento, os brasiguaios contavam com o apoio das religiosas Irmã Adair Cavalcante, Olga, Maria Ribeiro Sá, Maria Carmem Teixeira, Elza Lopes Cordeiro e Anaide Barreiros, da Congregação “Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo”. Elas ficaram responsáveis pela assistência médica dos acampados e atuaram como mediadoras de conflitos, uma vez que tinham como carisma fundamental o serviço de apostolado. Havia ainda a presença de padres da Diocese de Dourados que vinham ao acampamento uma vez por mês para realizar missas.

Irmã Anaide Barreiros, nascida no município de Água Boa-MG, ao falar de sua trajetória de vida, inserção na CPT e envolvimento com os brasiguaios, lembrou que:

Estudei o 1º e 2º graus em Diamantina-MG no Colégio das Irmãs Filhas da Caridade. Cresci num ambiente religioso antes do Concílio Vaticano II, onde se priorizava bastante os sacramentos e a salvação das almas. Não se tinha claro o verdadeiro projeto de Jesus [...] Cheguei a Mato Grosso do Sul em 1979 onde a situação dos sem-terra era bastante crítica. Participei da ocupação da Gleba Santa Idalina em 1984, quando me integrei na equipe da Comissão Pastoral da Terra. Nossa congregação enviou seis Irmãs para acamparem junto com os brasiguaios em 1986¹³⁶.

¹³⁶ ENTREVISTA. Anaide Barreiros. 74 anos. Novo Horizonte do Sul. 21/06/2015.

João, ao tratar da importância de religiosos no acampamento, disse que “as irmãs ajudaram bastante, moraram debaixo da lona aqui. Vários padres, vários bispos vieram aqui”¹³⁷. Na mesma direção Salete recordou que:

[...] as irmãs ajudavam do jeito que podiam. Elas pediam doação de roupas, aí ali elas saíam distribuindo pro pessoal. Elas fizeram um barracão lá com nós, elas não tinham casa e no barraco delas que era o posto de saúde e foi lá que ganhei minha primeira menina, num barracão [...] as irmãs eram muito bem entendidas em vista de nós que não sabia nada, então a gente tinha que se apegar a elas quando ficava doente ¹³⁸.

Em visita aos acampados no mês de janeiro de 1986, o Bispo Diocesano de Dourados Dom Teodoro Leitz celebrou uma missa e afirmou aos brasiguaios que a Gleba Santa Idalina era a “Promessa de Deus”. Nas lembranças de Cirila, este evento foi importante para a luta dos brasiguaios:

[...] a primeira missa que foi realizada aqui né, com o bispo que ele veio pra abençoar a terra, porque na época a Somco ameaçava demais, então ele veio abençoar a terra, então marcou bastante aqui pra gente né, as festas, que depois começou as festinhas das igrejas católicas, a irmã Olga participava sabe, do movimento sem-terra, junto com a pastoral, ela fazia parte da pastoral, então isso ficou marcante na vida da gente ¹³⁹.

Em carta aberta à população, Dom Teodoro Leitz enfatizou que “a terra é de quem nela trabalha e dela precisa para viver”. A presença do bispo no acampamento fortaleceu o movimento social em tempos de incertezas, demonstrando que o ato de “abençoar a terra” integrava a mística do acampamento e da crença na terra prometida, uma vez que, segundo Rescigno (2010), com a CPT “buscava-se levantar e analisar um aspecto da realidade da vida dos trabalhadores e aí descobrir que a história dos trabalhadores é a confirmação da história do Povo da Bíblia”. (RESCIGNO, 2010, p.95).

Na memória de Irmã Anaide, “Dom Teodoro é quem salvou o povo”. Esta argumentação foi pautada devido o bispo ser responsável por organizar o movimento de retorno dos imigrantes brasileiros no Paraguai, bem como a (re) ocupação da Gleba Santa Idalina, ganhando, a partir de então, representatividade entre os brasiguaios.

¹³⁷ ENTREVISTA. João Francisco dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 25/06/2014.

¹³⁸ ENTREVISTA. Salete da Silva dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

¹³⁹ ENTREVISTA. Cirila Martins da Silva. 55 anos. Novo Horizonte do Sul. 24/10/2015.

Os agentes pastorais desenvolviam um papel na formação educacional dos acampados com um ensino bíblico voltado para a questão da terra, a organização das mulheres, a formação de comunidades rurais e de lideranças. A educação das crianças e a assistência médica eram feitas por integrantes da CPT, uma vez que possuía um caráter pastoral, tendo como missão o apoio e acompanhamento aos trabalhadores rurais na conquista de direitos e da terra. Como premissas, defendia-se a resistência na luta, a produção sustentável, a formação política a partir de experiências baseadas nas motivações e valores, na mística e espiritualidade. O que permeava a educação eram ideias progressistas ligadas a Teologia da Libertação, fundamentação teórica que estava no cerne das representações da CPT.

Sobre a interferência da CPT na vida dos brasiguaios, Sérgio Cruz relatou que:

[...] no tempo da Pastoral não, não interferia na decisão do trabalhador, ela inclusive podia deixar de apoiá né, se ela achasse que a decisão atrapalhava né, a própria igreja podia deixar de participar, mas não interferia, como eu também nunca interferi, quando era convidado a dar um palpite eu dava um palpite, mas quando não era convidado não dava nem palpite ¹⁴⁰.

Irmã Anaide, uma das representantes da CPT no acampamento disse que “a CPT buscava ser uma presença solidária, fraterna e afetiva, que prestava um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra, para estimular e reforçar seu protagonismo” ¹⁴¹. A fala da irmã traz conceitos como “serviço educativo”, “povos da terra” e “protagonismo”, que fazem referência ao ensinamento religioso, a importância da luta dos homens e mulheres do campo na busca pela terra e a construção de um ambiente para as decisões serem tomadas pelos próprios brasiguaios.

No documento “Igreja e Problemas da Terra”, publicado em 1980, é possível notar que a Igreja se colocou como “consolo, advogado, refúgio, local de assembleia e até hospital de uma grande luta”. (CNBB, 1980, p.3). O documento enfatizou ainda que a CPT procurava valorizar o modo de vida e as experiências dos sujeitos que estavam na condição de trabalhadores rurais em busca de terra. Todavia, cabe destacar que alguns brasiguaios evangélicos criticavam a atuação e influência da Igreja Católica no acampamento. (CORTÊZ, 1992). Dentre esses, chamou atenção José, ao destacar os interesses políticos da CPT junto aos brasiguaios: “a CPT atuava na saúde, na organização e de leve fazendo uma política no

¹⁴⁰ ENTREVISTA. Sérgio Cruz. 72 anos. Campo Grande-MS. 21/07/2014.

¹⁴¹ ENTREVISTA. Anaide Barreiros. 74 anos. Novo Horizonte do Sul. 21/06/2015.

meio”¹⁴². Os agentes pastorais tornaram-se militantes da luta ao fortalecerem as organizações locais de base. Assim, passaram a sofrer pressões, como narrou João, ao ser perguntado sobre a atuação da CPT no acampamento:

[...] vários padres foram ameaçados de morte, várias irmãs foram ameaçadas de morte, por estarem na luta pelo povo sem-terra. Porque você sabe que não é fácil hoje lutar e brigar em favor das pessoas mais pobres. É difícil. Todas as pessoas que luta em favor do pobre, ela está ameaçada de morte, dificilmente você vê um rico falá que morreu por tá apoiando um pobre, porque não eles não apoiam. Então, mais é a igreja, a igreja que mais luta em favor. Quantos padres, quantas irmãs que já morreram por luta em favor dos sem-terra e dos sem-teto. Então, eles foram muito, a CPT que é a Comissão Pastoral da Terra, os integrantes da CPT, junto com as irmãs e com os padres, eles sofreram muita ameaça¹⁴³.

As narrativas dos brasiguaios demonstraram que os agentes pastorais ao abraçar a luta das famílias brasiguaias, sofreram diferentes tipos de repressão. Ligados a CPT, buscavam fortalecer o protagonismo dos homens e das mulheres no acampamento da Gleba Santa Idalina. As irmãs vicentinas, por atuarem em diferentes setores que deram apoio aos acampados, como lembrou Inês, tiveram que “se virar nos trinta” para dar conta de atender a todos.

3.3 O assentamento: uma nova morada

Apesar da Gleba Santa Idalina ter sido desapropriada em outubro de 1985, a entrega definitiva dos lotes só foi realizada em outubro de 1986. Neste período, os brasiguaios se mantiveram no acampamento convivendo com situações diversas, trocas de experiências, articulações políticas, tensões, embates e perspectivas de assentar na terra. Na memória de muitos acampados a demora esteve relacionada ao ambiente político, uma vez que 1986 foi um ano de eleições para governadores, deputados estaduais, senadores e deputados federais constituintes. Na fala de um acampado, registrada por Cortêz, observa-se a morosidade na entrega da terra:

Os lotes não foram demarcados e as famílias continuam acampadas [...] só ficamos na promessa de termos lotes. Este ano é um ano político e então ficam segurando como fizeram em Mundo Novo. [...] no começo de maio de

¹⁴² ENTREVISTA. José Roberto dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

¹⁴³ ENTREVISTA. João Francisco dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 25/06/2014.

1986 o governo estadual chegou para tirar novos títulos. Só os que precisavam de títulos era quase quatro mil eleitores segundo o levantamento nosso. (CORTÊZ, 1992, p.95).

O uso político na entrega dos lotes foi criticado pelos acampados, uma vez que muitos utilizaram da luta dos brasiguaios para se promoverem e angariar votos, sendo a própria entrega dos títulos realizada durante um comício com a presença de candidatos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) a diversos cargos públicos. O que incomodava muitos acampados era a mudança de posição do governador Wilson Barbosa Martins sobre a situação dos brasiguaios. Isto ficou mais questionado diante da sua descompatibilização de governador em apoio ao candidato ao governo do estado, Marcelo Miranda, como também, para assumir sua candidatura ao Senado da República. Para Sérgio Cruz, o político:

[...] foi muito bom na hora que os brasiguaios já tinha conseguido a área que o Ministro desapropriou, aí ele foi lá. Mas enquanto isso ele jogou a federação, a FETAGRI contra os trabalhadores, pra dividir, jogar os trabalhadores daqui, os sem-terra daqui, contra os sem-terra brasiguaios, fez todo tipo de política pra evitar que os brasiguaios voltassem, até porque era um movimento que ele não tinha controle, ele não conseguia controlar através da FETAGRI, e não conseguia controlar. Depois ele terminou, ele terminou capitalizando, porque daí ele entrou na história como governador do estado, aí ele arrumou barraco pro pessoal. Depois que o pessoal já tava na terra, aí ele deu aquele apoio que não foi dele porque necessariamente não era dele, era um apoio que vinha do governo federal pra ele fazer o repasse né ¹⁴⁴.

Ao falar da conquista dos brasiguaios e do envolvimento de políticos anteriormente contrários ao movimento social, o ex-deputado federal destacou que o governador, em se tratando de reforma agrária:

[...] não teve nenhuma sensibilidade pra tratar do problema, ele tratou do problema nas letras frias da Lei, sabe! Acampamento, ele desmanchava acampamento de beira de estrada. [...] Então, realmente, o Dr. Wilson ele nessa luta pela terra aí, ele contrariou tudo aquilo que ele sempre defendeu que do ponto de vista liberal dele, sempre defendeu. [...] No caso mesmo de Idalina houve uma proposta em ceder uma parte da área em troca de ICMS atrasado e ele não aceitou, não aceitou pra não abrir um precedente. Assenta aqui, depois vem outro grupo assenta também, então ele não queria encarar o problema, vamos evitar os problemas, então foi por isso que eu rompi ¹⁴⁵.

¹⁴⁴ ENTREVISTA. Sérgio Cruz. 72 anos. Campo Grande-MS. 21/07/2014.

¹⁴⁵ ENTREVISTA. Sérgio Cruz. 72 anos. Campo Grande-MS. 21/07/2014.

Em discurso realizado na gleba em julho de 1986, o ministro Nelson Ribeiro argumentou que a terra era um direito do trabalhador e elogiou a organização dos brasiguaios. Para as lideranças do MST:

A conquista daquela terra não era do governo ou dos políticos que lá estavam em busca de votos, mas resultado de uma luta que custou a vida de 24 pessoas, a maioria crianças, durante os nove meses de acampamento de Mundo Novo. Lembraram também que a Gleba Novo Horizonte chamava-se Gleba Santa Idalina e que guarda uma história de luta pela terra ¹⁴⁶.

A partir da conquista da terra, as falas dos brasiguaios buscaram evidenciar as memórias de luta e dificuldades encontradas, como lembrou José Ocemar Vieira: “há um ano a gente fugia da repressão no Paraguai. Hoje temos a nossa terra, mas também tem muitos companheiros perdidos no Paraguai e outros acampados no Brasil” ¹⁴⁷. As narrativas dão visibilidade à luta dos brasiguaios na conquista da terra e se diferenciam de discursos proferidos por autoridades governamentais que se colocavam como responsáveis pelo assentamento dos trabalhadores rurais.

Segundo dados ¹⁴⁸ da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), foram sorteados 768 lotes de terra com área média de 25 hectares. A variação de lotes com áreas entre 5 e 43 hectares decorria, dependendo do tipo de solo e da distância da sede do assentamento. Para o trabalhador Francisco dos Santos, “tinha lote de dez alqueires, de sete, de oito, tinha de todo tamanho”¹⁴⁹, que variava conforme a localidade e qualidade da terra. Já Jorge disse que “era pra ser lote de vinte a vinte e cinco hectares né, mas diminuiu aqui a terra e devolveram o restante pro fazendeiro, pra SOMECO S/A” ¹⁵⁰.

José, ao lembrar a forte influência da colonizadora, disse que “aqui era dezoito mil e poucos hectares, aí fizeram uma mutreta na última hora e três mil hectares ficou pra SOMECO, aí falavam que era por causa de uma divisa de uma aguinha alí, fizeram que enganaram uma água, por exemplo, era aquela água lá e marcaram essa água aqui” ¹⁵¹.

Observa-se nos relatos que, aproximadamente, 3 mil hectares da Gleba Santa Idalina foram devolvidos à SOMECO S/A, durante a demarcação das terras realizada por uma

¹⁴⁶ Jornal Sem Terra. n°50, 1986, p.7.

¹⁴⁷ Entrevista do acampado José Ocemar Vieira ao Jornal Sem Terra. n°54, 1986,p.8.

¹⁴⁸ Disponíveis em Diagnóstico de assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul. LAMAS Fernando Mendes. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2000.

¹⁴⁹ ENTREVISTA. Francisco dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 30/10/2015.

¹⁵⁰ ENTREVISTA. Jorge Gomes de Araújo. 58 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

¹⁵¹ ENTREVISTA. José Roberto dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

empresa particular de nome Costop ¹⁵², por intermédio do INCRA. A justificativa da devolução envolveu duas versões. A primeira foi sustentada por um erro na organização do assentamento quando da demarcação das terras, que teve como ponto de referência os rios que cercavam a Gleba Santa Idalina, como o rio Guiraí. A segunda respaldou-se por uma negociação feita entre lideranças brasiguaias, INCRA e SOMECO S/A, em que se garantiu que a colonizadora construiria uma estrada de melhor acesso à Ivinhema (MS) em troca da devolução de uma parte da Gleba.

O brasiguaiio José lembra que, num momento de morosidade para assentar os brasiguaios, o governador Wilson Barbosa Martins realizou o sorteio simbólico de um dos lotes e fez da posse da terra um verdadeiro ato político, o que gerou muitas expectativas entre os acampados sobre a realização do sorteio. Sobre o dia do sorteio dos lotes ¹⁵³, Inês recordou que “via muita alegria, gente cantando, muita alegria [...] foi uma honra muito grande, uma alegria muito grande. O dia do sorteio foi um motivo de alegria, de festa”. Todavia, em outro momento da entrevista, a brasiguaiia argumentou que:

No dia de ganhá a terra meu marido ficou triste, porque ele pegou uma terra ruim, pra ele era uma terra ruim, e tinha gente de Ivinhema [...] que na época falou “seu marido é muito mal agradecido, quem me dera eu ganhar dez alqueires dessa terra aqui” porque ele tinha dinheiro pra mexer na terra, mas pra um brasiguaiio que tava passando fome, uma terra que não produz é muito ruim. Então meu marido se sentiu humilhado na época com terra, mas depois eu falei pra ele, vamos se conformar, vamos entregar nas mãos de Deus, vamos trabalhar e lutar que se consegue. Uns três anos depois a gente tinha ganhado aquela terra, não, dois anos, ele conseguiu trocar aquele sítio ¹⁵⁴.

A localização, a fertilidade e a quantia de hectares que os brasiguaios receberam tornou-se motivo de controvérsias. Nota-se na fala a felicidade da brasiguaiia por ter conquistado um pedaço de terra após vários anos de luta, a mesma não compartilhada pelo esposo, que humilhado com as terras recebidas, evidenciou o sentimento de decepção.

Jorge, ao falar da conquista da terra, disse que “o dia do sorteio foi de alegria né (risos), o cara nunca pode comprar uma terra né, nem uma data na época, aí recebeu pelo menos um pouco pra sobreviver” ¹⁵⁵. Já Francisco dos Santos considerou que “foi bom demais, porque a gente foi trabalhá. [...] em riba da terra é que faz tudo né, a terra é que dá,

¹⁵² Empresa citada pelo brasiguaiio José Roberto dos Santos.

¹⁵³ Na ocasião foi instituído o dia 14 de junho como *Dia dos Brasiguaios* no assentamento. A data marca o movimento de retorno das famílias brasileiras no Paraguai para o Brasil.

¹⁵⁴ ENTREVISTA. Inês Maria Alvarenga Alves. 52 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

¹⁵⁵ ENTREVISTA. Jorge Gomes de Araújo. 58 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

ela cria e produz”¹⁵⁶. Para Luiz, “a impressão era a melhor que tinha, o sonho de pegar uma terrinha, era bom demais né”¹⁵⁷. José, ao falar sobre o dia do sorteio, demonstrou as contradições da luta:

a coisa mais feliz do mundo, porque pra mim que sempre viveu do trabalho [...] não foi cem por cento normal porque aqueles pessoal que era o líder, porque tinha onze grupos e cada grupo tinha dois líder, aí aqueles pessoal que são vinte e dois tiveram direito de escolher, porque daí tanto foi sorteado o lote, como foi sorteado o local que o grupo ia. [...] foi sorteados os lotes numa sacola, cada um colocava a mão, tirava um número, aí os líder já tinha escolhido o local ¹⁵⁸.

Como apontado na fala acima, era evidente as hierarquias no movimento social, uma vez que foram as lideranças responsáveis por escolher o local onde seriam assentadas as famílias. Os lotes, ao serem distribuídos, fizeram as famílias se deslocarem por meio de estradas e picadas feitas nas matas para chegar às suas terras, tendo como referência uma marcação ou numeração deixada pelo INCRA.

Algumas famílias não foram contempladas com as terras por não se enquadrarem na condição de imigrantes brasileiros no Paraguai. Esses trabalhadores, em sua maioria, haviam se juntado à luta dos brasiguaios quando o acampamento de Mundo Novo ganhou repercussão. Assim, muitos não passaram no cadastro realizado pelo INCRA e optaram por deslocar-se para acampamentos próximos, como de Casa Verde, no município de Nova Andradina (MS).

Na transição de significados da luta, o “lote” se transformou em “sítio”, a terra passou a ser chamada “roça” e ganhou novos sentidos. Cada sítio passou a ter um nome que fazia referência às trajetórias, expectativas, experiências, religiosidades e ao novo. Nomes de sítios como Brasil, Pioneiro, Belo Horizonte, Esperança, Bela Vista, Nova Esperança, São José, São Domingos, Bom Jesus, Nossa Senhora Aparecida, São Marcos, São Luiz, Padroeira retratavam histórias, crenças e perspectivas. Deste modo, o assentamento Novo Horizonte, nome dado pelos brasiguaios a partir das expectativas que construíram sobre o futuro, tornou-se um novo espaço social que passou a ser moldado pelos brasiguaios. De acordo com Silva (2004), a conquista da terra faz os assentados pensarem na aparência do assentamento para

¹⁵⁶ ENTREVISTA. Francisco dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 30/10/2015.

¹⁵⁷ ENTREVISTA. Luiz Pereira Alves. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

¹⁵⁸ ENTREVISTA. José Roberto dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

evidenciar o lado bonito da reforma agrária. As casas simples deveriam ser limpas e bonitas, com jardim, pomar, animais, para dar “vida” à terra conquistada.

Segundo Salete, após serem assentados nos lotes, muitos trabalhadores enfrentaram dificuldades, desde a construção das casas com troncos de coqueiro ao redor e cobertura de telhas “Eternit”¹⁵⁹ até a ausência de água. Para ela, “a água não tinha, o poço do meu sítio tinha cinquenta e dois metros”¹⁶⁰. Jorge observou que recebeu do INCRA apenas pregos e telhas, sendo a madeira retirada do próprio lote para a construção da nova moradia. Vale mencionar que os materiais fornecidos deveriam ser pagos com um tempo estipulado pelo INCRA. O brasiguaiio ainda apontou que, após a entrega dos lotes, os assentados usavam estratégias coletivas de mão de obra para a abertura de matas e de estradas. De acordo com depoimentos colhidos, muitas tradições¹⁶¹ de solidariedade e ações coletivas entre os assentados foram mantidas. Trocas de ferramentas e mutirão eram comuns nas relações sociais e de trabalho.

Nos lotes, os brasiguaios passaram a cultivar algodão, milho, arroz, feijão, soja e mandioca. O preparo da terra, como lembrou vários brasiguaios entrevistados, foi realizado com enxadão e foice até sair o financiamento do INCRA, para o preparo do solo. Outra atividade desenvolvida foi a exploração de carvão vegetal, devido a quantidade de madeira retirada na abertura da mata para o plantio. A brasiguaiia Salete narrou que a venda da madeira era destinada para comprar alimentos e suprimentos básicos de casa.

Entre as famílias assentadas estabeleceram-se relações de trocas, principalmente de alimentos. Os laços de vizinhança contribuíram para a preservação do modo de vida caipira ligado a uma cultura popular tradicional. Para Silva (2004), nas relações cotidianas de sobrevivência “a farinha de milho é trocada pelo arroz, um pouco de óleo é trocado por uma barra de sabão que por sua vez vale, numa troca, dois ou até três ovos. Situações que favorecem o redimensionamento das perspectivas de vida, de mundo”. (SILVA, 2004, p.65). O brasiguaiio Jorge¹⁶², ao enfatizar as relações de troca no assentamento alcançou as relações de compadrio: “os vizinhos era tudo especial né, o vizinho de cima mesmo era até compadre

¹⁵⁹ É usual na fala de trabalhadores o uso da denominação “Eternit” para o que corresponde à telhas de amianto.

¹⁶⁰ ENTREVISTA. Salete da Silva dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

¹⁶¹ As tradições estão relacionadas aos costumes, que para Thompson, era uma ambiência. Talvez seja mais bem compreendido com a ajuda do conceito de *habitus* de Bordieu, um ambiente vivido que incluiu práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunham limites aos usos como revelam possibilidades, normas e sanções tanto da lei, como das pressões da vizinhança. Fonte: THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

¹⁶² ENTREVISTA. Jorge Gomes de Araújo. 58 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

meu”. Essas relações de compadrio colaboraram para a organização comunitária e coletiva por meio das trocas de diárias de trabalho ¹⁶³ entre os brasiguaios assentados.

Além do cultivo da roça, os brasiguaios “compraram algumas criações”, como destacou Francisco: “começamos a comprá gado financiado, mexê com leite né” ¹⁶⁴. Para o brasiguai, os assentados buscaram outras formas de autoconsumo, uma vez que a “vaquinha”, termo que aparece em outras narrativas, forneceu o leite para sustento das crianças ¹⁶⁵. Para Silva (2004), a “vaquinha” legitima o assentado, o pequeno agricultor, o antigo camponês.

A mão de obra no assentamento continuou sendo familiar. Homens e mulheres eram responsáveis pela organização de seus lotes como roçar, plantar, carpir, colher, cuidar das criações, dentre outras atividades. Para Martins (2000), “nos assentamentos, a sociedade é literalmente reinventada e, ao mesmo tempo, fortalece as concepções ordenadas da vida social provenientes do familismo antigo”. (MARTINS, 2000, p.47).



Figura 5: Família brasiguai assentada em Novo Horizonte
Fonte: Câmara Municipal de Novo Horizonte do Sul
(1986)

¹⁶³ Apesar da mão de obra no assentamento ser familiar, haviam casos em que os assentados trocavam entre si dias de serviço na roça.

¹⁶⁴ O financiamento era realizado pelo PROCERA, com dotação de recursos do FINSOCIAL por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

¹⁶⁵ ENTREVISTA. Francisco dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 30/10/2015.

Como se vê, a imagem da família reunida resume o cotidiano e a vivência dos trabalhadores rurais na lida com a terra, uma vez que a família apresenta uma identidade na construção dos movimentos sociais de luta pela terra e o barraco de lona, uma moradia improvisada.

O brasiguaiio Jorge lembrou que a partir da conquista da terra, ao se mudar para a chácara Pioneira, nome dado ao lote 471, de 8 alqueires, localizado na linha Santa Rosa, trabalhou com a família na preparação da terra, pois até sair o financiamento do INCRA, os assentados enfrentaram dificuldades para comprar implementos agrícolas e cabeças de gado. Durante os primeiros meses, o assentado recordou que trabalhava furando poços artesianos para o sustento da família, pois “até sair o financiamento pra comprar uma vaquinha, foi ruim”¹⁶⁶. Na fala, é possível identificar que os brasiguaios buscavam outras formas de trabalho para manter o sustento da família até as terras começarem a produzir.

José, ao ser perguntado sobre as condições de trabalho na terra conquistada, disse ser a família, “eu, a esposa e quatro moleques”, a detentora da mão de obra na propriedade, sendo a preparação da terra feita:

[...] manualmente, na foice, machado. Derrubar as árvores, esperar secar, ponhá fogo, ajuntar os galhos, cavar em cima das raízes, plantar uma raiz de mandioca, geralmente mandioca. Mas a gente já era acostumado com dificuldade né, já era vacinado, não tinha dificuldade por causa disso¹⁶⁷.

Retratando dificuldades variadas, a brasiguaiia Inês disse que, a partir da conquista da terra, seus familiares que moravam no Paraguai vieram para o sítio no Assentamento. Em suas palavras, “quando nós ganhamos terra aqui em Novo Horizonte do Sul, meu sogro veio pro meu sítio [...] chegou em Ivinhema com a família toda, com os buchos, chegou a família toda, nós nem estava esperando”¹⁶⁸.

As famílias que conquistaram lotes na Santa Idalina tinham tradição moldada a partir de diversas experiências com a terra. Em estudo sobre os assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul, Farias tratou das memórias de famílias assentadas. Para a autora:

É possível afirmar que permanece no subterrâneo da memória das famílias, uma saudade dos tempos de simplicidade, sem regalias, mas de farturas,

¹⁶⁶ ENTREVISTA. Jorge Gomes de Araújo. 58 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

¹⁶⁷ ENTREVISTA. José Roberto dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

¹⁶⁸ ENTREVISTA. Inês Maria Alvarenga Alves. 52 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

vividas quando crianças. As pessoas rememoram a experiência passada, tendo em perspectiva a idealização de uma vida futura. (FARIAS, 2008, p.184).

Com o assentamento das famílias brasiguaias em Novo Horizonte iniciou-se uma nova luta, dessa vez, por créditos para “recomeçar” a vida em suas terras. José disse que a cada três meses o governo liberava uma parcela do financiamento, por intermédio do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) para a compra de ferramentas e criações. Para o assentado, “era uma forma de ir dosando a gente, porque a gente tinha o direito de pegar cinquenta mil, mas se liberasse de uma vez o cara pegava e ia embora”. Percebe-se que a forma de financiamento adotada foi uma estratégia do INCRA para que os assentados permanecessem na terra, uma vez que era evidente no movimento de luta pela terra as “idas e vindas, onde uns permanecem na luta e outros não”. (SILVA, 2004, p.61).

A conquista da terra não garantiu o acesso aos serviços básicos de infraestrutura, tais como saúde, transporte, educação, entre outros. Neste sentido, iniciou-se uma nova luta de resistência na terra. Aqui, observa-se a diferença entre acampado e assentado, o primeiro, enquanto sujeito engajado na luta pela terra, o segundo, enquanto sujeito lutando na terra. Para os brasiguaios, a terra possuía um valor simbólico, um lugar de morada.

O INCRA foi o responsável pela entrega dos materiais para construção dos poços artesianos e das moradias. Cabe destacar que no Assentamento Novo Horizonte, além da área destinada às famílias assentadas, foi reservado no centro das terras um espaço para a construção de um mercado comunitário e de um templo religioso, o que representava um pequeno núcleo urbano. O Instituto, lembrado pelos brasiguaios nas figuras dos agentes “Alípio e Braguinha”, também deu assistência aos assentados com cinco caminhonetes disponíveis para levar doentes à Ivinhema (MS) ou Nova Andradina (MS). José destacou que a proliferação de doenças era uma das principais dificuldades encontradas pelos assentados, porém, a vida no assentamento era boa porque dava oportunidade aos brasiguaios de sobreviverem na terra.

Ao conquistarem a terra, novas estratégias de organização e permanência foram debatidas. Assim, os brasiguaios fundaram, em 24 de Abril de 1986, a Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Novo Horizonte, uma articulação das famílias assentadas, que funcionava como uma cooperativa. O cooperativismo no Assentamento teve início com a realização de mutirões e permutas de trabalho comunitário que se expandiram para projetos maiores. Juntos, por meio de recursos do Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul (TERRASUL), os assentados cooperados conseguiram montar uma

carvoaria, serraria, um armazém comunitário onde vendiam produtos cultivados no assentamento, um espaço para reuniões e festas, além da aquisição de um trator, um caminhão e uma máquina de beneficiamento de arroz e fubá para uso coletivo.

A Associação teve como primeiro presidente eleito José Faria Leal, contando com o apoio da Irmã Olga Manosso nas questões financeiras. Segundo dados coletados pela EMBRAPA, cada associado pagava a anuidade correspondente a dois sacos de 60 kg de milho, para poder utilizar os bens adquiridos pela Associação.

Na produção dos assentados a existência ou condições das estradas eram fatores importantes para o desenvolvimento dos assentamentos. Assim, foram abertas novas estradas de “terra”, mantidas pela Prefeitura Municipal de Ivinhema (MS) com repasse do MIRAD, para facilitar o escoamento.

A partir de reivindicações encaminhadas às autoridades locais e ao INCRA, os brasiguaios conquistaram uma linha de ônibus que ligava o assentamento à cidade de Ivinhema, um sistema telefônico, posto de saúde, rede de energia, rede de água e um destacamento da polícia militar. Foram construídas escolas, bem como, contratados professores para lecionar no assentamento.

Segundo João Francisco dos Santos, o assentamento “cresceu muito rápido, você tava aqui e até a noite escutava martelo batendo, o pessoal construindo de dia até a noite, era vinte e quatro horas”. Assim, aos poucos as casas foram sendo construídas, os sítios ganhando formas e o assentamento tornou-se uma nova morada.

O Assentamento Novo Horizonte foi apelidado de *Brasiguai* pelos ivinhemenses, o que para os assentados não incomodava, pois significava a luta vivida. Nas entrevistas percebe-se a gratidão para com a população do município. José, por exemplo, falou que “agradece a população de Ivinhema por ter acolhido os brasiguaios”, embora, ao ser questionado sobre a relação entre os assentados e a SOMECO S/A, a narrativa mudou de tom:

Era cem por cento e na mesma hora zero por cento, porque não tinha relação nenhuma com eles. SOMECO era uma empresa, uma fazenda e tirou essa terra deles e quem tirou não foi nós, foi a justiça [...] com certeza eles não gostava da gente, mas a gente não utilizava eles em nada. Eles deveria falar, eles pegô nossas terra¹⁶⁹.

¹⁶⁹ ENTREVISTA. José Roberto dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

Falas como “tirou essa terra deles” e “eles pegô nossas terra”, trazidas por José, demonstram a visão dos brasiguaios em relação à desapropriação, que para os acampados foi uma conquista e para a SOMECO S/A uma perda, uma vez que a empresa resistiu por várias vezes ao movimento de (re) ocupação da Santa Idalina.

Apesar das discordâncias entre brasiguaios e a empresa colonizadora, aos poucos foi sendo estabelecida uma dinâmica entre a cidade e o Assentamento Novo Horizonte. José expressou esta relação: “nóis ia pra Ivinhema, tinha três andando junto aí já perguntavam, vocês é lá do Brasiguaião, a gente respondi, nóis somos de lá. Aí já aparecia vendedor de vaca querendo vender, muda de laranja, de banana”¹⁷⁰. Situações como esta sugerem pensar os benefícios trazidos pelos assentamentos, assim como aponta Medeiros (2003): “o aumento da população municipal decorrente da criação de assentamentos implica em alguns casos na ampliação do mercado de trabalho e consumo, dinamizando o comércio local, incremento da arrecadação de impostos”. (MEDEIROS, 2003, p.85-86).

A interação entre brasiguaios e ivinhemenses também se configurou no campo educacional, uma vez que os professores que passaram a lecionar no assentamento residiam na cidade. Os primeiros professores chegaram ao Assentamento em 1986, contratados pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. Vieram para o assentamento aproximadamente 27 professores. Para a professora Cleide, “nosso sonho era ser professor estadual e aí quando surgiu a proposta do governo para que nós viesse aqui, nós seríamos professores estaduais, cada um com dois períodos”¹⁷¹.

Sobre a chegada dos professores no assentamento, Cleide falou que “viemos num caminhão com nossas mudanças sem ter nem ideia de como era, mais ou menos sabíamos que tinha mato né e que as escolas nossas seria de coqueiro e coberta de lona”. As trajetórias desses professores se misturam às causas dos brasiguaios, uma vez que deixaram a cidade para enfrentar a realidade do assentamento, vivendo e trabalhando em barracos de lonas. Os professores foram distribuídos entre os grupos de famílias assentadas: Guadalupe, Figueira, Guaivirá, Santa Rosa, Toco do Ipê, Matão, Água do Guirai, Água da Bica, Água da Ocupação, Porteira do Escondido e Água da Onça.

Com relação ao ensino, notam-se nas narrativas as dificuldades na alfabetização de crianças e adolescentes, uma vez que haviam sidos alfabetizados no Paraguai na Língua Guarani e tinham pouco conhecimento da escrita e leitura em Língua Portuguesa. Para a professora Cleide:

¹⁷⁰ ENTREVISTA. José Roberto dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

¹⁷¹ ENTREVISTA. Cleide. Novo Horizonte do Sul. 21/01/2015.

Os alunos chegaram aqui tudo num patamar, entraram todos na primeira série, porque independentemente da idade, tinha de dezesseis, de quinze, entraram todos na primeira série porque eles não tinham conhecimento nenhum de como era a educação brasileira ¹⁷².

Diante das dificuldades, materiais como papeis sulfite e lápis de cor foram fornecidos pelos professores aos alunos, o que muito retratava as condições de vida num assentamento que estava se moldando e carecia de diversas formas de apoio. Apesar da precariedade, os índices de aprovação alcançaram 100%, justificado pela professora Cleide como “sede” de conhecimento das crianças assentadas ¹⁷³.

Apesar das dificuldades apontadas pelas famílias brasiguaias, deve-se levar em consideração que a conquista da terra e a formação do assentamento foi um marco nas trajetórias desses trabalhadores rurais. Para Fernandes (2007):

Ao ingressar na luta pela conquista da terra, o trabalhador rural visa realizar um antigo sonho: de ter um espaço para plantar e para colher, o que significa o sustento para a família. Entretanto, esse espaço não se limita à demarcação geográfica; é acima de tudo, um espaço social, uma forma de pertencer dignamente a uma sociedade, da qual se vê excluído. Retornar a terra como meio de produção significa resgatar sua cultura, seus valores. (FERNANDES, 2007, p.64).

Nota-se que para os brasiguaios a conquista da terra representou a “materialização” de um sonho, enquanto o assentamento tornou-se uma nova morada onde a luta ganhou novos sentidos através do trabalho com a terra. Os brasiguaios da Gleba Santa Idalina possuíam uma longa estrada de travessia, caminhos e descaminhos que acabaram por ganhar uma nova direção a partir da conquista da terra e a formação do Assentamento Novo Horizonte. O assentamento passou a ser um espaço de reconstrução de sociabilidades, uma vez que:

A manutenção ou recomposição dos laços familiares e de sociabilidade, a busca de um lugar tranquilo para criar os filhos. [...] num primeiro momento, estabelece-se a família nuclear; depois começam a chegar outros familiares (pais, irmãos etc.), em busca de local de moradia ou da perspectiva de um outro lote onde possam se estabelecer como produtores. É ainda bastante comum, em especial nos assentamentos mais antigos, o aumento do número de casas no lote, correspondendo ao casamento de filhos que não encontram

¹⁷² ENTREVISTA. Cleide. Novo Horizonte do Sul. 21/01/2015.

¹⁷³ ENTREVISTA. Cleide. Novo Horizonte do Sul. 21/01/2015.

outras alternativas e fazem do lote um ponto de apoio familiar. (MEDEIROS, 2003, p.83).

Os laços familiares tiveram relevância na constituição dos assentamentos e as famílias atribuíram diferentes significados a conquista da terra. José, ao ser perguntado sobre o que o acesso à terra permitiu, lembrou que:

A gente vinha caminhando, caminhando e agora eu achei o lugar de parar [...] ele permitiu por exemplo muita segurança, porque pra mim que morava na época do meu Pai um ano aqui, outro lá, cinco lá e aqui eu estou a trinta anos e num lugar só [...] a gente vinha caminhando, caminhando e agora eu achei o lugar de parar ¹⁷⁴.

As palavras revelam o desejo do brasiguaião de permanecer em apenas um local, evidenciando as dificuldades enfrentadas por ele e por sua família, nas trajetórias de migrantes e imigrantes. Deste modo, ganhar um “pedaço de chão” no Assentamento Novo Horizonte trouxe segurança para a família.

Em outras narrativas percebe-se que a conquista da terra colaborou para manter o modo de vida caipira, como demonstrado por Jorge: “agora a gente tem um porco, uma galinha, umas vaca né, ajudou bem [...] aqui é a terra da gente” ¹⁷⁵. De modo geral, nas falas identifica-se que os assentados tenderam a reproduzir a situação em que se encontravam quando não possuíam terra.

Para João, a conquista da terra abriu possibilidades de pensar novamente a luta e a constituição da identidade brasiguaiã, acionada como bandeira de luta pela terra, ao destacar que “se não fosse esse assentamento, a luta dos sem-terra, dos brasiguaios, de ter vindo aqui e lutado, onde que ia morar todo esse pessoal?” ¹⁷⁶. A ênfase dada a terra, ao sítio ou a roça, demonstra o sagrado lugar da família e do trabalho, do ciclo de vida representado pelo “plantio e colheita”.

Nas narrativas os brasiguaios demonstraram o sentimento de pertencimento ao novo lugar e as lembranças referentes à luta. Para Salete:

Eu tenho orgulho, eu tenho mesmo orgulho de ter acampado e estar aqui. Porque se eu consegui alguma coisa foi depois que eu adquiri meu pedaço de terra. Meus filhos aí tudo estudado, minhas filhas, foi tudo em cima do meu

¹⁷⁴ ENTREVISTA. José Roberto dos Santos. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

¹⁷⁵ ENTREVISTA. Jorge Gomes de Araújo. 58 anos. Novo Horizonte do Sul. 29/12/2015.

¹⁷⁶ ENTREVISTA. João Francisco dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 25/06/2014.

pedaço de terra [...] se eu não tivesse, onde eu estaria hoje? Dentro do Paraguai¹⁷⁷.

Já Cirila lembrou que a unidade dos brasiguaios foi um fator importante na conquista da terra: “a união, o pessoal era um pessoal muito unido, parece que existia muito amor naquela época”. Para Daniel, que na época do acampamento e, posteriormente, assentamento tinha 11 anos de idade, as memórias o remeteram ao cotidiano das crianças: “a gente andava em tudo no assentamento, conhecia as turma tudo, brincava, jogava bola ali no assentamento, tinha um campo que nós brincava, dançava quadrinha”¹⁷⁸.

No assentamento, a terra era vista como trabalho e não como propriedade, conforme evidenciou João Francisco dos Santos: “a terra é que produz tudo, a gente tendo coragem a gente passa por tudo”¹⁷⁹. Na mesma direção, o brasiguai Luiz reforçou que “não é fácil conseguir uma terra aqui no Brasil, se não for a reforma agrária dando sítio ao pequeno. É muito gratificante para o caboclo ganhar terra”¹⁸⁰.

Para Pedro Luiz de Lima o acesso à terra possibilitou “criar” seus filhos e educá-los: “a terra pra mim ela é importante. Quando eu vim pra cá meus dois meninos era pequenininho, hoje são casados. A menina tem dois filhos, um com cinco e outro com quinze. O menino tem um com doze e outro com dez”¹⁸¹. Jovercino, em fala semelhante, afirmou: “pra mim agora está tudo bem, porque eu estou na minha terra onde eu queria, meus filhos casou tudo, só está eu e minha esposa, e demais está tudo bem agora. Só espera o dia que Deus quiser chamar, que a gente já está velho (risos)”¹⁸².

Com a formação do assentamento a gleba ganhou um novo traçado. Os brasiguaios transformaram as picadas em estradas que se configuraram como caminhos de vida, fortalecidos pela própria relação que tinham com suas trajetórias de caminhantes. As narrativas trazem à cena as lembranças que constroem os fios da memória referente à luta, à conquista, ao cheiro da terra, à lona e à fumaça do fogão de lenha.

Deste modo, a formação do Assentamento Novo Horizonte não marcou apenas a conquista da terra, mas a realização de um sonho de famílias de trabalhadores rurais que trouxeram em suas trajetórias marcas de luta que ultrapassaram as “fronteiras” brasileiras, chegando ao território paraguaio, intensificada com o movimento de retorno e a persistência

¹⁷⁷ ENTREVISTA. Salete da Silva dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

¹⁷⁸ ENTREVISTA: Daniel Conselho da Silva. 37 anos. Novo Horizonte do Sul: 14/01/2015.

¹⁷⁹ ENTREVISTA. João Francisco dos Santos. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 25/06/2015.

¹⁸⁰ ENTREVISTA. Luiz Pereira Alves. 50 anos. Novo Horizonte do Sul. 14/01/2015.

¹⁸¹ ENTREVISTA. Pedro Luiz de Lima. 60 anos. Novo Horizonte do Sul. 24/10/2014.

¹⁸² ENTREVISTA. Jovercino Francisco dos Santos. 73 anos. Novo Horizonte do Sul. 25/06/2014.

do modo de vida camponês, a busca de um lugar de “parada” e segurança, onde poderiam criar seus filhos e produzir a partir da terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A gente vinha caminhando, caminhando e agora eu achei o lugar de parar”. A fala do brasiguai José reflete o que se buscou construir nesta dissertação: as trajetórias de trabalhadores rurais que (re) ocuparam a Gleba Santa Idalina em Ivinhema (MS), envolvidos na luta pela terra.

Estudar as trajetórias dos brasiguaios possibilitou adentrar em outras questões que vão além das histórias de vida dos trabalhadores rurais. Ao longo da pesquisa percebe-se que o processo de transformação pela qual a agricultura brasileira passou “colaborou” para a imigração de brasileiros para o Paraguai, uma vez que os trabalhadores rurais não estavam conseguindo se manter diante do avanço dos latifúndios, da mecanização da agricultura e da monocultura

A fronteira nas trajetórias dos brasiguaios tornou-se um espaço em movimento, onde o ato de “cruzar a fronteira” significou a busca por melhores condições de vida, de terra e de identidade. Traduzidas nas falas pelos termos “lá” e “cá” demonstraram a transitoriedade. Definiu-se a fronteira como um espaço simbólico, percebendo suas variedades de sentido quando se adentrou na questão identitária dos brasiguaios.

Ao falar da construção do sujeito fronteiriço brasiguai, optou-se por utilizar os conceitos de identidade e representação, o que permitiu compreender as diferentes definições do termo presentes nas narrativas orais e impressas, bem como, no escopo bibliográfico. Os brasiguaios da Gleba Santa Idalina foram apresentados como trabalhadores rurais expropriados do Brasil, que ao utilizar a denominação, engajados nos movimentos sociais de luta pela terra, alcançaram visibilidade política e social no cenário nacional.

A partir da análise conceitual, foram evidenciadas as trajetórias dos brasiguaios, os itinerários imigratórios em suas idas e vindas, as dificuldades enfrentadas no Brasil e no Paraguai. Nesse contexto, três foram os momentos da imigração brasileira no Paraguai. O primeiro foi iniciado nos anos de 1950 com a imigração de fazendeiros e empresários. O segundo ocorreu entre 1960 e 1970 com trabalhadores rurais que se estabeleceram no Paraguai para trabalhar nas terras adquiridas pela primeira leva de imigrantes. O terceiro aconteceu na década de 1980, com os desalojados da Itaipu Binacional, em número bem menor.

Ao trabalhar os deslocamentos através do conceito de rede foram identificados motivos e laços de sociabilidade que influenciaram o processo imigratório. Das condições

sociais vivenciadas no país vizinho, ressaltaram-se as dificuldades encontradas, a permanência, o cotidiano e a repressão exercida pelo governo paraguaio. Deste modo, este conjunto de situações, atrelado ao surgimento de novos movimentos sociais na década de 1980 e a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária, contribuiu para o movimento de retorno dos trabalhadores rurais. Assim, o movimento de brasiguaios contou com o assessoramento da CPT e do MST, despertando um sentimento político de luta pela terra.

O regresso ocorrido através do município fronteiriço de Mundo Novo (MS) marcou o momento em que foi cunhado o termo brasiguai. Com a formação do acampamento *cidade lona*, os trabalhadores rurais construíram novas experiências de vida na organização dos acampados, na construção de sociabilidades, companheirismo e formação política. Em dez meses que duraram o acampamento ocorreu o fortalecimento da luta e do sonho de conquista da terra. O barraco de lona foi definido como uma morada provisória, com a manutenção elementos do modo de vida camponês, como o fogão a lenha e as relações de compadrio estabelecidas.

A recorrência às narrativas dos brasiguaios possibilitou constatar experiências e vivências dos sujeitos, embates políticos, mobilizações e articulações do movimento social de luta pela terra. As trajetórias de luta dos brasiguaios resultaram na (re) ocupação da Gleba Santa Idalina localizada no município de Ivinhema (MS), um território marcado por disputas e contestações. O deslocamento dos acampados para a gleba marcou uma nova fase do movimento dos brasiguaios, mantidos por meses em terras desapropriadas que efetivamente não eram entregues devido contendas entre o poder público e a SOMECO S/A.

Os sentimentos de medo e insegurança ficaram evidentes nas narrativas. Estando na terra e não podendo produzir, os brasiguaios ergueram um novo acampamento para aguardar o sorteio dos lotes em meio à morosidade justificada pelo uso político em um ano eleitoral. Do acampamento ao assentamento, a dinâmica das relações sociais dos brasiguaios configurou um espaço de fortalecimento dos laços familiares. No dia a dia, as mulheres tiveram grande importância na permanência da família na luta, bem como, a atuação dos agentes pastorais ligados a CPT que prestaram assistência médica, ensinamento religioso em consonância com a formação política dos trabalhadores rurais.

A almejada conquista da terra se deu em meados de 1986, quando a gleba se tornou Assentamento Novo Horizonte, uma nova morada para as famílias brasiguaias. As famílias se estabeleceram nos lotes se utilizando da mão de obra familiar para transformar a terra em “sítio”. Deste modo, os brasiguaios inseridos nos movimentos sociais aprenderam a se

organizar e elaborar estratégias como ocupar e construir barracos sob uma concepção de trabalho coletivo.

Diante da conquista, a terra passou a ter um novo significado, uma forma de reprodução social e preservação do modo de vida através do trabalho. A coletividade e companheirismo do tempo de acampamento permaneceram e colaboraram para a criação de estratégias de permanência na terra, como a Associação de Assentados. Com as famílias assentadas nos lotes, o assentamento tomou forma e a luta dos brasiguaios concentrou-se na busca por assistência médica, educação, melhores estradas e financiamento para permanência na terra. Nas relações cotidianas o nome dado ao assentamento representava a perspectiva de recomeço: “Novo Horizonte”.

Enfim, as diferentes trajetórias das famílias brasiguaias teceram muitas histórias que se confluíram no jogo da memória da (re) ocupação da Gleba Santa Idalina. Na realização das entrevistas ficou evidente a satisfação dos brasiguaios em lembrar suas histórias e memórias de luta, algo entrelaçado ao sentimento de conquista. A temática brasiguai não se concluiu. Muitas outras histórias fazem as considerações finais abrir outros tantos caminhos:

Então é mais ou menos isso, porque se eu for contar toda a história do que aconteceu desde o início, a gente vai ficar aqui o dia inteiro né. (Risos). Nunca acaba o assunto, então é mais ou menos isso aí a nossa história, é mais ou menos isso aí. (João Francisco dos Santos).

Eu estou contando o que aconteceu, o que aconteceu mesmo, pra todo mundo saber. (Jovercino Francisco dos Santos)

Então a gente viveu muita coisa, conheceu muita coisa que eu nunca pensava na vida de ter essas histórias, se a gente parar pra pensar bem é um livro né, é um livro que você tem momentos bom e momentos difícil né, porque a vida da gente não é só de flores, tem espinhos também, mas só que tem mais flores do que espinhos, quando Deus está do lado da gente, estamos aí. (Luiz Pereira Alves).

É bom que se resgate isso porque vai passando o tempo e como não é uma história que interessa muito a historiografia oficial, ela termina sendo uma história, uma história totalmente à margem da própria história. (Sérgio Cruz).

Referências

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.
- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. *O Objeto de fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./ jun. 2008.
- ALVES, José Luiz. *Brasiguaios: destino incerto*. São Paulo: Global, 1990.
- BALLER, Leandro: *Cultura, Identidade e Fronteira: Transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005)*. 2008. 186 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008.
- _____. *Fronteira e fronteiriços: a construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.
- BASTOS, Fernanda Conceição de Souza. *Cultura, política e os fazeres da Comissão Pastoral da Terra (CPT)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.
- BATISTA. Luiz Carlos. *Brasiguaios: caminhos e lutas pela liberdade*. Campo Grande: UFMS, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CORTÊZ, Cácia; SILVA, Edson; TAQUES, Luís. *A travessia do rio dos pássaros: a ocupação da Gleba Santa Idalina em Ivinhema*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1985.
- CORTÊZ, Cácia. *Brasiguaios: os refugiados desconhecidos*. São Paulo: Brasil Agora, 1992.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CHEDID, Daniele Reiter. *A alteração das relações de vizinhança entre Brasil e Paraguai: a aproximação cultural como política (1950-1970)*. In: NÜNES, Ângel; PADOIN, Maria Medianeira; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. (Orgs.) *Dilemas e diálogos platinos*. Dourados, editora UFGD, 2010.
- CRUZ, Sérgio. *Conflito de Ivinhema: violência contra os trabalhadores sem-terra*. Brasília: Escopo, 1984.
- FABRINI, João E. *Campesinato e agronegócio na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. Presidente Prudente: NERA, 2012.

FALCHI, Edna. *Na luta por um pedaço de chão: experiência e cotidiano nos acampamentos de sem-terra do sul de Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.

FARIAS, Marisa de Fatima Lomba de. *Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. In: TEDESCHI, Losandro Antonio. (Org.) *Leituras de gênero e interculturalidade*, Dourados, Editora UFGD, 2013.

_____, Assentamento Rural Sul Bonito em Itaquirai-MS: a assentamento como lugar de reconstrução do modo de vida. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Org.) *A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande-MS. Ed. UFMS, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. *Revista OSAL*, v.9, n.24, p. 73-85, 2008.

FERNANDES, Claudemar Alves. *(Re) tratos discursivos do sem-terra*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

FERRARI, Carlos Alberto. Brasiguaios na fronteira: luta pela terra, violência e precarização do trabalho no campo e na cidade. *Revista pegada*, vol.8, n.2, p. 115-129, 2007.

FIORENTIN, Marta Izabel. *A experiência da imigração de agricultores brasileiros no Paraguai (1970-2010)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, setor de ciências humanas, letras e artes, da UFPR, Curitiba, 2010.

FOGEL, Ramón. La región de la triple frontera: territorios de integración y desintegración. *Sociologias*, Porto Alegre, n.2, 2008, p. 270-290.

FREITAS, Sônia Maria de Freitas. *História Oral: Procedimentos e Possibilidades*. São Paulo: Associação Editorial Humanista, 2006.

GOETTERT, Jones Dari. Fronteiras na Fronteira: falas atravessadas entre o Brasil e Paraguai. *Revista Geonorte*, v.4, n.12, 2013, p.748-766.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *História, Região e Globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GRIMSON, Alejandro. Pensar fronteiras desde las fronteras. *Revista Nueva Sociedad*, n.170, 2000, p.70-86.

_____. Doce equívocos sobre las migraciones. *Revista Nueva Sociedad*, n. 233, 2011, p. 34-43.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *Revista Geographia*, v.9, n.17, 2007, p. 19-46.

KLEIN, Hebert S. Migração internacional na História das Américas. In: FAUSTO, B. (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2000.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2006.

MARQUES, Denise Helena França. *Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos “brasiguaios”*. Tese (Doutorado em Demografia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *A reforma agrária e os limites da Democracia na “Nova República”*. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis. Vozes, 1988.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

MENEZES, Marilda Aparecida. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses migrantes*. João Pessoa: EDUFPB, 2002.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *Histórias que (re) contam história: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul*. Dourados: UFGD, 2013.

PERLI, Fernando. *Sem Terra: de boletim a tabloide. Um estudo do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Entre a solidariedade e a representação (1983-1987)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

_____. *A luta divulgada: um movimento em (in) formação Estratégias representações e política de comunicação do MST (1981-2001)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2 n.3, p.3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Proj. História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.

RABELLO, Antônio Claudio. Amazônia: uma fronteira volátil. *Estudos avançados*, São Paulo, v.27, n.78, p.213-233, 2013.

RESCIGNO, Jesus Eurico de Miranda. *A luta pela terra em Mato Grosso do Sul (1978-1992): a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)*. Campo Grande: UFMS, 2010.

RIQUELME, Marcial. Notas para el estudio de las causas y efectos de las migraciones brasileñas em el Paraguay. In: FOGEL, Ramón. (Org.). *Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza*. Assunción: CERI, 2005.

SHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *CRH*, Salvador, v.21, n.54, p.1-12, 2008.

SIGAUD, Lygia. Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. *Cuadernos de antropología social*. Buenos Aires, v.1, n.20, p. 1-7, 2004.

SILVA, Cristiani Bereta da. *Homens e mulheres em movimento: relações de gênero e subjetividade no MST*. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; FERRANTE, Vera Lucia. *Roupa nova para um velho sonho: assentamentos de trabalhadores rurais e reforma agrária*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; STUART Hall; WOODWARD Kathryn. (Orgs.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 13 ed, Petrópolis: Vozes, 2013.

SOUCHAUD, Sylvain. *Geografía de la migración brasileña en Paraguay*: Fondo de Población de las Naciones Unidas. Assunção: UNFPA /ADEPO, 2007.

_____. A visão do Paraguai no Brasil. In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro. v. 33, n.1, Jan. / Jun, 2011, p. 131-153.

SPRANDEL, Márcia Anita. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. In: *Estudos avançados*, vol.20 n.57, São Paulo, 2006, p.137 – 156.

_____. Brasileiros de além-fronteira: Paraguai. In: *Anais do V Congresso de Antropologia Social*. La Plata-Argentina, 1997.

_____. Brasiguayos: una identidad de frontera y sus transformaciones. In: GRIMSON, Alejandro (org). *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: La Crujía, 2000.

_____. *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1992.

THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Anpuh/ Humanitas, v. 22, n. 44, 2002, p. 341-364.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*, v.20, n.1, 2008, p. 199-218.

TUNER, Frederick Jackson. *La frontera en la história Americana*. San José: Universidad Autónoma de Centroamérica, 1986.

WAGNER, Carlos. *Brasiguaios: homens sem pátria*. Petrópolis: Vozes, 1990.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward, 13.ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ZAMBRANO, Lélia. *De brasileiros a brasiguaios: a emigração brasileira para o Paraguai a partir dos anos de 1970*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

Fontes Orais

ENTREVISTA: Aurora Talasca. (Digital) Produção: Walter Cruz, Novo Horizonte do Sul: 14/06/2012: 10 min. (audiovisual).

ENTREVISTA: Cirila Martins da Silva. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 24/10/2014: 22 min. (sonorização).

ENTREVISTA: Daniel Conselho da Silva. (Digital). Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 14/01/2015: 20 min. (sonorização).

ENTREVISTA: Irmã Anaide. (Digital). Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 21/06/2015: 30 min. (sonorização).

ENTREVISTA: Inês Maria Alvarenga. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 14/01/2015: 36 min. (sonorização).

ENTREVISTA: João Francisco dos Santos. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 25/06/2014: 27 min. (sonorização).

ENTREVISTA: Jorge Gomes de Araújo. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 29/12/2015: 33 min. (sonorização).

ENTREVISTA: José Roberto dos Santos. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 29/12/2015: 01:05:47 h. (sonorização).

ENTREVISTA: Jovercino Francisco dos Santos. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 25/06/2014: 22 min. (sonorização).

ENTREVISTA: Luiz Pereira Alves. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 14/01/2015: 29 min. (sonorização).

ENTREVISTA: Manoel Félix Nelito Câmara. (Digital) Produção: TV Tempo News, Assentamento Horizonte: 1989: 2 min. (audiovisual).

ENTREVISTA: Neide. (Digital) Produção: Walter Cruz, Novo Horizonte do Sul: 14/06/2012: 10 min. (audiovisual).

ENTREVISTA: Expedito. (Digital) Produção: Walter Cruz, Novo Horizonte do Sul: 14/06/2012: 10 min. (audiovisual).

ENTREVISTA: Pedro Luiz de Lima. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 24/10/2014: 27 min. (sonorização).

ENTREVISTA: Salete da Silva dos Santos. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 14/01/2015: 33 min. (sonorização).

ENTREVISTA: Silvano. (Digital) Produção: Walter Cruz, Novo Horizonte do Sul: 14/06/2012: 20 min. (audiovisual).

ENTREVISTA: Sérgio Cruz. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Campo Grande: 21/07/2014: 50 min. (sonorização).

Documentos

Carta à População. Mundo Novo, 21 de junho de 1985.

Primeira carta aberta ao povo de Deus. Dom Teodardo Leitz, Ivinhema, 14 de maio de 1984.

Segunda carta aberta ao povo de Deus. Dom Teodardo Leitz, Dourados, 19 de maio de 1984.

Diagnostico de assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2000.

Fontes impressas

Uma longa caminhada pela terra. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, Julho de 1985, Ano IV, n°45, p.7.

Assentamento sai em seis meses. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, Agosto de 1985, Ano IV, n°46, p.7.

Brasiguaios exigem assentamento imediato. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, Setembro de 1985, Ano IV, n°47, p.7.

É pouca terra oferecida aos brasiguaios. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, Outubro de 1985, Ano IV, n°48, p.6.

No Mato Grosso do Sul, começa o assentamento de brasiguaios. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, Dezembro de 1985, Ano IV, n°49, p.6.

Posse da terra vira ato político. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, Março de 1986, Ano V, nº50, p.7.

Tem terra de sobra para desapropriar. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, Abril de 1986, Ano V, nº51, p.9.

Brasiguaios vêm, vencem e comemoram. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, Julho de 1986, Ano V, nº54, p.8.

Hoje, ato público na praça pela reforma agrária. Jornal O Progresso. Dourados, Setembro de 1985, Ano 35, nº4057, p.1.

Dom Teodardo nega responsabilidade pela volta dos brasiguaios. Jornal O Progresso. Dourados, Setembro de 1985, Ano 35, nº4057, p.3.

Estado possui áreas viáveis para o assentamento de todos os sem-terra. Jornal O Progresso. Dourados, Agosto de 1985, Ano 35, nº4125, p.2.

Wilson diz que políticos não devem faturar em cima da reforma agraria. Jornal O Progresso. Dourados, Agosto de 1985, Ano 35, nº4132, p.2.

Brasiguaios já tem área: Gleba Santa Idalina foi desapropriada. Jornal O Progresso. Dourados, Outubro de 1985, Ano 35, nº4175, p.1.

Final Feliz para os brasiguaios, sem terras de Naviraí aguardam vez. Jornal O Progresso. Dourados, Dezembro de 1985, Ano 35, nº4213, p.1.

Sem Terra e Sem Pátria. Boletim do movimento pelo repatriamento dos brasiguaios. nº1, Campo Grande- MS, 1992.

Brasil: uma pátria para os brasiguaios. Boletim do movimento pelo repatriamento dos brasiguaios. nº3, Campo Grande- MS, 1993.

Cadernos CPT, Ano I nº2, Agosto de 1982, Goiânia-GO.

Cadernos CPT, Ano V nº 2, Agosto de 1986, Goiânia-GO.

Pastoral da Terra. Comissão Pastoral da Terra. Ano 30 nº179, Goiânia, 2005.

Pastoral da Terra. Comissão Pastoral da Terra. Ano 30 nº180, Goiânia, 2005.

Pastoral da Terra. Comissão Pastoral da Terra. Ano 30 nº184, Goiânia, 2006.

Pastoral da Terra. Comissão Pastoral da Terra. Ano 30 nº185, Goiânia, 2006.

Pastoral da Terra. Comissão Pastoral da Terra. Ano 30 nº193, Goiânia, 2006.

Pastoral da Terra. Comissão Pastoral da Terra. Ano 30 nº194, Goiânia, 2008.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, __/__/____.

Nelson de Lima Junior